

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br



Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 29/11/2024.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AXVX515	1161007001379698	03/10/2024	60600



Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, disposto V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 02/12/2024, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AKF2A14	2793505000094362	22/07/2024	60900	R\$ 293,47
NZY4369	1161007001379694	01/07/2024	54100	R\$ 130,16



Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 02/12/2024.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AF1FE63	1161007001514696	05/10/2024	54521
ANG1075	1161007000046968	05/10/2024	54521
AP1F628	1161007002979605	05/10/2024	53800
AXZ4717	1161007001514697	05/10/2024	54521
BEH4366	1161007000469322	06/10/2024	54411
CWE7512	1161007002979603	05/10/2024	55000
ELJ3044	1161007002979602	05/10/2024	55000
FES96C31	1161007002979604	05/10/2024	55000
RHO1A64	1161007000469660	05/10/2024	54521



Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 02/12/2024.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ACL3075	1161007000012553	09/10/2024	55000
AWK0316	1161007001012552	09/10/2024	54521
BAN9496	1161007000012551	09/10/2024	54521



Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, disposto V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 02/12/2024, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
SHY1C52	2793505000037570	27/07/2024	50000	R\$ 586,94
SHY7A32	2793505000037571	27/07/2024	50000	R\$ 586,94



Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, disposto V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 29/11/2024, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
ELV19814	2793505000094403	03/08/2024	56732	
FMZ2A37	2793505000094402	04/08/2024	56732	



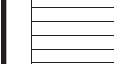
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, disposto V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 02/12/2024, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
AK49B72	1161007001711743	01/08/2024	55050	



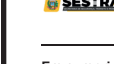
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, disposto V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 02/12/2024, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
ABJ1E27	2793505000037526	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
ALV19814	2793505000037532	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
ANG5G51	2793505000037513	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
ADT1735	2793505000037475	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
APN475	2793505000037511	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
APN475	2793505000037500	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
APN475	2793505000037530	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
APT7949	2793505000037505	20/07/2024	50000	R\$ 293,32
ARG2908	2793505000037496	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
ARG2908	2793505000037498	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
ARG2908	2793505000037482	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
ASX4F24	27935050000294555	02/08/2024	56732	R\$ 130,16
ATA9627	2793505000037528	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
ALUA7A1	2793505000037474	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
AWO1D81	2793505000037469	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
AVL7265	2793505000037504	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
AXE4532	2793505000037522	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
AXSC602	2793505000037494	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
AYD9686	2793505000037478	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
AYVMSF11	2793505000037486	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
AZX4466	2793505000037521	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
BA48835	2793505000037509	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
BAQ8880	2793505000037535	20/07/2024	50000	R\$ 293,32
BAQ1907	2793505000037520	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
BBH7G57	2793505000037502	20/07/2024	50000	R\$ 293,32
BBN852	2793505000037510	20/07/2024	50000	R\$ 293,32
BRSS203	2793505000037480	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
BSLU748	2793505000037525	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
BFY3219	2793505000037527	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
BBY3219	2793505000037526	20/07/2024	50000	R\$ 293,32
BCU5043	2793505000037499	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
BDB5875	2793505000037489	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
BDRP012	2793505000037484	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
BEE4428	2793505000037503	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
BEE4448	2793505000037479	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
BEVXP17	2793505000037536	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
BEY3004	2793505000037492	20/07/2024	50000	R\$ 586,94



Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, disposto V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 02/12/2024, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
CPN4894	2793505000037470	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
DLZ3A73	2793505000037487	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
EPH5082	2793505000037457	20/07/2024	56732	R\$ 130,16
FFS3G51	2793505000037497	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
LYTZ074	2793505000037533	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
LMP4A73	2793505000037501	20/07/2024	50000	R\$ 293,32
LPV2449	2793505000037507	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
QHW7264	2793505000037475	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
CLX4D13	2793505000037486	20/07/2024	50000	R\$ 293,32
PXZG588	2793505000037514	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
CAZ2072	2793505000037508	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
OLE1E41	2793505000037472	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
QW51B13	2793505000037512	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
BA48835	2793505000037519	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
RHF7C09	2793505000037491	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
RHF5052	2793505000037490	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
RHHSJ24	2793505000037477	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
RHH8H71	2793505000037485	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
RHJ4030	2793505000037473	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
SDO4F63	2793505000037523	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
SDX0940	2793505000037495	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
SDX2478	2793505000037489	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
SDZ7590	2793505000037517	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
SEDO713	2793505000037509	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
SEH4885	2793505000037515	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
SENH060	2793505000037471	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
SECO001	2793505000037516	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
SEV5032	2793505000037518	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
SEY3B83	2793505000037524	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
SFFPH01	2793505000037481	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
SFH1B32	1161007001379605	01/08/2024	54100	R\$ 130,16
SP71T12	2793505000037534	20/07/2024	50000	R\$ 586,94
SLW1635	2793505000037583	20/07/2024	50000	R\$ 586,94



Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, disposto V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 29/11/2024, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AF1J817	2793505000029390	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
AGL1336	2793505000029378	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
AGM4B79	2793505000029376	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
AGH2H52	2793505000029327	03/09/2024	56732	R\$ 130,16
AJBSJ52	2793505000029409	04/09/2024	56732	R\$ 130,16
AKO2984	2793505000029329	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
AKO1727	2793505000029342	03/09/2024	60900	R\$ 293,47
ALV1795	2793505000029403	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
ALV18073	2793505000029405	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
AMH4F92	2793505000029398	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
AMH0897	2793505000029394	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
AMH0897	2793505000029402	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
AMH2353	2793505000029377	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
ANG4J45	2793505000029410	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
ANT4205	2793505000029380	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
ANV7E84	2793505000029408	04/09/2024	56732	R\$ 130,16
AOL2000	2793505000029392	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
AOV0320	2793505000029359	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
APV1094	2793505000029397	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
ACD4V75	2793505000029328	03/09/2024	60900	R\$ 293,47
ARA4810	2793505000029333	03/09/2024	56732	R\$ 130,16
AR44804	2793505000029382	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
ASD5243	2793505000029386	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
ASU7E84	2793505000029355	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
ATB8447	2793505000029400	04/09/2024	56732	R\$ 130,16
AJZV2E8	2793505000029379	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
AWG7914	2793505000029375	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
AWG1A18	2793505000029389	04/09/2024	56732	R\$ 130,16
AKO1793	2793505000029356	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
AYV5E14	2793505000029397	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
BAC3G43	2793505000029371	04/09/2024	56732	R\$ 130,16
BHF4C06	2793505000029388	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
BCH4C32	2793505000029386	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
BCK9R48	2793505000029339	03/09/2024	60900	R\$ 293,47
BCH1H59	2793505000029357	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
BOJ9H27	2793505000029385	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
BD74G74	2793505000029312	04/09/2024	60900	R\$ 293,47



Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, disposto V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 29/11/2024, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
BDY1D44	2793505000029381	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
BEJ5052	2793505000029413	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
BEW6004	2793505000029405	04/09/2024	56732	R\$ 130,16
CPH4719	2793505000029400	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
EVJ1621	2793505000029372	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
EVH7778	2793505000029399	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
HRI6655	2793505000029365	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
HTJ1572	2793505000029362	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
IGV2604	2793505000029331	03/09/2024	60900	R\$ 293,47
IGV2781	2793505000029301	03/09/2024	60900	R\$ 293,47
ITF4684	2793505000029300	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
KAT2546	2793505000029337	03/09/2024	60900	R\$ 293,47
KAT1625	2793505000029309	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
LPK5468	2793505000029349	04/09/2024	56732	R\$ 130,16
MPG2649	2793505000029368	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
MNN5885	2793505000029326	03/09/2024	60900	R\$ 293,47
MVE5774	2793505000029392	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
MAE 1000	2793505000029411	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
NZB638	2793505000029370	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
QAR1997	2793505000029344	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
QAL11027	2793505000029348	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
QJE7004	2793505000029346	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
QJE 1004	2793505000029361	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
QMC1059	2793505000029354	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
PLB3424	2793505000029396	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
SCQAN55	2793505000029387	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
SEJ1445	2793505000029383	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
SL14005	2793505000029407	04/09/2024	56732	R\$ 130,16
SESR99	2793505000029347	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
SEWS457	2793505000029384	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
SFOM483	2793505000029393	04/09/2024	60900	R\$ 293,47
TAB.87	2793505000029391	04/09/2024	60900	R\$ 293,47

Publicações Legais

leis@ilustrado.com.br

ACPC16	279350500014718	08/10/2024	60503	BA2059	279350500014860	03/10/2024	60503
AOQ4C35	279350100092962	09/10/2024	67690	BA2930	279350500014649	07/10/2024	60503
AOR5772	279350500014185	02/10/2024	60503	BA7480	2793550000214301	05/10/2024	56732
AOQ070	279350500014424	05/10/2024	60503	BA9340	279350500030307	24/09/2024	50020
AOC5301	279350500014700	08/10/2024	60503	BAZ7575	279350100066484	12/10/2024	72340
AOU2696	279350500014384	04/10/2024	60503	BBB7582	2793550000214215	05/10/2024	60503
AQZ0865	279350500014172	03/10/2024	60503	BBQ3489	2793550000214796	09/10/2024	56732
ACZ0809	2793506000308312	24/09/2024	50020	BBHC777	279355000014808	10/10/2024	60503
ACZ0783	279350500014278	03/10/2024	56732	BBK3C53	279350500030336	24/09/2024	50020
APC1117	279350100040026	06/10/2024	54521	BBL3116	279350500030372	24/09/2024	50020
APD3168	279350500014239	04/10/2024	60503	BBL4C38	279350500030301	24/09/2024	50020
APF6207	279350500014833	10/10/2024	60503	BBM8502	2793550000214489	05/10/2024	56732
APF0345	279350500014190	02/10/2024	60503	BBM8403	279350500014342	03/10/2024	56732
APF8870	279350500014471	05/10/2024	60503	BBPSA03	279350500030314	24/09/2024	50020
APH8779	2793506000308321	24/09/2024	50020	BBP3C32	2793550000214200	04/10/2024	56732
APK475	2793506000308354	24/09/2024	50020	BBQ1205	2793550000214748	09/10/2024	60503
APK475	279350500014678	06/10/2024	60503	BBR1D09	279350100083943	14/10/2024	51852
APK420	279350500014596	06/10/2024	60503	BBRC486	279350500030356	24/09/2024	50020
APK2694	279350100092934	09/10/2024	54600	BBR1E80	2793550000214608	05/10/2024	60503
APQJ444	279350500014486	09/10/2024	56732	BBX3965	279350100093059	14/10/2024	76332
APQ1336	279350100083912	07/10/2024	76331	BCB0494	2793550000214717	09/10/2024	56732
APU2180	279350100093072	10/10/2024	67690	BCD2569	279350500030358	24/09/2024	50020
APY1065	279350500014285	04/10/2024	56732	BCDB888	2793550000214824	10/10/2024	56732
APZ2085	279350500014771	09/10/2024	60503	BCD6602	279350500014680	10/10/2024	60503
AQF0341	279350500014545	06/10/2024	60503	BCF0F36	279350100096109	10/10/2024	76331
AQJ0086	279350500014221	03/10/2024	60503	BCG3352	2793550000214227	03/10/2024	60503
AQJ0087	279350100092963	09/10/2024	67690	BCJ1171	2793550000214401	05/10/2024	60503
AQJ0283	279350500014615	07/10/2024	60503	BCJ4658	279350500030387	24/09/2024	50020
AQJ0283	279350500014595	07/10/2024	60503	BCJ2877	2793550000214796	09/10/2024	56732
AQJ0283	279350500014467	07/10/2024	60503	BCJ2873	279350100088857	14/10/2024	52411
AQJ0283	279350500014623	07/10/2024	60503	BCJ1714	2793550000214536	06/10/2024	60503
AQJ0207	279350500014678	06/10/2024	60503	BCJ4084	2793550000214441	05/10/2024	56732
AQJ1744	279350500014611	07/10/2024	60503	BCJ4D05	2793550000214144	03/10/2024	60503
AQJ4958	279350500014458	05/10/2024	60503	BCM5G76	279350100086543	07/10/2024	76251
AQJ4958	279350500014358	04/10/2024	60503	BCM8H38	2793505000214517	06/10/2024	60503
AQK4958	279350500014692	08/10/2024	56732	BCN6712	279350500030874	24/09/2024	50020
AQK4958	279350500014382	04/10/2024	60503	BCN8885	279350100092935	08/10/2024	76331
AQK4958	279350500014453	05/10/2024	60503	BCN8885	279350100099999	09/10/2024	54522
AQL5861	279350500014500	07/10/2024	60503	BCQ2544	2793505000214850	10/10/2024	60503
AQJ1111	279350500014675	08/10/2024	60503	BCS9P16	2793505000146628	07/10/2024	60503
AQJ2073	279350500014351	04/10/2024	60503	BC13C72	279350100090125	11/10/2024	51781
				BCV6F41	279350100096880	07/10/2024	51851
AQJQ404	279350500014596	07/10/2024	60503	BCV6F18	2793550000214581	09/10/2024	60503
AQJQ824	279350100098546	10/10/2024	50081	BCZJL15	279350500030353	24/09/2024	50020
AQJ1032	279350500014395	06/10/2024	60503	BDG1B04	279350100092973	10/10/2024	67690
AQJ1032	279350500014496	05/10/2024	56732	BDJ4E19	2793550000214394	09/10/2024	60503
AZV0945	279350500014516	05/10/2024	60503	BDJ1F81	2793550000214512	03/10/2024	60503
AZV093	279350500014779	09/10/2024	60503	BDJ6E64	2793550000214846	10/10/2024	56732
AZV0950	279350500014257	03/10/2024	60503	BDJ7E75	2793550000214307	04/10/2024	56732
ARE180	279350500014446	05/10/2024	60503	BDJ2346	2793505000214233	03/10/2024	60503
ARE4048	2793506000308324	24/09/2024	50020	BDJ3H11	279350500030345	24/09/2024	50020
ARE4883	279350500014863	10/10/2024	56732	BDJ1D43	279350500030884	24/09/2024	50020
ARE7789	279350500014260	03/10/2024	56732	BDJ7582	2793550000214410	05/10/2024	56732
ARE4072	279350500014501	09/10/2024	60503	BDK4M79	2793550000214852	10/10/2024	56732
ARE1188	279350500014124	02/10/2024	60503	BDJ1K53	279350100094621	07/10/2024	76331
ARE003	279350100095944	14/10/2024	51851	BDJ7D15	2793550000214295	03/10/2024	60503
ARL2161	279350100090102	09/10/2024	66331	BDJ0J86	2793550000214519	06/10/2024	60503
ARL0848	279350500014588	06/10/2024	60503	BDJ0J86	2793550000214576	04/10/2024	60503
ARPC435	2793506000308351	24/09/2024	50020	BDJ4E40	2793501000965482	07/10/2024	67000
ARPM114	279350500014681	08/10/2024	60503	BDJ1I82	2793550000214236	04/10/2024	60503
ARPC838	279350500014653	06/10/2024	60503	BDJ2C79	279350500030315	24/09/2024	50020
ARL0878	279350500014561	06/10/2024	56732	BDJ0844	2793550000214140	02/10/2024	60503
ARV0227	279350500014845	10/10/2024	60503	BDJ1F30	2793550000214679	09/10/2024	60503
ARV1171	279350500014143	03/10/2024	60503	BDJ1C73	2793505000214778	09/10/2024	60503
ARV4422	279350100090056	14/10/2024	76251	BDV0H42	279350100096094	08/10/2024	66020
ARV0021	279350500014357	04/10/2024	60503	BDV0H22	279350100092942	08/10/2024	60411
ARQ0343	279350500014678	06/10/2024	56732	BDV0H22	2793550000214654	09/10/2024	60503
ASC1546	279350500014501	06/10/2024	60503	BDV0H22	2793550000214580	08/10/2024	60503
ASP4020	279350500014136	02/10/2024	60503	BDV0H22	2793550000214714	08/10/2024	60503
ASH1D73	279350500014450	05/10/2024	60503	BDV0H22	279350100092939	09/10/2024	76251
ASH1D73	279350500014460	05/10/2024	60503	BDV0H22	279350100092944	09/10/2024	52070
ASG053	2793506000308330	24/09/2024	50020	BDV0H22	279350100092940	08/10/2024	56732
AQJ2133	279350500014462	05/10/2024	60503	BDV0H22	279350100092941	09/10/2024	52433
ASJ2H47	279350500014786	09/10/2024	60503	BDV0H22	279350100092938	08/10/2024	70991
ASH1430	279350500014799	09/10/2024	60503	BDV0H22	279350100092943	09/10/2024	52152
ASH1078	279350100096921	08/10/2024	54417	BDV0H18	279350500030382	24/09/2024	50020
ASS2C41	279350500014188	04/10/2024	60503	BDW1E11	2793550000214758	09/10/2024	60503
ASJ1021	279350500014652	06/10/2024	60503	BDW1E11	2793550000214587	05/10/2024	60503
ASV0D30	279350500014644	07/10/2024	60503	BDY3C21	279350500030309	24/09/2024	50020
ASY7C09	279350500014506	06/10/2024	60503	BDZ1F09	2793550000214799	09/10/2024	56732
ASZ0051	279350500014681	08/10/2024	60503	BDZ0C40	2793550000214526	03/10/2024	60503
ASZ1812	2793505000214430	05/10/2024	60503	BEJ0C57	2793550000214520	06/10/2024	60503
ASZ7809	2793505000214159	02/10/2024	60503	BEG4J27	279350100092932	08/10/2024	61220
ASZ261				BEJ0F67	2793550000214849	10/10/2024	56732
ATG1C09	279350500014672	06/10/2024	60503	BEJ0G17	2793550000214869	05/10/2024	60503
ATH4209	2793505000214612	07/10/2024	60503	BEJ0G14	2793550000214827	06/10/2024	60503
ATH1284	2793505000214186	02/10/2024	60503	BEJ0H79	279350500030313	24/09/2024	50020
ATH1284	279350500014886	10/10/2024	60503	BEJ4K00	2793505000214842	10/10/2024	56732
ATF5356	279350500014353	04/10/2024	60503	BEJ8H50	2793550000214669	09/10/2024	60503
ATF5356	279350500014288	04/10/2024	60503	BEJ7C59	2793550000214579	09/10/2024	56732
ATF0981	279350500014789	09/10/2024	60503	BEJ7C44	279350500030306	24/09/2024	50020
ATF1J59	279350500014485	05/10/2024	60503	BEJ8A48	2793550000214727	09/10/2024	56732
ATF1254	279350500014141	03/10/2024	60503	BEJ8A49	279350500030386	24/09/2024	50020
ATX3H14	2793505000214338	04/10/2024	60503	BEJ4J17	2793550000214449	05/10/2024	60503
ATYJ250	279350500014674	09/10/2024	60503	BEJ4J17	279355000080943	10/10/2024	58186
AUA2691	279350500014680	08/10/2024	60503	BEJ4B77	279350500030379	24/09/2024	50020
AUA1311	2793505000214444	05/10/2024	60503	BEJ0W36	279350100094033	10/10/2024	60175
AUE4855	2793505000214436	05/10/2024	60503	BEJ0W62	2793550000214742	09/10/2024	60503
AUE5E11	279350500014609	03/10/2024	60503	BEJ4T02	279350500030352	24/09/2024	50020
AUE0D41	279350500014629	07/10/2024	56732	BEJ4J27	2793550000214170	02/10/2024	60503
AUEJ262	2793505000214715	08/10/2024	56732	BK4M523	279355000030303	24/09/2024	50020
AUE1187	279350500014705	09/10/2024	60503	BLJ3310	279350100092959	09/10/2024	76251
AUJ1641	279350500014354	04/10/2024	60503	BLJ6123	2793550000214429	09/10/2024	60503
AUJ7414	2793505000214616	07/10/2024	60503	BLJ2559	279350100092955	14/10/2024	51851
AUJ8206	2793506000308320	24/09/2024	50020	BLJ4100	2793505000214363	24/10/2024	51851
AUJ0319							

leis@ilustrado.com.br

PT5786	273555000209897	10/08/2004	65053	RS 263.47
CRD247	273555000209955	06/08/2004	65020	RS 263.47
QYB180	273555000209984	10/08/2004	65053	RS 263.47
QJH7179	273555000209956	08/08/2004	76331	RS 263.47
QJH851	273555000209995	08/08/2004	76331	RS 263.47
QTB847	273555000209913	10/08/2004	76331	RS 263.47
QJH82	273555000209930	06/08/2004	51861	RS 156.23
QNH404	273555000209958	05/08/2004	76331	RS 263.47
QNH418	273555000209973	10/08/2004	56732	RS 130.16
QJH925	2735550002099876	06/08/2004	58913	RS 263.47
QPB490	2735550002099345	23/07/2004	50020	RS 386.84
QDA299	273555000209943	08/08/2004	65053	RS 263.47
RAH700	2735550002098428	07/08/2004	51861	RS 156.23
RDH125	116100701518473	07/08/2004	76331	RS 263.47
RFH70	273555000209917	07/08/2004	65053	RS 263.47
RCH391	2735550002099572	09/08/2004	76331	RS 263.47
RHF 7073	2735550002099825	10/08/2004	65053	RS 263.47
RHJ786	2735550002099584	08/08/2004	54117	RS 156.23
RHNH60	2735550002099860	08/08/2004	65053	RS 263.47
RHNH614	2735550002099142	10/08/2004	65053	RS 263.47
RHNH674	2735550002099489	09/08/2004	65053	RS 263.47
RHNH674	2735550002099850	11/08/2004	65053	RS 263.47
RHNH684	2735550002099548	10/08/2004	51860	RS 263.47
RHJ202	2735550002098455	06/08/2004	76331	RS 263.47
RHLJ208	2735550002099619	08/08/2004	65053	RS 263.47
RHLJ451	2735550002098374	06/08/2004	51861	RS 156.23
RTJ27A	2735550002099540	10/08/2004	76331	RS 263.47
RTJ17B	2735550002099069	08/08/2004	65053	RS 263.47
SDQ347	2735550002099674	08/08/2004	65053	RS 263.47
SDJ042	2735550002099706	08/08/2004	56732	RS 130.16
SDJ042	2735550002099455	05/08/2004	65053	RS 263.47
SDJ4855	2735550002098547	06/08/2004	76331	RS 263.47
SDY0344	2735550002099491	09/08/2004	65053	RS 263.47
SEJ375	2735550002097554	23/07/2004	50020	RS 386.84
SEJ2A2	2735550002098581	09/08/2004	54114	RS 156.23
SEK760	2735550002099726	07/08/2004	65053	RS 263.47
SEK1850	2735550002099479	04/08/2004	65053	RS 263.47
SEY4026	2735550002099830	08/08/2004	65053	RS 263.47
SEY4638	2735550002098231	07/08/2004	76332	RS 263.47
SEY03F	2735550002099527	06/08/2004	65053	RS 263.47
SEY03F	2735550002099514	06/08/2004	65053	RS 263.47
SEY03F	2735550002099838	06/08/2004	65053	RS 263.47

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

AXC2471	273550T00088701	07/08/2024	54600	R\$ 130,16
AGX3796	273550S00029569	07/08/2024	56732	R\$ 130,16
AXH451	273550S00020794	08/08/2024	60503	R\$ 293,47
AXN423	273550S000209429	08/08/2024	60503	R\$ 293,47
AXPJ361	273550S000209656	08/08/2024	60503	R\$ 293,47
AXQ2947	273550T00083383	10/08/2024	51851	R\$ 185,23
AXPJ366	273550S000209834	11/08/2024	60503	R\$ 293,47
AXPJ892	273550S000209587	07/08/2024	60503	R\$ 293,47
AXPJ553	273550S000209621	07/08/2024	60503	R\$ 293,47
AXS2979	273550T000833590	10/08/2024	51851	R\$ 185,23
AXS2455	273550T000835054	07/08/2024	70331	R\$ 293,47
AXW2144	273550S000207162	10/08/2024	60503	R\$ 293,47
AXW2223	273550T000855562	10/08/2024	51851	R\$ 185,23
AYH2162	273550S000209686	08/08/2024	60503	R\$ 293,47
AYES431	273550NC0037542	23/07/2024	50020	R\$ 260,32
AYH9550	273550S000209488	08/08/2024	60503	R\$ 293,47
AYH3308	273550S000209629	06/08/2024	56732	R\$ 130,16
AYPT246	273550S000209596	07/08/2024	60503	R\$ 293,47
AYQ6C06	273550S000209431	05/08/2024	60503	R\$ 293,47
AYVLJ25	116100T011655570	04/08/2024	54600	R\$ 130,16
AYV4C38	273550S000209435	06/08/2024	56732	R\$ 130,16
AYST173	273550S000209648	08/08/2024	60503	R\$ 293,47
AYV4848	273550S000209541	08/08/2024	60503	R\$ 293,47
AYW1398	273550S000207732	05/08/2024	60503	R\$ 293,47
AYY4118	273550T000897092	07/08/2024	60175	R\$ 293,47
AYZ7451	273550S000209625	06/08/2024	60503	R\$ 293,47
AZAH435	273550T00088727	10/08/2024	54521	R\$ 185,23
AZM7474	273550S000209447	06/08/2024	56732	R\$ 130,16
AZDE117	273550S000209459	05/08/2024	56732	R\$ 130,16
AZD2389	273550S000209751	06/08/2024	60503	R\$ 293,47
AZL2353	273550S000209608	07/08/2024	60503	R\$ 293,47
AZM4741	273550S000209627	06/08/2024	60503	R\$ 293,47
AZK1472	273550S000209804	08/08/2024	60503	R\$ 293,47
AZK8274	273550S000209719	07/08/2024	60503	R\$ 293,47
AZK8274	273550S000209725	07/08/2024	60503	R\$ 293,47
AZK9268	273550S000209789	10/08/2024	60503	R\$ 293,47
AZL1195	273550T00088697	06/08/2024	70991	R\$ 293,47
AZPJ458	273550S000209833	10/08/2024	60503	R\$ 293,47
AZJ4486	273550S000209787	08/08/2024	60503	R\$ 293,47
AZW7940	273550T000903080	07/08/2024	70331	R\$ 293,47
BAAS105	273550T000832066	10/08/2024	66531	R\$ 185,23
BAC8262	273550S000209740	09/08/2024	60503	R\$ 293,47

BAF7701	273550S000209602	07/08/2024	60503	R\$ 293,47
BAJ7796	273550S000209632	10/08/2024	60503	R\$ 293,47
BAK7723	273550T000865317	10/08/2024	60400	R\$ 130,16
BAK7723	273550T000862516	10/08/2024	66531	R\$ 185,23
BAN0K03	273550T00086429	07/08/2024	70331	R\$ 293,47
BAC1E37	273550NC0037143	23/07/2024	50020	R\$ 260,32
BAC0D19	273550S000209760	10/08/2024	60503	R\$ 293,47
BAQ0B37	273550S000209744	10/08/2024	60503	R\$ 293,47
BAJ6746	273550S000209528	06/08/2024	60503	R\$ 293,47
BAW1407	273550S000209561	07/08/2024	60503	R\$ 293,47
BAV4723	273550S000209705	10/08/2024	56732	R\$ 130,16
BBC8474	273550S000209533	06/08/2024	60503	R\$ 293,47
BBC8426	273550T00089844	07/08/2024	54114	R\$ 185,23
BEP3C08	273550S000209828	10/08/2024	60503	R\$ 293,47
BBS4C38	273550S000209707	08/08/2024	60503	R\$ 293,47
BBS4C16	273550T00082514	10/08/2024	66531	R\$ 185,23
BBS4547	273550S000209682	08/08/2024	60503	R\$ 293,47
BLJ4E04	273550S000209683	08/08/2024	60503	R\$ 293,47
BEP4285	273550S000209616	06/08/2024	56732	R\$ 130,16
BBS2024	273550S000209695	08/08/2024	60503	R\$ 293,47
BBSW170	273550S000209598	07/08/2024	60503	R\$ 293,47
BBSW259	273550S000209733	07/08/2024	60503	R\$ 293,47
BBSW698	273550T00088725	10/08/2024	54521	R\$ 185,23
BBSW1271	273550S000209831	10/08/2024	60503	R\$ 293,47
BEYD028	273550T00088714	08/08/2024	63842	R\$ 293,47
BBS4962	273550T00085552	07/08/2024	55417	R\$ 185,23
BCA4347	273550NC0037338	23/07/2024	50020	R\$ 260,32
BCO4077	273550S000209643	08/08/2024	54600	R\$ 130,16
BCD4547	273550T00086981	06/08/2024	70301	R\$ 293,47
BCF2P39	273550T00085576	09/08/2024	59910	R\$ 293,47
BCA4113	273550S000209527	07/08/2024	60503	R\$ 293,47
BCJH969	273550S000209739	08/08/2024	60503	R\$ 293,47
BCJ4353	273550S000209592	07/08/2024	60503	R\$ 293,47
BCJ4704	273550S000209695	08/08/2024	60503	R\$ 293,47
BCK9598	273550S000209646	08/08/2024	60503	R\$ 293,47
BCK9598	273550S000209551	08/08/2024	60503	R\$ 293,47
BCK9598	273550S000209567	10/08/2024	60503	R\$ 293,47
BCJ4958	273550S000209540	08/08/2024	60503	R\$ 293,47
BCK9598	273550S000209621	09/08/2024	60503	R\$ 293,47
BCLA411	273550T00086686	07/08/2024	54522	R\$ 185,23
BCO2903	273550S000209783	10/08/2024	60503	R\$ 293,47
BCO2A35	273550T00086974	06/08/2024	54521	R\$ 185,23

BCSH711	273550T00088227	05/08/2024	59670	R\$ 1.467,35
BCJQ598	273550NC0037341	23/07/2024	50020	R\$ 260,32
BCJ4J81	273550S000209490	06/08/2024	60503	R\$ 293,47
BCJ4J81	273550S000209480	05/08/2024	60503	R\$ 293,47
BCJ4J12	273550S000209584	07/08/2024	51732	R\$ 130,16
BCD5E03	273550T00089868	07/08/2024	70332	R\$ 293,47
BCD3C69	273550S000209585	08/08/2024	60503	R\$ 293,47
BCD3C67	273550S000209542	05/08/2024	60503	R\$ 293,47
BCD7708	273550T00088452	07/08/2024	59941	R\$ 130,16
BOD1D82	273550S000209622	07/08/2024	60503	R\$ 293,47
BD4C265	273550T00092048	06/08/2024	54521	R\$ 185,23
BLJ4B51	273550S000209463	08/08/2024	60503	R\$ 293,47
BDN6E51	273550S000209694	08/08/2024	60503	R\$ 293,47
BDN6E06	273550S000209433	05/08/2024	60503	R\$ 293,47
BDT1468	273550S000209589	07/08/2024	60503	R\$ 293,47
BDV4G13	273550S000209628	08/08/2024	60503	R\$ 293,47
BDVH422	116100T01338412	05/08/2024	54521	R\$ 185,23
BDY1137	273550S000209436	05/08/2024	60503	R\$ 293,47
BEH0C63	273550S000209404	05/08/2024	60503	R\$ 293,47
BEFD006	273550S000209415	05/08/2024	60503	R\$ 293,47
BEH6H41	273550S000209416	05/08/2024	56732	R\$ 130,16
BEH6H42	273550NC0037548	23/07/2024	50020	R\$ 260,32
BEH4447	273550T00085046	08/08/2024	70331	R\$ 293,47
BEH3D94	273550NC0037549	23/07/2024	50020	R\$ 260,32
BEJ4H73	273550S000209714	08/08/2024	60503	R\$ 293,47
BEJ7084	273550S000209437	08/08/2024	60503	R\$ 293,47
BEJ7443	273550NC0037553	23/07/2024	50020	R\$ 260,32
BEJ8A59	273550S000209457	05/08/2024	60503	R\$ 293,47
BEJ2A11	273550T00085676	08/08/2024	60503	R\$ 293,47
BEH0B85	273550T00086433	08/08/2024	70252	R\$ 293,47
BEOPF94	273550S000209663	08/08/2024	60503	R\$ 293,47
BEFPC27	273550T00089423	06/08/2024	70331	R\$ 293,47
BEH9A40	273550T00086427	07/08/2024	70331	R\$ 293,47
BEH9A63	273550S000209638	09/08/2024	60503	R\$ 293,47
BEH9A25	273550T00088708	08/08/2024	61220	R\$ 293,47
BEH9A26	273550NC0037550	23/07/2024	50020	R\$ 260,32
BEV9A73	273550S000209510	05/08/2024	60503	R\$ 293,47
BEZJ210	273550S000209549	07/08/2024	60503	R\$ 293,47
BFAR03	273550T00085586	08/08/2024	55946	R\$ 185,23
BLJ4B77	273550S000209737	09/08/2024	60503	R\$ 293,47
BLJ4E33	273550S000209696	08/08/2024	60503	R\$ 293,47
BCD2D62	273550S000209807	09/08/2024	60503	R\$ 293,47

BP74870	273595T00003379	09/08/2024	51930	R\$ 293,47
BCS2430	273595S000209525	06/08/2024	60503	R\$ 293,47
BSV4124	273595T00085562	08/08/2024	70252	R\$ 293,47
BTJ7477	273595S000209722	07/08/2024	60503	R\$ 293,47
BVZ2266	273595T00089704	07/08/2024	51851	R\$ 195,23
BVZ2266	273595T00088710	07/08/2024	70331	R\$ 293,47
BVZ2266	273595T00085555	07/08/2024	51851	R\$ 195,23
BVZ2266	273595T00092060	07/08/2024	54870	R\$ 195,23
BVZ2266	273595T00087016	07/08/2024	70331	R\$ 293,47
BVZ2266	273595T00089868	08/08/2024	54870	R\$ 195,23
CEH0M25	273595T00085586	10/08/2024	51851	R\$ 195,23
CEH8441	273595T00085591	10/08/2024	51851	R\$ 195,23
CFH9001	273595T00083364	06/08/2024	51851	R\$ 195,23
CH84644	273595S000209747	08/08/2024	56732	R\$ 130,16
CH87553	273595T00083372	06/08/2024	51851	R\$ 195,23
CHN7012	273595S000209709	10/08/2024	60503	R\$ 293,47
CHN9H49	273595S000209768	10/08/2024	60503	R\$ 293,47
CPF3395	273595T00085579	09/08/2024	51851	R\$ 195,23
CTH1127	273595S000209679	08/08/2024	60503	R\$ 293,47
CYH1H89	273595S000209538	07/08/2024	60503	R\$ 293,47
CWHT016	273595S000209645	08/08/2024	60503	R\$ 293,47
CY22755	273595T00086969	08/08/2024	54870	R\$ 195,23
CQ48977	273595T00092064	09/08/2024	60330	R\$ 195,23
CZ22547	273595S000209603	09/08/2024	60503	R\$ 293,47
DEH9A96	273595T00086434	08/08/2024	70251	R\$ 293,47
DFH9385	273595S000209624	07/08/2024	60503	R\$ 293,47
DFH9385	273595S000209498	06/08/2024	60503	R\$ 293,47
DM48025	273595T00085551	06/08/2024	60202	R\$ 293,47
DFH9717	273595S000209473	05/08/2024	60503	R\$ 293,47
DNE7338	273595S000209444	05/08/2024	60503	R\$ 293,47
DLL4480	273595T00085577	09/08/2024	59910	R\$ 293,47
DME1C87	273595T00092063	08/08/2024	54600	R\$ 130,16
DMLH714	273595S000209488	05/08/2024	56732	R\$ 130,16
DML7624	273595T00086711	08/08/2024	55500	R\$ 130,16
DFV6600	273595T00085218	06/08/2024	66531	R\$ 195,23
DRA2658	273595T00089718	09/08/2024	54600	R\$ 130,16
DFH0208	273595T00085219	10/08/2024	51851	R\$ 195,23
DSH4C02	273595T00085200	07/08/2024	70332	R\$ 293,47
DDT1A45	273595S000209451	05/08/2024	60503	R\$ 293,47
DTK7K38	273595S000209575	07/08/2024	56732	R\$ 130,16
DUJ2C14	273595S000209419	05/08/2024	56732	R\$ 130,16
DJAGA80	273595T00086426	07/08/2024	55414	R\$ 195,23

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAISO

Estado do Paraná
DECRETO Nº 3380/2024
De 24 de Outubro de 2024
SÚMULA: "Regulamenta o processo de ensino e exercício do mandato dos gestores escolares nas unidades educacionais da Rede Pública de Ensino Municipal a partir de escola realizada com a participação da comunidade escolar dentre candidatos aprovados previamente em avaliação de mérito e desempenho ou critérios técnicos de mérito e desempenho".
CONSIDERANDO a Lei Nacional nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 que Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em seu Art. 14. A complementação-VAAR será distribuída às redes públicas de ensino que cumprirem as condicionalidades e apresentarem melhoria dos indicadores referidos no inciso III do caput do art. 5º desta Lei em seu § 1º.
CONSIDERANDO a Lei Municipal Complementar nº 0119/2022, de 23 de setembro de 2022, alteração da Lei Complementar 027/2010 – Plano de Cargo, Carreira e Remuneração do Magistério, do ART. nº 64 – a função de direção na instituição educacional será exercida por profissionais integrantes da Carreira do Magistério Público Municipal, nomeada pelo Chefe do Poder Executivo, após escola realizada com a participação da comunidade escolar.
DECRETA:
Art. 1º - A escola dos gestores escolares, denominados Diretores de instituições educacionais têm por finalidade consolidar o processo de gestão democrática, a partir de escola realizada por meio de voto direto e secreto de segmentos que compõem a comunidade educacional, dentre candidatos aprovados previamente em avaliação de mérito e desempenho em conformidade com a Lei Nacional nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 e Art. 14 - § 1º, e do artigo nº 64, da Lei Complementar Municipal nº 0019, de 23 de setembro de 2022.
Art. 2º - A função de diretor dos estabelecimentos públicos municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental abrange as responsabilidades de gerir tanto os processos formativos dos alunos, quanto os recursos administrativos, humanos, financeiros e patrimoniais, colocados à disposição da Instituição, bem como a relação da Instituição de ensino à comunidade.
Art. 3º - O candidato será designado para o exercício da função de Diretor por um período de 02 (dois) anos, com início no primeiro dia útil do ano civil subsequente, sendo admitido um segundo mandato através do processo de escolha de gestores.
§ 1. Para ser designado, o candidato deverá obrigatoriamente, assinar o Termo de Compromisso perante a Secretaria Municipal de Educação.
§ 2. Durante o exercício da função, o diretor será avaliado periodicamente através de procedimentos e parâmetros estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação, podendo ser afastado se não alcançar os parâmetros mínimos estabelecidos por essa avaliação, sendo que os procedimentos relativos aos resultados da avaliação serão divulgados à Comunidade Escolar.
§ 3. Os parâmetros da avaliação considerarão o que já está estabelecido no Estatuto dos Funcionários Públicos, Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município de Alto Paraíso, o Estatuto da Criança e do Adolescente, Regimento Interno do Estabelecimento de Ensino, assim como as penalidades administrativas verbais e escritas emitidas pela Secretaria de Educação ou pelo Poder Executivo.
§ 4. Para concorrer ao segundo mandato o candidato deverá ter suas contas aprovadas em todos os anos de sua gestão.
Art. 4º - O Processo de escolha de Diretores, nos termos estabelecidos neste Decreto, ocorrerá simultaneamente em todas as Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil da Rede Pública Municipal de Ensino.
Art. 5º - A chapa deve ser composta por apenas um candidato ao cargo de Diretor.
CAPÍTULO I
DOS CANDIDATOS E DOS VOTANTES
Art. 6º - Poderá ser candidato ao cargo de:
I. - Diretor de Escola Municipal de Ensino Municipal de Educação Infantil
I. O Professor e Professor de Educação Infantil tenha graduação de licenciatura plena e/ou Curso de Especialização em Administração Escolar ou Pós-Graduação na área da Educação, bem como tenha exercido no mínimo 3 (três) anos de docência no Magistério Público Municipal.
II. Ser, integrante do Quadro Próprio do Magistério Público Municipal, com 20h ou 40h, tendo cumprido período do estágio probatório até a data da consulta pública, na forma do art. 41 da Constituição Federal de 1988 em seus termos um padrão, quando possuir dois.
III. Ter disponibilidade legal para assumir a função no caso de Estabelecimento de Ensino que tenha demanda de 40 (quarenta) horas de direção.
IV. Não estar exercendo mandato de qualquer cargo eletivo.
V. Ter idoneidade no gerenciamento de recursos financeiros pessoais e no gerenciamento dos recursos públicos, quando for o caso.
§ 1º. A candidatura somente poderá ser exercida na Escola/CMEI em que os referidos servidores possuem 3 (três) anos efetivo exercício no último dia de referência o ano da realização da escolha, devendo demonstrar tal condição na Instituição de Ensino que deseja concorrer, vedada a candidatura simultânea em mais de uma instituição.
§ 2. Nas unidades escolares onde as atividades iniciaram há menos de dois anos até a data da publicação deste Decreto, poderão candidatar-se os interessados que cumprirem os demais requisitos deste Decreto, e estiverem lotados no primeiro dia de aula de cada instituição.
§ 3. Nos Estabelecimentos de Educação Infantil de Jovens e Adultos não será concedido o acréscimo de jornada para atuar na função de Diretor, devendo, no entanto esta modalidade ser atendida pela Direção.
Art. 7º - Não poderá concorrer ao cargo o servidor que estiver em readequação funcional, cujas restrições sejam impeditivas à realização das atividades inerentes ao cargo.
Parágrafo único. Caso o servidor venha a entrar em readequação funcional, após a consulta pública, a Secretaria Municipal de Educação em conjunto com profissional da saúde analisará se as restrições são impeditivas à realização das atividades inerentes ao cargo, podendo ser revogada a nomeação.
Art. 8º - O servidor escolhido para a função de Diretor, além do cumprimento do proposto no Plano de Gestão apresentado no momento da inscrição, estará aceitando, entre outras, as seguintes atribuições:
I. Zelar pelo patrimônio público, conversação e preservação aplicando adequadamente e integralmente as verbas destinadas para este fim, no que diz respeito à manutenção e reparos, sendo de sua responsabilidade as providências para que o ambiente físico seja adequado à tarefa de ensino e aprendizagem;
II. Manter a ordem e a disciplina na unidade escolar;
III. Respeitar a hierarquia existente na Secretaria Municipal da Educação, utilizando roteiros, formulários e documentos padronizados, bem como seguir orientações pedagógicas e administrativas apresentadas pela mesma;
IV. Zelar pela harmonia, respeito, colaboração, responsabilidade no dia-a-dia das relações que envolvem educandos, professores e demais funcionários;
V. Zelar pelo controle de desperdício de água, energia elétrica e telefone respondendo pelos atos que causem gastos excessivos;
VI. Priorizar a igualdade de direitos e condições a todos os educandos, professores e demais funcionários;
VII. Esclarecer e acompanhar, em conjunto com o Conselho Escolar as contas de Associações de Pais, Mestres e Funcionários – APMFs – subvenções e recursos oriundos das esferas federal e municipal, zelando pela alocação de recursos nas áreas de destinação, sob pena de responsabilidade;
VIII. Zelar pela apresentação das prestações de contas da APMF nos prazos legais estabelecidos em lei e regulamentos, notificando a diretoria da entidade quando dos seus descumprimentos sob pena de responsabilidade;
IX. Providenciar e/ou dar andamento com responsabilidade, transparência, presteza e organização quaisquer documentos que lhes forem solicitados, cumprindo o prazo estabelecido;
X. Agir e transmitir recados com objetividade, pautados sempre em livros de recados com assinatura e ciência dos funcionários;
XI. Acompanhar as questões educacionais e tomar decisões administrativas pautadas em princípios éticos, baseadas na democracia e na igualdade de condições existentes;
XII. Ter ética, respeito, agindo sempre através do diálogo como princípio norteador dos processos que envolvem as relações tanto na área pedagógica, quanto na área administrativa, comunicando imediatamente qualquer fato ou situação estranha que ocorrer na instituição educacional à Secretaria Municipal de Educação;
XIII. Registrar as situações conflitantes ou problemas ocorridos, a fim de produzir documentos comprobatórios para qualquer situação futura que vier a existir, no âmbito das relações que envolvam os mesmos com os funcionários da instituição educacional, bem como com os membros da instituição educacional;
XIV. Comparecer às reuniões quando convocados, repassando fielmente aos servidores da instituição educacional os assuntos pautados;
XV. Não se ausentar do trabalho sem o prévio conhecimento e autorização formal da chefia imediata na Secretaria Municipal de Educação;
XVI. Não tomar decisões precipitadas quando em situações que envolvam o Município de Alto Paraíso, por conseguinte, a Secretaria Municipal de Educação;
XVII. Responder por quaisquer atos e situações que envolvam a instituição educacional com objetivo de esclarecê-los;
XVIII. Fazer cumprir os horários de atendimento e funcionamento da instituição educacional;
XIX. Respeitar, zelar e assegurar o cumprimento do calendário escolar no que diz respeito ao cumprimento dos horários e horas-aula estabelecidos e, quando houver sugestão para sua alteração, aguardar o deferimento da Secretaria Municipal de Educação, sendo vedada a dispensa de aulas sem prévia autorização desta;
XX. Respeitar o patrimônio público quando da sua reforma, construção ou alteração, sendo que para execução dos mesmos deverá ser realizada consulta à Secretaria Municipal da Educação com parecer por escrito;
XXI. Participar das formações, cursos e seminários determinados pela Secretaria Municipal da Educação;
XXII. Dar entrada no acervo da unidade educacional de todo material comprado, doado e/ou recebido do Município ou de qualquer outro órgão público ou privado;
XXIII. Elaborar e executar sua proposta de trabalho;
XXIV. Administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
XXV. Acompanhar, juntamente com a Coordenação Pedagógica, a elaboração e primar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
XXVI. Acompanhar, juntamente com a Coordenação Pedagógica o processo de ensino e aprendizagem da instituição proporcionando subsídios para a recuperação dos alunos de baixo rendimento escolar;
XXVII. Acompanhar o desenvolvimento de todo o trabalho realizado pela Equipe Pedagógica;
XXVIII. Articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a instituição escolar;
XXIX. Participar de cursos de gestão escolar oferecido pela Secretaria Municipal de Educação;
XXX. Assegurar o direito à participação em formações, cursos e seminários a todos os de docentes, conforme área de atuação;
XXXI. Assegurar o direito à escolarização e permanência a todos os discentes;
XXXII. Garantir o processo de inclusão escolar de acordo com a legislação vigente;
XXXIII. O contido no Regimento Escolar.
Art. 9º - O Diretor que não atender às atribuições apontadas nesse decreto terá sua conduta preliminarmente analisada por Comissão Especial, que deliberará sobre as medidas cabíveis, inclusive a representação ao regime disciplinar previsto nos Estatutos dos Servidores e do Magistério, podendo, ainda, determinar o afastamento preventivo da função.
Parágrafo único. A aplicação de penalidade disciplinar implicará perda do mandato.
Art. 10º - O enquadramento da função qualificada observará o Art. nº 33 – Item I da Lei Complementar nº 027 de 06 de outubro de 2010 com suas alterações posteriores.
Art. 11 – Poderão votar no processo de escolha para Diretor da Instituição Educacional:
I. Professores e Pedagogo efetivos ou temporários em efetivo exercício;
II. Demais servidores efetivos ou temporários, em exercício na escola, na data da votação;
III. Os membros da Associação de Pais, Mestres e Funcionários e Conselho Escolar na data da votação, responsáveis pelo Estabelecimento de ensino onde esteja ocorrendo a escolha de diretor.
IV. Servidores internos, efetivos ou comissionados, que na data da votação estejam atuando na área de educação nesta Secretaria;
V. Alunos da EJA – Educação de Jovens e Adultos – maiores de 16(dezesseis) anos, votando na instituição em que estejam, circunstância na qual fica vedada a participação do pai ou mãe ou responsável.
§ 1. Entende-se por "em exercício", de que trata o inciso I deste artigo, o servidor que não esteja afastado por período superior a 180 dias até a data da consulta pública.
§ 2. Ninguém poderá votar mais de uma vez no mesmo Estabelecimento de Ensino, sob qualquer pretexto, mesmo no caso de professores terem mais de um padrão, ou fazermos parte da APMF ou sendo servidor e responsável por aluno, ou aluno maior, que reúna também a condição de pai/ mãe/responsável. Os funcionários da secretaria, indicados previamente em uma listagem, deverão votar em todas as unidades.
Art. 12 – No ato da votação, o votante deverá identificar-se através de documentos legais com foto; Parágrafo único. Não será permitido o voto por procuração.
Art. 13 – Não terá direito a voto os estagiários.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Estado do Paraná
EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
CONTRATO Nº: 247/2024
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI-PR.
CONTRATADA: AGROMUSIC JNT LTDA
DO OBJETO: Contratação de show artístico com João Nélere e Texano para apresentação na Expo Piquiri 2024 no dia 02 de novembro de 2024.
DA VIGÊNCIA: O presente CONTRATO terá vigência no início da assinatura deste instrumento estendendo-se até 28 de outubro de 2025.
DO VALOR CONTRATUAL: O valor referente ao presente CONTRATO é de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) a serem pagos conforme o cumprimento dos requisitos constantes no CONTRATO DA INEXIGIBILIDADE Nº 12/2024.
Alto Piquiri - PR, 28 de outubro de 2024.
GIOVANE MENDES DE CARVALHO
Prefeito Municipal
Contratante
JOAO MARCOS ORNELA DA SILVA
Representante Legal da Empresa
Contratado

Art. 14 – Haverá processo de consulta pública em todas as instituições.
Art. 15 – São as etapas de caráter eliminatório da escolha dos gestores escolares: inscrição, avaliação de mérito e desempenho, apresentação do Plano de Gestão, consulta pública.
CAPÍTULO II
DAS INSCRIÇÕES
Art. 16 – O candidato deverá solicitar formalmente sua inscrição no procedimento de escolha dos candidatos aprovados e previamente em avaliação de mérito e desempenho.
Art. 17 – O candidato inscrito ao cargo de gestor escolar, além dos demais requisitos previstos neste decreto, deverá ser submetido à critérios técnicos de mérito e desempenho.
Art. 18 – Compõe os critérios técnicos de mérito e desempenho:
§ 1. Para ter sua inscrição homologada o candidato deverá ter alcançado todos os requisitos de participação que exige este decreto.
§ 2. Serão documentos obrigatórios para a inscrição:
a) cópia simples de documentos pessoais;
b) documentos que comprovem a escolaridade;
c) declaração contendo data de admissão como profissional da educação e em caso de divergência também como servidor do quadro geral.
CAPÍTULO III
DA AVALIAÇÃO DE MÉRITO E DESEMPENHO E DO PLANO DE GESTÃO
Art. 17 – O candidato inscrito ao cargo de gestor escolar, além dos demais requisitos previstos neste decreto, deverá ser submetido à critérios técnicos de mérito e desempenho.
Art. 18 – Compõe os critérios técnicos de mérito e desempenho:
I. Aprovação de seu Plano de Gestão;
II. Declaração do Recursos Humanos sobre a concessão do avanço funcional por Progressão por Habilitação nos últimos 4 anos do candidato.
Art. 19 – Ao inscrever-se o candidato deverá apresentar seu Plano de Gestão contendo as seguintes características:
I. Nome e sobrenome;
II. Data de Nascimento;
III. Filiação;
IV. Estado Civil;
V. Escolaridade;
VI. Competências e qualidades que julga ter para ser diretor;
VII. Motivo pelo qual pretende ser diretor;
Art. 20 – A Comissão Geral do Processo de Escolha, nomeada pela Secretaria Municipal de Educação, realizará análise dos Planos de Gestão observando a existência das características exigidas neste decreto.
Art. 21 – Serão eliminados os Planos que:
I. Não apresentarem as características previstas no Art. 20 deste Decreto;
II. Apresentarem dados falsos;
III. Apresentarem medidas que não comungam com a Legislação vigente.
Art. 22 – Os candidatos que tiverem seus planos de gestão eliminados terão direito a recurso, de acordo com período estipulado.
CAPÍTULO IV
DA CONSULTA PÚBLICA
Art. 23 – O voto para a escolha de Diretores para as instituições educacionais dar-se-á dentre os candidatos aprovados em avaliação de mérito e desempenho.
§ 1º. Cada Estabelecimento de Ensino, deverá elaborar uma lista de votantes, conforme este decreto, onde constará espaço para a assinatura do votante;
§ 2º. Depois de publicada a lista de candidatos aprovados na avaliação de mérito e desempenho a Secretaria Municipal de Educação, através da Comissão Geral do Processo de Escolha designará uma comissão formada de 03 (três) pessoas para trabalhar no processo de escolha em cada unidade escolar. Caberá a esta comissão verificar se a urna está vazia antes da votação diante de 02 testemunhas, ter em mãos a lista de votantes, colhendo assinatura de todos que votarem, fazer a contagem dos votos diante de todos os presentes, lavrar a ATA com o resultado do processo de escolha, encaminhar a Secretaria de Educação e seguir todas as determinações, constante neste Decreto;
§ 3. Não poderá integrar a Comissão das Unidades, os candidatos, seus cônjuges ou parentes até segundo grau, ainda que por afinidade, ou qualquer servidor que esteja no exercício do cargo de Diretor na respectiva escola municipal;
§ 4. Será considerado o escolhido o candidato que obtiver a maioria simples dos votos válidos;
§ 5. O voto será considerado nulo quando não se puder identificar o candidato e/ou for identificável o votante, bem como quando estiver com rasuras de qualquer espécie ou contenham expressões, frases, palavras, sinais ou qualquer outra manifestação além daquela que exprime o voto;
§ 6. Caso haja um único candidato este, para ser escolhido, deverá ter número superior de votos nulos e brancos;
§ 7. Na hipótese dos votos nulos e brancos serem superiores o diretor será indicado no rol dos aprovados na etapa da avaliação de desempenho;
Art. 24 – O processo de votação, previsto neste Decreto, só será considerado válido quando:
I. O número de votantes for, no mínimo, de 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) do total de representantes;
II. A soma dos votos brancos e nulos for inferior a 50% (cinquenta por cento) do total de votos.
Art. 25 – Ocorrendo empate na votação, o desempate será feito obedecendo aos seguintes critérios, na ordem abaixo estabelecida:
I. Candidato que tenha mais tempo de serviço no Estabelecimento de Ensino que pretende dirigir;
II. Candidato que tenha mais tempo de serviço no magistério municipal;
III. Candidato que tenha maior grau de titulação ou maior número de títulos;
IV. Candidato de maior idade;
Art. 26 – O processo de votação será conduzido por mesa receptora formada pela Comissão de cada unidade que deverá escolher seu Presidente.
§ 1º. No local destinado à votação, a Mesa ficará em recinto separado do público e, ao lado, haverá uma cabine de votação que garanta o sigilo do voto;
§ 2. Somente poderão permanecer no recinto destinado à Mesa Receptora os seus membros e, durante o tempo necessário à votação, o votante;
§ 3. Ao Presidente da mesa receptora, indicado por seus pares, competirá garantir a ordem no local e o direito à liberdade de escolha de cada votante;
§ 4. Ao Secretário da mesa receptora, indicado pelo Presidente da mesa, competirá, durante a votação, registrar as ocorrências em ata circunstanciada que, ao final da votação, será lida e assinada por todos os mesários;
§ 5. Nenhuma pessoa ou autoridade estranha à mesa receptora poderá intervir, sob pretexto de qualquer natureza, no trabalho da mesa, exceto dos membros da Comissão Geral do Processo de Escolha, quando solicitados.
Art. 27 – O voto será em cédula única, que deverá conter o carimbo identificar da escola municipal e a rubrica do presidente da mesa e de um dos mesários.
Art. 28 – Se, ao receber a cédula única, o votante verificar que ela está rasurada ou assinada, ou se ele próprio a inutilizar ou assinalar incorretamente, deverá solicitar outra ao Presidente da Mesa.
Parágrafo único – Em quaisquer das hipóteses acima, a cédula devolvida à Mesa será imediatamente inutilizada, à vista dos mesários, sem quebra do sigilo do voto.
Art. 29 – A apuração dos votos será feita em sessão única, no mesmo local de votação.
§ 1º. Antes de serem abertas as urnas, a Mesa Escrutinadora verificará se há nelas indícios de violação e anulará qualquer urna que tenha sido violada.
§ 2. As cédulas contendo votos em branco ou nulo serão separadas e marcadas de forma clara, de modo a facilitar a contagem dos votos.
§ 3º. Se constatados vícios ou irregularidades que indiquem a necessidade da anulação do processo, caberá à Mesa Receptora e a Comissão da Unidade dar imediata ciência do fato à Comissão Geral.
Art. 30 – A propaganda dos candidatos só será permitida após a divulgação das chapas registradas na Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer.
Art. 31 – Poderá ser realizado até 02 (duas) Assembleias, para a apresentação das Propostas de trabalho dos candidatos, não podendo cada candidato exceder a 20 (vinte) minutos para as apresentações.
Art. 32 – Fica vedado, durante todo o dia da escolha, sob pena de impugnação da chapa, a propaganda que provoque tumulto no local e arredor do Estabelecimento onde ocorre a escolha, especialmente:
I. Qualquer distribuição de material de propaganda;
II. A prática de alijamento (inclusive corpo a corpo), coação ou manifestação tendente a influir na vontade do votante;
III. Oferecer, prometer ou entregar ao votante, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza;
IV. Transporte de votantes por parte dos candidatos ou seus representantes.
Art. 33. Do resultado da escolha caberá recurso no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sem prejuízo, dos documentos mencionados no caput deste artigo e no segundo: cópia da ata e cédulas de votação.
V. Proclamar, no prazo de até 48h (quarenta e oito horas) o resultado final do processo de escolha, divulga-lo amplamente à Comunidade Escolar e encaminhá-lo ao Chefe do Executivo.
Art. 35 - Nas instituições escolares onde não ocorrerem consultas públicas por falta de candidato e onde o candidato único não obtiver 50% + 1 (cinquenta por cento mais um) dos votos válidos, o cargo de gestor escolar será provido por critérios técnicos de mérito e desempenho.
Parágrafo único. O provimento por critérios técnicos de mérito e desempenho consiste em escolha de competência exclusiva da Secretaria Municipal de Educação, sendo indicado somente candidato aprovado na fase de avaliação e desempenho.
Art. 36 – Os atuais Diretores, que já passaram por processo de escolha, permanecerão em exercício com todas as responsabilidades que lhes são cabíveis, até a transmissão do cargo ao novo nomeado, oportunidade em que farão a entrega de balanço financeiro, acervo documental e inventário de material de uso institucional.
§ 1º. No caso de Diretor concorrendo a segundo mandato, este será responsabilizado funcionalmente pelos embarcos à normalidade do pleito, se formalizadas as irregularidades pelo Presidente da Comissão de Organização do Processo de Escolha em forma de denuncia devidamente formalizada e comprovada e deverá afastar-se de suas atividades no estabelecimento onde concorre, nas 48 (quarente e oito) horas que antecederam ao dia do processo de escolha;
§ 2º. Sendo escolhido para segundo mandato o Diretor, ratificada a sua designação por ato do Chefe do Poder Executivo, o candidato realizará uma Assembleia Geral Extraordinária na instituição educacional, e nela apresentará relatório técnico-pedagógico e prestação de contas da gestão anterior;
§ 3º. Para as duas situações, novo Diretor ou Diretor de segundo mandato, deverá ser entregue no protocolo da Secretaria Municipal de Educação, pelo atual Diretor, cópia da comprovação do cumprimento do disposto no caput, sendo no primeiro caso: cópia do recebimento, pelo novo Diretor, dos documentos mencionados no caput deste artigo e no segundo: cópia da ata da assembleia realizada constando todos os detalhes conforme §2º deste artigo;
§ 4º. O não cumprimento do disposto neste artigo poderá resultar em responsabilização funcional.
Art. 37 – Em caso de vacância do cargo do Diretor, bem como nos casos de ausência, impedimento ou afastamento do Diretor, o provimento será feito pela Secretaria Municipal de Educação por critérios técnicos de mérito e desempenho, dentre candidatos que constem no rol de aprovados na etapa de avaliação de mérito e desempenho.
Art. 38 – Concluído o mandato, o professor, o professor de Educação Infantil retornará ao cargo de origem, com todos os direitos e vantagens e até inerentes.
Art. 39 - O Poder Executivo regulamentará o presente Decreto, no que couber.
Art. 40 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.
Caméara do Prefeito Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, aos 24 de Outubro de 2024.
DÉRCIO JARDIM JUNIOR
PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Estado do Paraná
TERMO DE RATIFICAÇÃO
Inexistibilidade nº 12/2024
Em conformidade com o artigo 74, inciso II, da Lei Federal n. 14.133/2021, e considerando todos os documentos constantes dos autos, RATIFICO a Inexistibilidade n. 12/2024 para contratação de show artístico com João Nélere e Texano para apresentação na Expo Piquiri 2024 no dia 02 de novembro de 2024, para a empresa AGROMUSIC JNT LTDA, CNPJ nº 53.075.408/0001-99, sendo o valor da contratação de R\$80.000,00 (oitenta mil reais), com João NELORE E TEXANO no dia 02/11/2024. FUNDAMENTO PARA INEXISTIBILIDADE – Conforme constam as informações contidas no Documento de Formalização da Demanda da Secretaria Municipal de Administração em anexo ao processo, e parecer jurídico lambém acostado aos autos, a contratação direta está amparada no artigo 74, inc. II da Lei nº 14.133/2021.
RATIFICO a contratação por inexigibilidade com a melhor qualidade e menor desembolso possível, nos termos do que dispõem os princípios que regem a Administração Pública, com base nas razões expostas no presente processo.
Alto Piquiri - PR, 25 de outubro de 2024.
GIOVANE MENDES DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Estado do Paraná
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DECRETO Nº 2.160/2024
Homologa Julgamento proferido no Processo Licitatório PREGÃO nº 30/2024, dando outras providências.
O Prefeito Municipal de Alto Piquiri - PR, no uso de suas atribuições legais;
D E C R E T A:
Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro, nomeado pela Portaria nº 205/2024 de 01 de julho de 2024, sobre o Processo de Licitação na Modalidade de PREGÃO nº 30/2024, que tem por objeto a (o) Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos diversos de acordo com a Resolução SESA 860/2022, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos..
Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da empresa(s) abaixo relacionada.
PROPONETE: VALOR TOTAL
VERZA DISTRIBUIDORA LTDA
R\$ 7.420,00 sete mil, quatrocentos e vinte reais
Art. 3º. Pelo presente, fica intimado o participante da licitação supramencionado, da decisão estabelecida neste Decreto.
Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PAÇO MUNICIPAL, 25 de outubro de 2024
GIOVANE MENDES DE CARVALHO
Prefeito Municipal
EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO
CONTRATO Nº: 238/2024
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI-PR.
CONTRATADA: AMB DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
DO OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos diversos de acordo com a Resolução SESA 860/2022, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.. DA VIGÊNCIA: O presente CONTRATO terá vigência no início da assinatura deste instrumento estendendo-se até 28 de outubro de 2025.
DO VALOR CONTRATUAL: O valor referente ao presente CONTRATO é de R\$ 1.358,00 (um mil, trezentos e cinquenta e oito reais) a serem pagos conforme o cumprimento dos requisitos constantes no CONTRATO DA PREGÃO nº 30/2024.
Alto Piquiri - PR, 28 de outubro de 2024.
GIOVANE MENDES DE CARVALHO
Prefeito Municipal
Contratante
ALESSANDRO MORI DO COUTO
Representante Legal da Empresa
Contratado
EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO
CONTRATO Nº: 239/2024
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI-PR.
CONTRATADA: ASCLEPIOS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI
DO OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos diversos de acordo com a Resolução SESA 860/2022, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.. DA VIGÊNCIA: O presente CONTRATO terá vigência no início da assinatura deste instrumento estendendo-se até 28 de outubro de 2025.
DO VALOR CONTRATUAL: O valor referente ao presente CONTRATO é de R\$ 16.305,00 (dezesseis mil, trezentos e cinco reais) a serem pagos conforme o cumprimento dos requisitos constantes no CONTRATO DA PREGÃO nº 30/2024.
Alto Piquiri - PR, 28 de outubro de 2024.
GIOVANE MENDES DE CARVALHO
Prefeito Municipal
Contratante
PATRICIA BACH
Representante Legal da Empresa
Contratado
EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO
CONTRATO Nº: 240/2024
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI-PR.
CONTRATADA: C E C IMPORTAÇÃO E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA - EPP
DO OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos diversos de acordo com a Resolução SESA 860/2022, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.. DA VIGÊNCIA: O presente CONTRATO terá vigência no início da assinatura deste instrumento estendendo-se até 28 de outubro de 2025.
DO VALOR CONTRATUAL: O valor referente ao presente CONTRATO é de R\$ 9.876,10 (nove mil, oitocentos e setenta e seis reais e dez centavos) a serem pagos conforme o cumprimento dos requisitos constantes no CONTRATO DA PREGÃO nº 30/2024.
Alto Piquiri - PR, 28 de outubro de 2024.
GIOVANE MENDES DE CARVALHO
Prefeito Municipal
Contratante
CARLOS EDUARDO CARVALHO
Representante Legal da Empresa
Contratado
EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO
CONTRATO Nº: 241/2024
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI-PR.
CONTRATADA: JG MOBILIARIOS LTDA
DO OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos diversos de acordo com a Resolução SESA 860/2022, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.. DA VIGÊNCIA: O presente CONTRATO terá vigência no início da assinatura deste instrumento estendendo-se até 28 de outubro de 2025.
DO VALOR CONTRATUAL: O valor referente ao presente CONTRATO é de R\$ 3.930,00 (três mil, novecentos e trinta reais) a serem pagos conforme o cumprimento dos requisitos constantes no CONTRATO DA PREGÃO nº 30/2024.
Alto Piquiri - PR, 28 de outubro de 2024.
GIOVANE MENDES DE CARVALHO
Prefeito Municipal
Contratante
JULIO GARALUZ
Representante Legal da Empresa
Contratado
EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO
CONTRATO Nº: 242/2024
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI-PR.
CONTRATADA: METALIC MEDICAL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
DO OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos diversos de acordo com a Resolução SESA 860/2022, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.. DA VIGÊNCIA: O presente CONTRATO terá vigência no início da assinatura deste instrumento estendendo-se até 28 de outubro de 2025.
DO VALOR CONTRATUAL: O valor referente ao presente CONTRATO é de R\$ 4.990,80 (quatro mil, novecentos e noventa reais e oitenta centavos) a serem pagos conforme o cumprimento dos requisitos constantes no CONTRATO DA PREGÃO nº 30/2024.
Alto Piquiri - PR, 28 de outubro de 2024.
GIOVANE MENDES DE CARVALHO
Prefeito Municipal
Contratante
VINICIUS MARTINS STOKLOSKI
Representante Legal da Empresa
Contratado
EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO
CONTRATO Nº: 243/2024
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI-PR.
CONTRATADA: MAMIMED PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA
DO OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos diversos de acordo com a Resolução SESA 860/2022, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.. DA VIGÊNCIA: O presente CONTRATO terá vigência no início da assinatura deste instrumento estendendo-se até 28 de outubro de 2025.
DO VALOR CONTRATUAL: O valor referente ao presente CONTRATO é de R\$ 12.050,00 (doze mil e cinquenta reais) a serem pagos conforme o cumprimento dos requisitos constantes no CONTRATO DA PREGÃO nº 30/2024.
Alto Piquiri - PR, 28 de outubro de 2024.
GIOVANE MENDES DE CARVALHO
Prefeito Municipal
Contratante
ANTONIO TADEU PENIDIO SILVA JUNIOR
Representante Legal da Empresa
Contratado
EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO
CONTRATO Nº: 244/2024
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI-PR.
CONTRATADA: PERFLEX MOVEIS LTDA
DO OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos diversos de acordo com a Resolução SESA 860/2022, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.. DA VIGÊNCIA: O presente CONTRATO terá vigência no início da assinatura deste instrumento estendendo-se até 28 de outubro de 2025.
DO VALOR CONTRATUAL: O valor referente ao presente CONTRATO é de R\$ 5.621,00 (cinco mil, seiscentos e vinte e um reais) a serem pagos conforme o cumprimento dos requisitos constantes no CONTRATO DA PREGÃO nº 30/2024.
Alto Piquiri - PR, 28 de outubro de 2024.
GIOVANE MENDES DE CARVALHO
Prefeito Municipal
Contratante
PATRICIA DE MORAES HINZ YOKOTA
Representante Legal da Empresa
Contratado
EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO
CONTRATO Nº: 245/2024
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI-PR.
CONTRATADA: PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUICAO
DO OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos diversos de acordo com a Resolução SESA 860/2022, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.. DA VIGÊNCIA: O presente CONTRATO terá vigência no início da assinatura deste instrumento estendendo-se até 28 de outubro de 2025.
DO VALOR CONTRATUAL: O valor referente ao presente CONTRATO é de R\$ 4.685,00 (quatro mil, seiscentos e oitenta e cinco reais) a serem pagos conforme o cumprimento dos requisitos constantes no CONTRATO DA PREGÃO nº 30/2024.
Alto Piquiri - PR, 28 de outubro de 2024.
GIOVANE MENDES DE CARVALHO
Prefeito Municipal
Contratante
ALAN HENRYKE DOS SANTOS VERZA
Representante Legal da Empresa
Contratado

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO
CONTRATO Nº: 246/2024
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI-PR.
CONTRATADA: VERZA DISTRIBUIDORA LTDA
DO OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos diversos de acordo com a Resolução SESA 860/2022, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.. DA VIGÊNCIA: O presente CONTRATO terá vigência no início da assinatura deste instrumento estendendo-se até 28 de outubro de 2025.
DO VALOR CONTRATUAL: O valor referente ao presente CONTRATO é de R\$ 7.420,00 (sete mil, quatrocentos e vinte reais) a serem pagos conforme o cumprimento dos requisitos constantes no CONTRATO DA PREGÃO nº 30/2024.
Alto Piquiri - PR, 28 de outubro de 2024.
GIOVANE MENDES DE CARVALHO
Prefeito Municipal
Contratante
ALAN HENRYKE DOS SANTOS VERZA
Representante Legal da Empresa
Contratado

EXTRATO DE CONTRATO DE FORNECIMENTO
CONTRATO Nº: 247/2024
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI-PR.
CONTRATADA: AGROMUSIC JNT LTDA
DO OBJETO: Contratação de show artístico com João Nélere e Texano para apresentação na Expo Piquiri 2024 no dia 02 de novembro de 2024.
DA VIGÊNCIA: O presente CONTRATO terá vigência no início da assinatura deste instrumento estendendo-se até 28 de outubro de 2025.
DO VALOR CONTRATUAL: O valor referente ao presente CONTRATO é de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) a serem pagos conforme o cumprimento dos requisitos constantes no CONTRATO DA INEXIGIBILIDADE Nº 12/2024.
Alto Piquiri - PR, 28 de outubro de 2024.
GIOVANE MENDES DE CARVALHO
Prefeito Municipal
Contratante
JOAO MARCOS ORNELA DA SILVA
Representante Legal da Empresa
Contratado

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br



MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI
Estado do Paraná
Exercício: 2024

TERMO DE ADITIVO

1º Termo aditivo do contrato nº 256/2023, decorrente da DISPENSA nº 49/2023 de Aquisição de nitrogênio digital.

O MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 76.247.352/0001-08, com endereço em RUA SANTOS DUMONT, 341, CENTRO, ALTO PIQUIRI PR, 87580-000, representado pelo Prefeito Municipal Sr. GIOVANE MENDES DE CARVALHO, e a empresa NITROSEMI PRODUTOS AGROPECUARIOS EIRELI, inscrita no CNPJ sob nº 85.093.524/0001-27, com sede no endereço RUA GARCIA ANANIAS, 252, CENTRO, VARGEM GRANDE PRIMAIS-PR, neste ato representada por SANDRO HENRIQUE BORELLA, portador do RG nº 22.237.908-X, portador do CPF sob nº 164.023.786-05, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - Dilação do Prazo de Vigência Mínimo 24/10/2025. Fica aditado o prazo do presente contrato por mais 12 (doze) meses, sendo em vista que há saldo suficiente para atender pelo período, conforme solicitado pelo protocolo 652/2024, com fundamento art. 105, da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

ALTO PIQUIRI 25 de outubro de 2024.

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI
CNPJ 76.247.352/0001-08

CONTRATADA
NITROSEMI PRODUTOS AGROPECUARIOS EIRELI
CNPJ 85.093.524-00/0127

GIOVANE MENDES DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL

SANDRO HENRIQUE BORELLA
RG 22.237.908-X
CPF 164.023.786-05
REPRESENTANTE LEGAL



MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI
Estado do Paraná
Exercício: 2024

TERMO DE ADITIVO

2º Termo aditivo do contrato nº 210/2023, decorrente da DISPENSA nº 75/2023 de Contratação para fornecimento de Telediodos e Monitorização Cardíaca, através de eletrocardiografia transmissão digital.

O MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 76.247.352/0001-08, com endereço em RUA SANTOS DUMONT, 341, CENTRO, ALTO PIQUIRI PR, 87580-000, representado pelo Prefeito Municipal Sr. GIOVANE MENDES DE CARVALHO, e a empresa CALL ECO SERVIÇOS DE TELEMEDICINA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 06.071.210/0001-21, com sede no endereço RUA NESTOR GUIMARÃES, 111, CENTRO, VIA ESTRELA PONTA GROSSA-PR, neste ato representada por MARCELO VALLADÃO FERREIRA DE CARVALHO, portador do RG nº 13.017.555-4, portador do CPF sob nº 002.066.727-1, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - Dilação do Prazo de Vigência Mínimo 24/10/2025. Fica aditado o prazo do presente contrato por mais 12 (doze) meses, com fundamento art. 57, II da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

ALTO PIQUIRI 25 de outubro de 2024.

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI
CNPJ 76.247.352/0001-08

CONTRATADA
CALL ECO SERVIÇOS DE TELEMEDICINA LTDA - EPP
CNPJ 06.071.210-00/0121

GIOVANE MENDES DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL

MARCELO VALLADÃO FERREIRA DE CARVALHO
RG 13.017.555-4
CPF 002.066.727-01
REPRESENTANTE LEGAL



CÂMARA MUNICIPAL DE ICARAÍMA

Estado do Paraná
ATO DA MESA Nº 068/2024

Ratifica e adjudica Processo de Inexigibilidade de Licitação

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 019/2024

PROCESSO Nº 038/2024

OBJETO: Contratação de serviço referente a 3 (três) inscrições de (três) vereadores da Câmara Municipal de Icaraíma - PR, para participação no curso: MASTERCLASS – Encerramento e transição de mandato, na cidade de Curitiba - PR, durante os dias 29,30,31 de outubro e 01 de novembro de 2024, valor de cada inscrição R\$ 1.890,00 (um mil oitocentos e noventa reais), valor total R\$ 5.670,00 (cinco mil seiscientos e setenta reais).

Considerando as informações, pareceres e documentos contidos neste processo administrativo, RATIFICO E ADJUDICO o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 019/2024 quanto à contratação da Empresa, CEAP BRASIL E LOPES SOLUÇÕES PARA GESTÃO PÚBLICA LIMITADA, CNPJ nº 51.318.373/0001-46, no valor total R\$ 5.670,00 (cinco mil seiscientos e setenta reais), referente ao objeto acima referido, com fundamento no artigo 74, III da Lei nº 14.133/2021. Edifício da Câmara Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, aos 25 dias do mês Outubro de 2024.

MANOEL TIMÓTEO DE ALMEIDA
Presidente
LAÉRCIO BULGARON DOMINGOS
1º Secretário



CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
FONE/FAX: (044) 3665-2298
Icaraíma - Paraná

RESOLUÇÃO: 11/2024

SÚMULA: APROVAR O PLANO DE AÇÃO E O TERMO DE ADESAO/2025 DO PSO ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CEAS/PR

O Conselho Municipal da Assistência Social - CMAS de Icaraíma-Pr, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Municipal nº 459/2009 de 17 de dezembro de 2009, com a Lei Municipal nº 1562/2016, publicada em 11 de setembro de 2016, no Jornal Umuarama Ilustrado do dia 12/09/2016, página C-1 e, em consonância com a Lei 8.742/93, e em reunião no dia 25/10/2024 e pela Ata nº 97/2024

RESOLVE:

Art. 1º- Aprovar o Plano de Ação e o Termo de Adesão/2025 do Pso Único de Assistência Social - CEAS/PR.

Art. 2º - Os casos omissos serão resolvidos em reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 3º- Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Icaraíma, 25 de outubro de 2024.

Maiza Fernandes Felto
Presidente do CMAS





CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
FONE/FAX: (044) 3665-2298
Icaraíma - Paraná

RESOLUÇÃO: 12/2024

SÚMULA: Nomear a Comissão de Visita Técnica a APAE de Icaraíma - Pr

O Conselho Municipal da Assistência Social - CMAS de Icaraíma-Pr, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Municipal nº 459/2009 de 17 de dezembro de 2009, com a Lei Municipal nº 1562/2016, publicada em 11 de setembro de 2016, no Jornal Umuarama Ilustrado do dia 12/09/2016, página C-1 e, em consonância com a Lei 8.742/93, e em reunião no dia 25/10/2024 e pela Ata nº 97/2024

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Comissão para realizar visita técnica à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Icaraíma - Pr, no dia 30 de outubro de 2024, a fim de verificar as condições da Instituição para conclusão da Certificação junto ao CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social.

Representantes Governamentais
Jane Eliza Domingos da Silva Pavan
Maiza Fernandes Felto
Representantes Não - Governamentais
Dante Costa Bueno Filho
Eni Borges Ferreira

Art. 2º - Os casos omissos serão resolvidos em reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 3º- Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Icaraíma, 25 de outubro de 2024.

Maiza Fernandes Felto
Presidente do CMAS





CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
FONE/FAX: (044) 3665-2298
Icaraíma - Paraná

RESOLUÇÃO: 13/2024

SÚMULA: Normalizar as reuniões híbridas do CMAS

O Conselho Municipal da Assistência Social - CMAS de Icaraíma-Pr, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei Municipal nº 459/2009 de 17 de dezembro de 2009, com a Lei Municipal nº 1562/2016, publicada em 11 de setembro de 2016, no Jornal Umuarama Ilustrado do dia 12/09/2016, página C-1 e, em consonância com a Lei 8.742/93, e em reunião no dia 25/10/2024 e pela Ata nº 97/2024

Considerando os eventos globais recentes que mudaram para sempre a maneira com que trabalhamos e colaboramos, particularmente em funções tradicionalmente propícias aos ambientes de escritório, desta feita as reuniões híbridas vieram para agilizar e propiciar novas formas de reuniões usando as tecnologias, assim este Conselho

RESOLVE:

Art. 1º: Aprovar as reuniões híbridas deste Conselho em 60% das reuniões presenciais e 40% via WhatsApp.

a) As reuniões via WhatsApp terão os seguintes critérios:
I - A pauta será inserida no grupo ficando a disposição dos Conselheiros por 24h (vinte e quatro horas) para análise e questionamentos, após este período será feita uma enquete para aprovação da pauta/assunto, a mesma será impressa e arquivada no livro de presença juntamente com a descrição da reunião garantindo desta forma a presença do Conselheiro.

Art. 2º - Os casos omissos serão resolvidos em Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Icaraíma.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Icaraíma, 25 de outubro de 2024.

Maiza Fernandes Felto
Presidente do CMAS





Cafezal do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL

CNPJ: 95.646.652/0001-05

Av. Bulo Otchelli, 664 - Fone: (44) 3655-8000 - Fax: (44) 3655-8008 - Cnpj: 97.565-0001 - Cafezal do Sul - PR.

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao CONTRATO Nº183/2023, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Cafezal do Sul e a empresa: J. ARAUJO ENGENHARIA

I - CONTRATANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Av. Bulo Otchelli, 664, inscrita no CNPJ sob o nº 95.646.652/0001-05, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa J. ARAUJO ENGENHARIA LTDA inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 35.561.928/0001-20, com estabelecimento à Rua Ministro Salazar, 4609, Zona rural da cidade de Umuarama - PR, endereço eletrônico: engenhariaaraujo@gmail.com denominada CONTRATADA.

I - REPRESENTANTES: Representa a CONTRATANTE o Senhor Prefeito Municipal, SR. MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA, brasileiro, casado, agente político, residente e domiciliado à Rua João Antonio Mendes nº 491, Conjunto Habitacional Mãe Amiga, nesta Cidade de Cafezal do Sul-PR, portador do RG nº 004.695.479-10 e a CONTRATADA o senhor JOSÉ PAULO DE ARAUJO JUNIOR portador da Carteira de Identidade RG nº. 12.721.710-6 SSP/PR e inscrito(a) no CPF/MF nº 099.861.809-77, residente e domiciliado a avenida Rio Grande do Norte, 3254, Zona V, na cidade de Umuarama - PR.

III - DA AUTORIZAÇÃO: O presente Termo Aditivo é celebrado em decorrência da autorização do Senhor Prefeito Municipal e necessidade justificada em razão de fato superveniente, sendo que este termo passa a fazer parte integrante e complementar do Contrato original, com se nele estiverse contido Processo Administrativo nº 52/2023. Tomada de preço nº 04/2023.

IV - FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidas, pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas posteriores alterações.

- CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- Objeto: O presente Termo Aditivo, a alteração da CLÁUSULA QUARTA- DO PRAZO DE EXECUÇÃO E CLÁUSULA QUINTA- DA VIGÊNCIA - passando a ter a seguinte redação:
"CLÁUSULA QUARTA- DO PRAZO DE EXECUÇÃO":
...fica prorrogado por 180 dias o prazo de execução sendo de 02 de outubro de 2024 a 31 de março de 2025. Justifica-se que houve fatores que complementem o cronograma físico financeiro detectado pela fiscalização do setor de engenharia, conforme solicitado em anexo.

"CLÁUSULA QUINTA- DA VIGÊNCIA":
Fica prorrogado por igual período de vigência de 360 dias, sendo de 30 de outubro de 2024 a 24 de outubro de 2025.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - O presente Termo Aditivo entra em vigor na data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

3.1 - Ratificam-se as demais cláusulas e condições do contrato original, passando o presente Termo Aditivo a fazer parte integrante do referido instrumento contratual.

3.2 - E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes, na presença de duas testemunhas.

Cafezal do Sul, 25 de outubro de 2024

MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA
Prefeito Municipal

J. ARAUJO ENGENHARIA LTDA
JOSÉ PAULO DE ARAUJO JUNIOR

Testemunhas:

ANDRÉIA DE SOUZA SÁO MIGUEL
CPF: 062.770.339-99

JHONATAN LUCAS EMILIANO DE JESUS
CPF: 114.519.649-78



MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI
Estado do Paraná
Exercício: 2024

TERMO DE ADITIVO

1º Termo aditivo do contrato nº 131/2024, decorrente de DISPENSA nº19/2024 de Contratação de empresa especializada para a elaboração de projetos técnicos abrangentes para o sistema de abastecimento de água. O escopo inclui, mas não se limita, a: identificação, dimensionamento da rede de abastecimento, desenvolvimento de sistema de tratamento e reservação, além de um estudo hidrogeológico detalhado para a perfuração de poços artesianos em áreas previamente delimitada pelo Município de Alto Piquiri - PR.

O MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 76.247.352/0001-08, com endereço em RUA SANTOS DUMONT, 341, CENTRO, ALTO PIQUIRI PR, 87580-000, representado pelo Prefeito Municipal Sr. GIOVANE MENDES DE CARVALHO, e a empresa AQUARONA ASSESSORIA AMBIENTAL E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº. 14.521.400/0001-06, com sede no endereço RUA ANITA GABRIELI, 2191, CENTRO, PRIMAVERA CONCORDIA-SC, neste ato representada por GIOVANNI CASAGRANDE, portador do RG nº 3.942.360, portador do CPF sob nº 009.890.179-00, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - Redimensionamento do Objeto na importância de R\$ 5.670,00 (cinco mil seiscientos e setenta reais e cinquenta centavos). Fica aditado o valor do presente contrato em 25%, conforme razões apresentadas no documento em anexo, com fundamento art. 55, I, da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

ALTO PIQUIRI 25 de outubro de 2024.

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI
CNPJ 76.247.352/0001-08

CONTRATADA
AQUARONA ASSESSORIA AMBIENTAL E SEGURANÇA DO TRABALHO LTDA ME
CNPJ 14.521.400-01/0188

GIOVANE MENDES DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL

GIOVANNI CASAGRANDE
RG 3.942.360
CPF 009.890.179-00
REPRESENTANTE LEGAL



Prefeitura Municipal de Alto Paraíso - PR
CNPJ 95.640.736/0001-30 CEP 87528-000
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - Fone/Fax (044) 3464 1320
e-mail: alparaiso@prefeitura.pr.gov.br

DECRETO Nº 3384/2024
DATA: 25/10/2024

SÚMULA: Decreto ponto facultativo no Município.

O Prefeito do Município de Alto Paraíso, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado Ponto Facultativo nas repartições Públicas Municipais no dia 29 de outubro (segunda-feira) do corrente ano, em função das comemorações (Dia do Servidor Público), retornando as atividades normais no dia 29 de outubro de 2024.

Art. 2º. A medida, todavia, não abrangerá serviços que, por sua natureza, não admitam paralisação.

Parágrafo Primeiro: Os órgãos que prestam serviços essenciais e/ou emergenciais deverão escalar os servidores de acordo com as exigências, a fim de que não ocorra interrupção, nem seja comprometida a qualidade dos serviços, ficando a critério dos titulares dos respectivos órgãos, instituírem plantões ou não, nos casos que julgarem necessários.

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Alto Paraíso, Estado do Paraná, aos 25 dias do mês de Outubro de 2024.

DÉRCIO JARDIM JÚNIOR
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

Estado do Paraná
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 037/2024

O Município de Ivaté, Estado do Paraná, em conformidade com os ditames da Constituição Federal, Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2.021, torna público que realizará certa licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO objetivando a contratação do objeto abaixo identificado:

OBJETO: Aquisição de van de transporte escolar para atender as necessidades da Secretaria de Educação do Município de Ivaté-PR.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item

VALOR MÁXIMO: R\$ 340.865,00 (trezentos e quarenta mil oitocentos e sessenta e cinco reais).

PARTICIPAÇÃO: Ampla concorrência.

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA: 08/11/2024 às 09h00.

PLATAFORMA DE DISPUTA: <https://billecompras.com>.

Ivaté, 25 de outubro de 2024.

Patrícia Tomin Mesquita
Pregoeira



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná
TERMO ADITIVO Nº 001

CONTRATO NÚMERO 176/2024 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO PARA REALIZAR A EXECUÇÃO DE PASSEIO PÚBLICO, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA, TERMO DE REFERÊNCIA E ELEMENTOS INSTRUTORES DO EDITAL DE ACORDO COM O PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO Nº 046/2024.

O MUNICÍPIO DE MARILUZ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público inscrita do CGC/MF nº 76.404.136/0001-29, através de seu representante legal, prefeito PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES, inscrito no CPF/MF sob o nº N° 805.330.519-91 aqui denominado Contratante, de outro lado o SRA. LUANA DE LOURDES CARREIRA DO NASCIMENTO ALVES, brasileira (a), portadora do - RG. 12.865.690-1 SSP- PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 082.191.203-75, residente e domiciliado na cidade de MARILUZ PR, representante da empresa LUANA DE LOURDES C DO N ALVES, aqui denominado Contratada, seguindo planilha em anexos e parecer do SR. EDSON NOBORU SIMAKAWA, engenheiro civil, CREA- RJ 5846-D, resolvem aditivar o presente contrato, conforme o disposto nas cláusulas seguintes:

Cláusula PRIMEIRA: Conforme parecer técnico do Engenheiro Civil, EDSON NOBORU SIMAKAWA, registro do CREA RJ 5846/D cadastrado no CPF/MF sob o nº 030.311.216-21 planilha em anexo fornecida pela empresa LUANA DE LOURDES C DO N ALVES – CNPJ 51.656.641/0001-30, fica acrescido o valor do contrato em R\$ 2.103,05 (dois mil, cento e três reais e cinco centavos), alterando o presente contrato de R\$ 30.598,89 (trinta mil, quinhentos e noventa oito reais e oitenta e nove centavos) para R\$ 32.701,94 (trinta dois mil, setecentos e um reais e noventa e quatro centavos), de acordo com o art. 125 da Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

Cláusula SEGUNDA: Os Contratantes se comprometem a cumprir todas as demais Cláusulas e Condições estipuladas no Contrato que não colidirem com o presente instrumento.

MARILUZ, 25 DE OUTUBRO DE 2024.

PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES
PREFEITO MUNICIPAL

Contratante
LUANA DE LOURDES CARREIRA DO NASCIMENTO ALVES
LUANA DE LOURDES C DO N ALVES-PJ

Contratada
Testemunhas
NOME.....CPF.....
NOME.....CPF.....



CÂMARA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 021-2024
PROCESSO DE DISPENSA Nº 013/2024
JUSTIFICATIVA

O presente Processo de Dispensa de Licitação nº 013-2024 refere-se à Contratação de empresa para aquisição de Cadeiras para a sala dos funcionários da Câmara Municipal de Mariluz.

É importante ressaltar que a aquisição visa atender as necessidades funcionais e otimizar o uso dos espaços internos para melhor servir aos cidadãos e funcionários, promovendo um ambiente de trabalho mais eficiente e acolhedor.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Inciso I e II do Art. 75, e artigo 95 § 2º da Lei nº 14.133/21.

Autorizo a instauração do referido processo com Dispensa de licitação.

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Mariluz, 25 de outubro de 2024, nos termos do presente processo.

Califico a dispensa de licitação.

MARILUZ, 25 de outubro de 2024.

MARCOS ANTONIO VALERIO
Presidente da Câmara



CÂMARA MUNICIPAL DE MARILUZ

Estado do Paraná
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO
DISPENSA Nº 013-2024
HOMOLOGO E ADJUDICO o Processo de Dispensa nº 013/2024 por entender que cumpriu as formalidades legais instituídas pelo Inciso I e II do Art. 75, e artigo 95 § 2º da Lei nº 14.133/21.

OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de cadeiras, destinadas às salas dos funcionários da Câmara Municipal de Mariluz.

EMPRESA: NOROESTE PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA
CNPJ: 07.518.984/0001-46
VALOR: R\$ 3.596,00 (Três mil, quinhentos e noventa e seis reais)

Mariluz, 25 de Outubro de 2024.

MARCOS ANTONIO VALERIO
Presidente da Câmara



PÉROLA
GOVERNO MUNICIPAL

NOTIFICAÇÃO

REFERENTE: Irregularidade na Construção de Rampa

NOTIFICADO: DENER DAVANZO TRESOLDI

ENDEREÇO: Avenida Café Filho, 761

CADASTRO: 3730-0

Prézo(s),

Foi constatado que, no endereço acima mencionado, há uma rampa construída na calçada que obstrui a via, o que contraria as disposições legais vigentes.

Conforme o Art. 63 do Código de Posturas do Município de Perola, instituído pela Lei Complementar nº 15 de 15 de dezembro de 2011, informamos que a construção de rampas deve estar de acordo com a norma vigente.

Solicitamos que a irregularidade seja corrigida no prazo máximo de prazo de 15 dias a contar da data de recebimento, o não cumprimento desta notificação poderá resultar em sanções conforme previsto na legislação municipal.

Esperança Nova, 25 de outubro de 2024.

JOÃO CARLOS DOS SANTOS
Fiscal de Obras e Posturas
Portaria Nº 417/2024

Pérola - Paraná, 25 de outubro de 2024

JOÃO CARLOS DOS SANTOS
Fiscal de Obras e Posturas
Portaria Nº 417/2024



MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI
Estado do Paraná
Exercício: 2024

TERMO DE ADITIVO

8º Termo aditivo do contrato nº 249/2021, decorrente de PREGÃO nº60/2021 de Contratação de empresa para fornecimento de solda elétrica, torço e serviços de mão de obra, para atender todas as secretarias do Município de Alto Piquiri.

O MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 76.247.352/0001-08, com endereço em RUA SANTOS DUMONT, 341, CENTRO, ALTO PIQUIRI PR, 87580-000, representado pelo Prefeito Municipal Sr. GIOVANE MENDES DE CARVALHO, e a empresa ORIALDO ANTONIO RODRIGUES 55569471987, inscrita no CNPJ sob nº 12.050.459/0001-89, com sede no endereço RUA HENRIQUE DIAS, 339, CENTRO, CENTRO ALTO PIQUIRI-PR, neste ato representada por ORIALDO ANTONIO RODRIGUES, portador do RG nº 3.249.000-0, portador do CPF sob nº 555.694.719-87, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - Dilação do Prazo de Vigência Mínimo 24/10/2025. Fica aditado o prazo do presente contrato por mais 12 (doze) meses, conforme solicitado pelo protocolo 652/2024, com fundamento art. 57, I da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

ALTO PIQUIRI 25 de outubro de 2024.

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI
CNPJ 76.247.352/0001-08

CONTRATADA
ORIALDO ANTONIO RODRIGUES 55569471987
CNPJ 12.050.459-00/0189

GIOVANE MENDES DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL

ORIALDO ANTONIO RODRIGUES
RG 3.249.000-0
CPF 555.694.719-87
REPRESENTANTE LEGAL



MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI
Estado do Paraná
Exercício: 2024

TERMO DE ADITIVO

6º Termo aditivo do contrato nº 249/2021, decorrente de PREGÃO nº60/2021 de Contratação de empresa para fornecimento de solda elétrica, torço e serviços de mão de obra, para atender todas as secretarias do Município de Alto Piquiri.

O MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 76.247.352/0001-08, com endereço em RUA SANTOS DUMONT, 341, CENTRO, ALTO PIQUIRI PR, 87580-000, representado pelo Prefeito Municipal Sr. GIOVANE MENDES DE CARVALHO, e a empresa ORIALDO ANTONIO RODRIGUES 55569471987, inscrita no CNPJ sob nº 12.050.459/0001-89, com sede no endereço RUA HENRIQUE DIAS, 339, CENTRO, CENTRO ALTO PIQUIRI-PR, neste ato representada por ORIALDO ANTONIO RODRIGUES, portador do RG nº 3.249.000-0, portador do CPF sob nº 555.694.719-87, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - Reajuste de Valores na importância de R\$ 60.700,00 (sessenta mil, setecentos e cinquenta reais). Fica aditado o saldo do presente contrato por mais 12 (doze) meses, conforme solicitado no protocolo 652/2024, com fundamento art. 65, I, alínea b, do §1º, da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

ALTO PIQUIRI 25 de outubro de 2024.

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE ALTO PIQUIRI
CNPJ 76.247.352/0001-08

CONTRATADA
ORIALDO ANTONIO RODRIGUES 55569471987
CNPJ 12.050.459-00/0189

GIOVANE MENDES DE CARVALHO
PREFEITO MUNICIPAL

ORIALDO ANTONIO RODRIGUES
RG 3.249.000-0
CPF 555.694.719-87
REPRESENTANTE LEGAL



CÂMARA MUNICIPAL DE ICARAÍMA

Estado do Paraná
ATO DA MESA Nº 067/2024

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, usando das prerrogativas regimentais conferidas pelo art. 23, da resolução nº 006/91, art. 17, inciso XXVIII, da Lei Orgânica do Município, atendendo ainda ao disposto na Resolução nº 023/2019 e Resolução nº 025/2020, tendo em vista o requerimento/solicitação nº 262/2024 formulado pelo Vereador Leandro Ferreira de Andrade e requerimento/solicitação nº 263/2024 formulado pela Vereador Luciano Fábio Sitta.

RESOLVE:

Ficam os Vereadores LEANDRO FERREIRA DE ANDRADE (matrícula nº 258) e LUCIANO FÁBIO SITTA (matrícula nº 252) autorizados a viajar a cidade de Curitiba, Estado do Paraná, representando este Poder Legislativo nos dias 29 de Outubro a 01 de Novembro de 2024, para participar do curso "MASTERCLASS – Encerramento e Transição de Mandato", local do Curso: Hotel San Juan Executivo – Avenida Sete de Setembro – 2516 – Centro – Curitiba - PR. Curso este realizado pela empresa CEAP BRASIL E LOPES SOLUÇÕES PARA GESTÃO PÚBLICA LIMITADA, durante os dias 29 de Outubro a 01 de Outubro a 01 de Novembro de 2024, cabendo-lhes o recebimento de 3 (três) diárias (valor total das diárias para cada R\$ 1.593,66 (mil quinhentos e noventa e três reais e sessenta e seis centavos).

Após a conclusão da viagem, conforme o art. 4º, § 3º § 4º da Resolução de nº 023/2019, para comprovar a realização do referido deslocamento deverão o Vereador apresentar a Mesa Diretora, no prazo de cinco dias os seguintes documentos: Notas de refeição, recibos de inscrição do curso e certificado do mesmo, além do relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas durante o período de afastamento.

Edifício da Câmara Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, aos 25 dias do mês Outubro de 2024.

MANOEL TIMÓTEO DE ALMEIDA
Presidente
LAÉRCIO BULGARON DOMINGOS
1º Secretário



Câmara Municipal de Alto Paraíso

ESTADO DO PARANÁ
Rua José Baltazar Rodrigues, 1123 - FONE/FAX (044) 3644-1171
CEP 87.528-000 - ALTO PARAÍSO - PR

EXTRATO DE CONTRATO Nº 031/2024

Ref. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 033/2024

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 031/2024

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO

CONTRATADO: L F GRANDO CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA. CNPJ: 26.343.359/0001-55 NIRE 416.0490596

OBJETO: 03 (três) inscrições, sendo 01 (um) Vereador (a) e 02 (dois) servidores (as) da Câmara Municipal de Alto Paraíso - PR, para participação no curso (teminário) "RESPONSABILIDADES DOS AGENTES PÚBLICOS EM ÚLTIMO ANO DE MANDATO", "O PRINCÍPIO DA ECONOMICIDADE E O ESTUDO DE CASO: INTERLEIOS NAS CÂMARAS MUNICIPAIS", "O JULGAMENTO DE CONTAS PELO LEGISLATIVO – ATUALIDADES", "GESTÃO DE PATRIMÔNIO PÚBLICO" E "COMUNICAÇÃO PÚBLICA EFICIENTE", na Cidade de Foz de Iguaçu, Paraná, durante o dia de 21 a 23 de outubro de 2024. Valor de inscrição R\$ 3.990,00 (um mil oitocentos e noventa reais). Perfazendo um total de R\$ 5.776,00 (cinco mil seiscientos e setenta e sete reais).

VALOR: R\$ 5.670,00 (cinco mil seiscientos e setenta reais).

PRazo DE VIGÊNCIA: 04 DIAS

Data Assinatura: 21 de outubro de 2024

FORO: Comarca de Xambé, Estado do Paraná.



CÂMARA MUNICIPAL DE ICARAÍMA

Estado do Paraná
ATO DA MESA Nº 066/2024

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Icaraíma, Estado do Paraná, usando das prerrogativas regimentais conferidas pelo art. 23, da resolução nº 006/91, art

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 58/2024
Constitui Comissão Especial e da outras providências.
O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA, Estado do Paraná, usando das suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º. Fica constituída Comissão Especial pelos servidores: Rogério Siqueira Pinheiro, Adriana Aparecida Rodrigues da Silva, Marcio Nogueira da Rocha e Jesse Verginio Onofre Ribeiro, para, sob a presidência do primeiro, realizarem inventário, reavaliação e depreciação dos bens móveis e imóveis de uso e guarda do Poder Legislativo Municipal.
Parágrafo único – A Comissão Especial de que trata este artigo terá o prazo até 10 de dezembro do corrente ano para concluir o inventário e emitir o relatório respectivo.
Art. 2º. Considerar relevantes os serviços prestados pela Comissão, ora constituída, sem ônus para a Câmara Municipal.
Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.
Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.
CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA, 25 de outubro de 2024.
Cleão dos Pneu
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
RESUMO DE TERMOS ADITIVOS
Termo de aditivo 001 ao Contrato Nº 141/2024
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: IVANEIDE EXPEDITA DOS SANTOS
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 05 de abril de 2025.
Cláusula Segunda: Fica mantido ao presente contrato, o valor mensal de até R\$ 3.282,00 (três mil duzentos e oitenta e dois reais), perfazendo o valor total deste termo em até R\$ 19.692,00 (dezenove mil seiscientos e noventa e dois reais), passando e atualizando o valor do contrato de até R\$ 19.692,00 (dezenove mil seiscientos e noventa e dois reais), para até R\$ 39.384,00 (trinta e nove mil e oitenta e quatro reais).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária: 70.001.10.301.0024.2.145.3.3.90.36.00,00 – D: 117 – F:303
Cláusula Quarta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 04/10/2024

Termo de aditivo 001 ao Contrato Nº 190/2024
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: ELOIZA CASTILIONE
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 21 de maio de 2025.
Cláusula Segunda: Fica mantido ao presente contrato, o valor mensal de até R\$ 3.282,00 (três mil e duzentos e oitenta e dois reais), perfazendo o valor total deste termo em até R\$ 19.692,00 (dezenove mil seiscientos e noventa e dois reais), passando e atualizando o valor do contrato de até R\$ 19.692,00 (dezenove mil seiscientos e noventa e dois reais), para até R\$ 39.384,00 (trinta e nove mil e trezentos e oitenta e quatro reais).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária: 70.001.10.301.0024.2.145.3.3.90.36.00,00 – D: 117 – F:303
Cláusula Quarta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 04/10/2024

Termo de aditivo 001 ao Contrato Nº 190/2024
Contratante: Fundo Municipal de Saúde
Contratado: MARCELLE PATRICIA BORLINA DE SOUZA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 14 de maio de 2025.
Cláusula Segunda: Fica mantido ao presente contrato, o valor mensal de até R\$ 3.282,00 (três mil duzentos e oitenta e dois reais), perfazendo o valor total deste termo em até R\$ 19.692,00 (dezenove mil seiscientos e noventa e dois reais), passando e atualizando o valor do contrato de até R\$ 19.692,00 (dezenove mil seiscientos e noventa e dois reais), para até R\$ 39.384,00 (trinta e nove mil e oitenta e quatro reais).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária: 70.001.10.301.0024.2.145.3.3.90.36.00,00 – D: 117 – F:303
Cláusula Quarta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data: 21/10/2024
Umuarama, 24 de outubro de 2024
EDSON DOS SANTOS SOUZA
Secretário Municipal de Saúde

SINDICATO RURAL DE CIDADE GAÚCHA
CNPJ: 76.713.841/0001-08
Rua Mário Ribeiro Borges, 3096 – 87.820-000
Telefais: (44) 3675-1245 - Cidade Gaúcha - Paraná
email: srsgaucha@gmail.com



* Ofício nº 24/2024

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Sindicato Rural de Cidade Gaúcha, atendendo ao Estatuto da entidade, convoca os associados para Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se:

Data: 27/11/2024 (quarta-feira)
Local: Sindicato Rural (Rua Mário Ribeiro Borges, 3096)
Horário: 19:00 horas

Pauta:

1 – Aprovação da Proposta Orçamentária do ano de 2025.

Cidade Gaúcha, 25 de Outubro de 2024.

Lotário Kronbauer
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO - PR

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER
CNPJ 95.640.736/0001-30
Av. Pedro Amaro dos Santos, 900 - CEP 87528-000 - Fone/Fax: (0**44) 3664-1320
DECRETO Nº 2.385/2024
DATA: 28/10/2024
SÚMULA: Dispõe sobre a inclusão do ensino da História e da Cultura Afro-brasileira, bem como a História dos Negros e dos Povos Indígenas no Brasil, nas escolas da Rede Municipal de Ensino de Alto Paraíso, em consonância com a Lei Federal nº. 10.639/2003, e com a Lei Federal nº 11.645, de 10 março de 2008 que torna obrigatório o ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira e o estudo da História e Cultura Indígena em toda a escola de Ensino Fundamental e Médio.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO, no uso de suas atribuições legais, e CONSIDERANDO a importância da valorização da diversidade étnico-cultural e do combate ao racismo no ambiente escolar;
CONSIDERANDO o disposto na Lei nº. 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da História da África e da Cultura Afro-brasileira em todas as escolas de Ensino Fundamental e Médio;
CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 11.645/2008 que torna obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio.
CONSIDERANDO a importância de ampliar o ensino para abranger também a História dos Negros e Indígenas, objetivando proporcionar aos estudantes uma visão mais ampla e abrangente da história do Brasil, bem como promover uma educação mais inclusiva e plural;
DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecida a inclusão obrigatória do ensino da História e da Cultura Afro-brasileira e indígena bem como a História dos Negros e Povos Indígenas no território nacional, nos currículos escolares das escolas da Rede Municipal de Ensino.
Art. 2º. O ensino contemplará a trajetória da África e dos africanos, as batalhas enfrentadas pelos Negros e Povos Indígenas no Brasil, a riqueza da cultura negra e indígena brasileira, assim como o papel do negro e do índio na construção da sociedade nacional e suas influências em diferentes esferas da história do país, incluindo a situação atual desses grupos na sociedade contemporânea.
Art. 3º. As escolas municipais deverão ensinar, pesquisar e divulgar as contribuições culturais como a religião, música, dança, culinária da cultura afro-brasileira e indígena, bem como outras manifestações e processos encontrados no território nacional.
Art. 4º. A proposta pedagógica e o regimento escolar das instituições de ensino deverão incorporar a educação das relações étnico-raciais, promovendo a participação ativa de toda a comunidade escolar no desenvolvimento e fortalecimento dos valores humanos. Este processo deve enfatizar o respeito e a valorização das diversas características físicas, das manifestações culturais, dos hábitos e dos costumes de diferentes grupos étnicos.
Art. 5º. Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão integrados ao currículo escolar de forma transversal e multidisciplinar, sendo incorporados especialmente nas disciplinas de História, Geografia, Língua Portuguesa, Artes e demais componentes curriculares pertinentes e ministrados ao longo do ano letivo.
Art. 6º. O Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e da História dos Negros, assim como dos Povos Indígenas abrangerá os seguintes aspectos:
I. História da África e dos Africanos;
II. História dos povos indígenas;
III. Luta dos negros e dos indígenas por seus direitos;
IV. Luta dos indígenas por seus direitos;
V. Contribuições culturais, sociais, econômicas e políticas dos negros e indígenas para a formação e o desenvolvimento da sociedade brasileira e paranaense, destacando aspectos específicos de suas histórias.
VI. Cultura afro-brasileira e indígena, incluindo religião, música, dança, culinária, literatura, entre outros aspectos relevantes.
Art. 7º. Caberá a Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer promover a formação continuada de professores, visando capacitar os docentes para o adequado ensino dos conteúdos relacionados à História e Cultura Afro-brasileira e à História dos Negros na formação da sociedade nacional, assegurando assim a qualidade e a efetividade do processo educacional.
Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.
Alto Paraíso, 25 de outubro de 2024
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PÉROLA

Estado do Paraná
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2024.
Súmula: Estabelece procedimento para as três fases da execução da despesa orçamentária: Empenho, Liquidação e Pagamento.
A Secretária Municipal de Fazenda e Administração no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,
Considerando a necessidade de regulamentação de normas internas através de Instrução Normativa para aplicação de todos os órgãos da administração Municipal;
Considerando a competência delegada através de atos oficiais, aos Secretários Municipais e ordenadores de despesa para implementação de ações e procedimentos e tomadas de decisões;
Considerando que nenhuma despesa poderá ser realizada sem prévia autorização dos ordenadores de despesa;
Considerando a necessidade de fortalecer os controles no âmbito do Poder Executivo Municipal;
Considerando a necessidade de normatização dos procedimentos e serem adotados, com vistas a um melhor controle contábil, financeiro e orçamentário do Executivo Municipal;
Considerando a transparência, eficiência, eficácia e celeridade em relação aos procedimentos contábeis, financeiros e orçamentários a serem proporcionados;
Considerando que é vedada a realização de despesas sem a emissão prévia da nota de empenho.
RESOLVE:
CAPÍTULO I
Das Disposições Gerais
Art. 1º - Estabelecer diretrizes e orientações para que os responsáveis pelos fluxos contábeis e orçamentários de cada Órgão do poder Executivo Municipal realizem com eficiência o controle e acompanhamento de empenhos, liquidações e pagamentos, com o objetivo de proporcionar resultados satisfatórios, em atendimentos aos princípios da gestão pública, para um melhor controle orçamentário.
CAPÍTULO II
Dos Conceitos
Art. 2º - Para os fins desta Instrução Normativa entende-se:
a) - Contabilidade Pública, também conhecida como Contabilidade Governamental é o ramo da contabilidade que se dedica ao estudo do Patrimônio dos entes públicos, que registra, controla e demonstra a execução dos orçamentos, dos atos e fatos da fazenda pública e o patrimônio público e suas variações;
b) - Despesa, aplicação de recursos públicos com o fim de atender a uma necessidade do ente federado, podendo ser de natureza extraorçamentária ou orçamentária.
c) Ordenador de Despesa é a autoridade de cujos atos resultem emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimento ou dispêndio de recursos do Município. Aos ordenadores de despesa cabe a responsabilidade solidária pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, atribuindo responsabilidade aos atos e fatos administrativos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da administração pública direta, com vistas à legalidade e eficiência das ações do Município.
d) Empenho é o primeiro estágio da execução da despesa pública que se caracteriza pelo ato emanado de autoridade competente que compromete parcela de dotação orçamentária disponível. Funciona como garantia ao credor do ente público de que existe o crédito necessário para a liquidação de um compromisso assumido.
Os empenhos podem ser classificados em:
I - Ordinário: é o tipo de empenho utilizado para as despesas de valor fixo e previamente determinado, cujo pagamento deva ocorrer uma só vez;
II - Estimativo: é o tipo de empenho utilizado para as despesas cujo montante não se pode determinar previamente, tais como serviços de fornecimento de água e energia elétrica, folha de pagamento, obrigações patro-nais e outros;
III - Global: é o tipo de empenho utilizado para despesas contratuais ou outras de valor determinado.
e) Liquidação consiste na verificação objetiva do cumprimento contratual, de onde nasce o direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. Nesta etapa são realizados os atos de conferência do objeto contratado, que pode ser serviços prestados ou bens fornecidos ou entregues.
f) Pagamento é o estágio da despesa pública em que a unidade estatal efetiva o pagamento ao ente responsável pela prestação do serviço ou fornecimento do bem, recebendo a devida quitação.
g) Dotação Orçamentária é o limite de crédito consignado na Lei de Orçamento ou crédito adicional, para atender determinada despesa.
Art. 3º - Os procedimentos realizados pelo poder executivo no âmbito Secretaria de Fazenda e Administração e os Ordenadores de Despesa do Município de Pérola deverão ser realizados de acordo com a Lei Federal 4.320/1964; que institui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços dos entes da federação, a qual possui regras para propiciar o controle das finanças públicas e a construção de uma administração financeira tendo como principal instrumento o orçamento público, conforme a Lei Complementar nº 101/2000; denominada Lei de Responsabilidade Fiscal, e segundo o MPCASP Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MPCASP) que visa a colaborar com o processo de elaboração e execução do orçamento.

CAPÍTULO III
Dos Procedimentos de Requisição ou Solicitação de Empenho das Despesas
Emissão de Nota de Empenho Orçamentário.
Art. 4º - Empenhar significa reservar recursos suficientes para cobrir despesa a realizar-se e a nota de empenho é o ato que documenta a reserva de recursos em favor do contratado. Em outras palavras, empenho é o comprometimento de verba orçamentária para fazer face a uma despesa.
a) Processo de empenho:
I. Após a finalização do processo de licitação com sua homologação e formalização/assinatura dos contratos/Ata de Registro de Preços e publicação, poderá ser realizado, por meio da Secretaria Municipal competente, o pedido formal da emissão da Requisição/Solicitação de Compra ou de Serviço, conforme necessidade e disponibilidade de saldo na dotação orçamentária;
II. A Requisição/Solicitação de Empenho Orçamentário, deverá conter: número do Processo Licitatório, número do Contrato/Ata de Registro de Preço de fornecimento, razão social, número CNPJ (cadastro nacional pessoa jurídica), endereço, telefone de contato, conta bancária em nome do titular da Nota de Empenho para posterior pagamento, justificativa no caso de contratação direta, relação especificada dos itens, quantidade, valor unitário, valor total e finalidade da despesa; III. A Requisição/Solicitação de Compra ou de Serviço deverá ser encaminhada para a Secretaria de Fazenda e Administração para autorização do Secretário em seguida enviada para Divisão de Contabilidade;
IV. A contabilidade, fará a conferência da solicitação e formalizará o empenhamento da despesa, mediante a emissão de um documento denominado "Nota de Empenho" lançado no sistema contábil, do qual deve constar: o número sequencial/ano do empenho, o nome do credor, a especificação do credor e a importância da despesa, constando o número da despesa, natureza, desdobramento, recurso orçamentário, tipo de empenho, bem como os demais dados necessários ao controle da execução orçamentária;
V. Quando o valor solicitado for insuficiente, o processo será encaminhado para Alteração Orçamentária;
VI. Após a emissão da Nota de empenho, este segue para a fase de liquidação da despesa, aguardando respectivos documentos fiscais
VII. O Empenho poderá ser anulado totalmente ou parcialmente quando o objeto do contrato não tiver sido cumprido (não entrega de produto/ não prestação de serviço), ou ainda, no caso de ter sido emitido incorretamente;
VIII. A solicitação de anulação do empenho deverá ser encaminhada para a Divisão de Contabilidade assinada pelo ordenador da despesa;
IX. A solicitação de anulação total ou parcial da Nota de Empenho deverá conter: número da nota de empenho, razão social, descrição dos itens a serem anulados, valor unitário, valor da anulação, justificava e assinatura do ordenador de despesa;
X. Embora o art. 61 da Lei nº 4.320/1964 estabeleça a obrigatoriedade do nome do credor no documento Nota de Empenho, em alguns casos, como na Folha de Pagamento, torna-se impraticável a emissão de um empenho para cada credor, tendo em vista o número excessivo de credores (servidores);
XI. Cabe ao Órgão ou Ordenador de Despesa solicitante emitir e anexar Certidões exigidas em con-trato, e pelas Leis que regem a administração pública.
XII. A nota de Empenho deverá ser assinada pelo ordenador de despesa e pelo contador.

CAPÍTULO IV
Liquidação da Despesa
Art. 5º - Liquidação consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, ou seja, a liquidação da despesa é a comprovação de que o bem fornecido ou serviço prestado está em total conformidade com as condições de entrega, critérios de qualidade, quantidade e valor dispostos na nota de empenho, nota fiscal, contrato, convênio, acordo ou ajuste, devidamente atestado pelos fiscais e ordenadores de despesa.
a) Processo de lançamento da liquidação:
I. Os documentos fiscais dos Órgãos/Secretarias deverão ser encaminhados para Divisão de Contabilidade com carimbo atestando o recebimento do bem ou serviço;
II. Identificar preliminarmente se há emissão de nota de empenho prévio;
III. Compete a divisão de Contabilidade analisar a documentação no processo de liquidação, observar os seguintes aspectos: data de emissão do documento fiscal, existência de rasuras nos documentos, falta de comprovação de recebimento (carimbo e assinaturas nos termos do contrato/ata) e tipo de documento fiscal;
IV. Realizar lançamentos no sistema municipal de gerenciamento contábil, emitir retenções conforme a necessidade;
V. Enviar para o Departamento Financeiro as notas de empenhos com os devidos documentos anexos para pagamento.
CAPÍTULO V
Pagamento
Art. 6º - A Lei nº 4.320/1964, no art. 64, define ordem de pagamento como sendo o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa liquidada seja paga.
Art. 7º - Os empenhos após a liquidação, serão inscritos na programação de pagamentos da Secretaria Municipal de Fazenda e Administração, que deverá observar a ordem cronológica de exigibilidade para cada fonte diferenciada de recursos.
Art. 8º - Compete ao setor de Tesouraria acolher e revisar as notas de liquidação, garantir segurança no processo de movimentação do numerário, realizar os devidos lançamentos no sistema dos pagamentos, fazer encaminhamentos e prestar orientações às autoridades competentes detentoras das assinaturas eletrônicas e senhas bancárias, checar e monitorar as autenticações dos pagamentos nos gerenciadores bancário, efetuar pagamento nos Sistema de Gerenciamento Contábil, carimbar, arquivar as notas de pagamentos e seus com-provantes, em ordem Cronológica Diária.
CAPÍTULO VI
Considerações Finais
Art. 9º - Esta Instrução Normativa tem por objetivo orientar as etapas para a realização das despesas da Prefeitura Municipal de Pérola para reduzir ao mínimo eventuais insuficiências contábeis, orçamentárias e fi-nanceiras.
Art. 10º A Secretaria Municipal de Fazenda e Administração constatando o desequilíbrio orçamentário e financeiro deverá alertar o ordenador de despesa ou o Chefe do Poder Executivo.
Art. 11º - Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir de sua data de publicação.
Pérola, 24 de outubro de 2024.
CARLOS ROBERTO DOMINGUES DOS SANTOS
Secretário Municipal de Fazenda e Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
RESUMO DE CONTRATOS
CONTRATO DE COMPRA Nº 435/2024
Contratante: Município de Umuarama
Contratado: SUNGUARDIAN DO BRASIL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de vidros, para a reforma do Parque Tecnológico, deste Município.
Valor: R\$ 65.431,00 (sessenta e oito mil e quatrocentos e trinta e um reais).
Vigência: 24/10/2024 a 24/10/2025
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo nº 2024/09/1385, no Processo de Licitatório – Pregão Eletrônico nº 127/2024, homologado pela Portaria nº 2.295/2024 em 21 de outubro de 2024, publicado no Jornal Umuarama Ilustrado, de 22 de outubro de 2024, edição nº 13.153, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.818, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.
Umuarama, 25 de outubro de 2024
MÁRIO SERGIO BIEDA DE FREITAS
Secretário de Administração

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Estado do Paraná
CNPJ 78.202.181/0001-26
Rua da Estrela Preta, de Oliveira, 2131 - Centro - Cx. Postal 02 - 3656-1333 44- ☐ - CEP 87580-000
ALTO PIQUIRI - Paraná
www.cmaaltopiquiri.pr.gov.br cmaalti@hotmail.com
ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 011/2024
C O N V O C A Ç Ã O D E S E S S Ã O E X T R A O R D I N Á R I A
Art. 1º - O Presidente da Câmara Municipal de Alto Piquiri, Estado do Paraná, no uso das suas legais atribuições, amparado no Art. 106, Inciso IV do Regimento Interno desta casa de Leis, convoca os senhores vereadores (ss) para uma Sessão Extraordinária a ser realizada dia 28 (vinte e cinco) de Outubro do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro), às 10 (dez) horas e 30 (trinta) minutos.
Art. 2º - Este Ato da Presidência entrará em vigor na data de sua publicação.
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, Estado do Paraná, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de Outubro do ano de 2024 (dois mil e vinte e quatro).
CLAUDIO APARECIDO DE OLIVEIRA
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 329/2024, de 25 de Outubro de 2024.
SÚMULA: Concede férias regulamentar de 30 dias a servidor e dá outras providências.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder férias regulamentar ao servidor que abaixo discrimina, como segue:
NOME CARGO MATRÍCULA PERÍODO DATA DE GOZO
EDSON BARBIERI ENGENHEIRO AGRÔNOMO 17442 2022/2023
04/11/2024 A 03/12/2024
II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Alto Piquiri, 25 de Outubro de 2024.
Giovane Mendes de Carvalho
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Estado do Paraná
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DECRETO Nº 2.152/2024
Homologa Julgamento proferido no Processo Licitatório PREGÃO nº 30/2024, dando outras providências.
O Prefeito Municipal de Alto Piquiri - PR, no uso de suas atribuições legais;
D E C R E T A:
Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro, nomeado pela Portaria nº 206/2024 de 01 de julho de 2024, sobre o Processo de Licitação na Modalidade de PREGÃO nº 30/2024, que tem por objeto a (o) Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos diversos de acordo com a Resolução SESA 860/2022, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos..
Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da empresa(s) abaixo relacionada.
PROponente: VALOR TOTAL
AMB DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
R\$ 1.358,00 um mil, trezentos e cinquenta e oito reais
Art. 3º. Pelo presente, fica intimado o participante da licitação supramencionado, da decisão estabelecida neste Decreto.
Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PAÇO MUNICIPAL, 25 de outubro de 2024
GIOVANE MENDES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DECRETO Nº 2.153/2024
Homologa Julgamento proferido no Processo Licitatório PREGÃO nº 30/2024, dando outras providências.
O Prefeito Municipal de Alto Piquiri - PR, no uso de suas atribuições legais;
D E C R E T A:
Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro, nomeado pela Portaria nº 205/2024 de 01 de julho de 2024, sobre o Processo de Licitação na Modalidade de PREGÃO nº 30/2024, que tem por objeto a (o) Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos diversos de acordo com a Resolução SESA 860/2022, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos..
Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da empresa(s) abaixo relacionada.
PROponente: VALOR TOTAL
ASCLEPIOS EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI
R\$ 16.305,00 dezesseis mil, trezentos e cinco reais
Art. 3º. Pelo presente, fica intimado o participante da licitação supramencionado, da decisão estabelecida neste Decreto.
Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PAÇO MUNICIPAL, 25 de outubro de 2024
GIOVANE MENDES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DECRETO Nº 2.154/2024
Homologa Julgamento proferido no Processo Licitatório PREGÃO nº 30/2024, dando outras providências.
O Prefeito Municipal de Alto Piquiri - PR, no uso de suas atribuições legais;
D E C R E T A:
Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro, nomeado pela Portaria nº 205/2024 de 01 de julho de 2024, sobre o Processo de Licitação na Modalidade de PREGÃO nº 30/2024, que tem por objeto a (o) Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos diversos de acordo com a Resolução SESA 860/2022, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos..
Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da empresa(s) abaixo relacionada.
PROponente: VALOR TOTAL
C E C IMPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA - EPP
R\$ 6.776,10 nove mil, oitocentos e setenta e seis reais e dez centavos
Art. 3º. Pelo presente, fica intimado o participante da licitação supramencionado, da decisão estabelecida neste Decreto.
Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PAÇO MUNICIPAL, 25 de outubro de 2024
GIOVANE MENDES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DECRETO Nº 2.155/2024
Homologa Julgamento proferido no Processo Licitatório PREGÃO nº 30/2024, dando outras providências.
O Prefeito Municipal de Alto Piquiri - PR, no uso de suas atribuições legais;
D E C R E T A:
Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro, nomeado pela Portaria nº 205/2024 de 01 de julho de 2024, sobre o Processo de Licitação na Modalidade de PREGÃO nº 30/2024, que tem por objeto a (o) Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos diversos de acordo com a Resolução SESA 860/2022, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos..
Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da empresa(s) abaixo relacionada.
PROponente: VALOR TOTAL
JG MOBILIARIAS LTDA
R\$ 3.930,00 três mil, novecentos e trinta reais
Art. 3º. Pelo presente, fica intimado o participante da licitação supramencionado, da decisão estabelecida neste Decreto.
Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PAÇO MUNICIPAL, 25 de outubro de 2024
GIOVANE MENDES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DECRETO Nº 2.156/2024
Homologa Julgamento proferido no Processo Licitatório PREGÃO nº 30/2024, dando outras providências.
O Prefeito Municipal de Alto Piquiri - PR, no uso de suas atribuições legais;
D E C R E T A:
Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro, nomeado pela Portaria nº 205/2024 de 01 de julho de 2024, sobre o Processo de Licitação na Modalidade de PREGÃO nº 30/2024, que tem por objeto a (o) Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos diversos de acordo com a Resolução SESA 860/2022, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos..
Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da empresa(s) abaixo relacionada.
PROponente: VALOR TOTAL
METALIC MEDICAL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
R\$ 4.990,80 quatro mil, novecentos e noventa reais e oitenta centavos
Art. 3º. Pelo presente, fica intimado o participante da licitação supramencionado, da decisão estabelecida neste Decreto.
Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PAÇO MUNICIPAL, 25 de outubro de 2024
GIOVANE MENDES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DECRETO Nº 2.157/2024
Homologa Julgamento proferido no Processo Licitatório PREGÃO nº 30/2024, dando outras providências.
O Prefeito Municipal de Alto Piquiri - PR, no uso de suas atribuições legais;
D E C R E T A:
Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro, nomeado pela Portaria nº 205/2024 de 01 de julho de 2024, sobre o Processo de Licitação na Modalidade de PREGÃO nº 30/2024, que tem por objeto a (o) Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos diversos de acordo com a Resolução SESA 860/2022, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos..
Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da empresa(s) abaixo relacionada.
PROponente: VALOR TOTAL
MIAMIMED PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA
R\$ 12.050,00 doze mil e cinquenta reais
Art. 3º. Pelo presente, fica intimado o participante da licitação supramencionado, da decisão estabelecida neste Decreto.
Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PAÇO MUNICIPAL, 25 de outubro de 2024
GIOVANE MENDES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DECRETO Nº 2.158/2024
Homologa Julgamento proferido no Processo Licitatório PREGÃO nº 30/2024, dando outras providências.
O Prefeito Municipal de Alto Piquiri - PR, no uso de suas atribuições legais;
D E C R E T A:
Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro, nomeado pela Portaria nº 205/2024 de 01 de julho de 2024, sobre o Processo de Licitação na Modalidade de PREGÃO nº 30/2024, que tem por objeto a (o) Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos diversos de acordo com a Resolução SESA 860/2022, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos..
Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da empresa(s) abaixo relacionada.
PROponente: VALOR TOTAL
PERFLEX MÓVEIS LTDA
R\$ 5.621,00 cinco mil, seiscentos e vinte e um reais
Art. 3º. Pelo presente, fica intimado o participante da licitação supramencionado, da decisão estabelecida neste Decreto.
Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PAÇO MUNICIPAL, 25 de outubro de 2024
GIOVANE MENDES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
DECRETO Nº 2.159/2024
Homologa Julgamento proferido no Processo Licitatório PREGÃO nº 30/2024, dando outras providências.
O Prefeito Municipal de Alto Piquiri - PR, no uso de suas atribuições legais;
D E C R E T A:
Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro, nomeado pela Portaria nº 205/2024 de 01 de julho de 2024, sobre o Processo de Licitação na Modalidade de PREGÃO nº 30/2024, que tem por objeto a (o) Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos diversos de acordo com a Resolução SESA 860/2022, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos..
Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da empresa(s) abaixo relacionada.
PROponente: VALOR TOTAL
PSA TECNOLOGIA E DISTRIBUICAO
R\$ 4.865,00 quatro mil, seiscentos e oitenta e cinco reais
Art. 3º. Pelo presente, fica intimado o participante da licitação supramencionado, da decisão estabelecida neste Decreto.
Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
PAÇO MUNICIPAL, 25 de outubro de 2024
GIOVANE MENDES DE CARVALHO
Prefeito Municipal

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

DECRETO Nº 092 DE 25 DE OUTUBRO DE 2024

SÚMULA: “Declara de utilidade pública os imóveis que especifica localizados no Município de Francisco Alves, Estado do Paraná, e dá outras providências”.

O MUNICÍPIO DE FRANCISCO ALVES, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, na pessoa de seu representante legal a Prefeita Municipal **MILENA SILVA ROSA**, no uso de suas atribuições legais que lhes foram conferidas pela Lei Orgânica do Município, e fundamentado no interesse público;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam declarados de utilidade pública os imóveis diante especificados, localizado no Município de Francisco Alves-Paraná, com registro no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Iporã - Paraná, sob as matrículas nº3.749, 11.264 e 3.207, com as seguintes características, limites e confrontações:

1. Proprietário: RAPHAEL JOÃO ZAUPA JUNIOR.
Local: Francisco Alves-Pr UF: PR
Matrícula: 3.749
Área Declarada de Utilidade Pública: **31.460,00m²**
PERÍMETRO DO IMÓVEL:

Matrícula No. 3.749 Data: 03 de outubro de 1.978.- Ficha 1.1.1
IMÓVEL:- Lote de terras sob nº 277-A (duzentos e setenta e sete-A), com a área de 1,30 alqueires paulistas, ou sejam 31.460,00m² (trinta e um mil e quatrocentos e sessenta metros quadrados), localizado na Gleba Francisco Alves, núcleo Xambê, Setor Sul, situado no município/ de Francisco Alves, nesta comarca de Iporã, Estado do Paraná, com as seguintes divisas e confrontações: “Ao Norte, confrontando com a Estrada de Iporã-Guaíra, na distância de 69,00 metros; ao Sul, confrontando com o córrego Boa Fonte, e a leste, confrontando com o lote nº 277-D, rumo SW 193º5E, na distância de 490,00 metros; e, a Oeste, confrontando com o lote nº 277-B, rumo SW 193º0NE, na distância de 532,00 metros”.- **I.N.C.R.A. nº 718.092.015-687-Clasif. Minifundio.-**

2. Proprietário: RAPHAEL JOÃO ZAUPA JUNIOR.
Local: Iporã-Pr UF: PR
Matrícula: 11.264
Área Declarada de Utilidade Pública: **48.400,00m²**
PERÍMETRO DO IMÓVEL:

Matrícula No. 11.264 Data: 28 de Fevereiro de 1.991.- Ficha 1.1.1
IMÓVEL:- Lote de terras sob nº 277-B (Duzentos e setenta e sete-B), de membrado do lote nº 277, com a área de 2,00 alqueires paulistas-7 tas, ou sejam 48.400,00 metros quadrados, localizado na Gleba Francisco Alves, núcleo Xambê, Setor Sul, distrito de Francisco Alves, Comarca de Iporã, Estado do Paraná, com as seguintes metragens e confrontações: “Ao Norte, confrontando com a Estrada Iporã-Guaíra, na distância de 100,00 metros; ao Sul, confrontando com o Córrego Boa Fonte, A 152º18, confrontando com a linha de divisas do lote nº 277-A, rumo SW 193º0NE, na distância de 530,00 metros e ao Oeste, confrontando com outra linha de divisas do lote nº 277-C, rumo SW 193º0NE, na distância de 510,00 metros”.- **INCRA- 718.238.011.622-3.-**

3. Proprietário: LUIZ LÁZARO SORVOS.
Local: Francisco Alves-Pr UF: PR
Matrícula: 3.207
Área Declarada de Utilidade Pública: **48.400,00m²**
PERÍMETRO DO IMÓVEL:

Matrícula No. 3.207 Data: 01 de março de 1.978.- Ficha 1.1.1
IMÓVEL:- Lote de terras sob nº 277-E (Duzentos e setenta e sete-E), com a área de 2,00 (Dois) alqueires paulistas, ou sejam - /- 48.400,00 m2 (Quarenta e oito mil e quatrocentos metros quadrados), localizada na Gleba Francisco Alves, núcleo Xambê, Setor Sul, situado no município de Francisco Alves, nesta comarca de Iporã, Estado do Paraná, tendo as seguintes divisas, metragens e confrontações: “Ao Norte, confrontando com a Estrada Francisco Alves-Guaíra, na distância de 100,00 metros; ao Sul, confrontando com o Córrego Boa Fonte, numa distância de 115,00 metros; a leste, confrontando com o lote nº 276, na distância de 468,00 metros; e, ao Oeste, com o lote nº 277-A, na distância de 490,00 metros, rumo / 0195º0NE”.- **I.N.C.R.A. nº 718.238.000-906-Clasif. Minifundio.-**

Art. 2º - Os imóveis descrito no art. 1º destina-se à construção de área industrial com fins sociais em conformidade com a necessidade de geração de emprego e renda no Município.

Art. 3º - Para fins de imissão na posse, serão respeitados as clausuras e condições firmadas entre as partes no termo de compromisso.

Art. 4º - Este decreto torna-se automaticamente sem efeito caso, por qualquer motivo, o Estado do Paraná não realize ao Município o repasse dos valores indicados no E-Protocolo 20.587.161-6.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Francisco Alves, em 25 de outubro de 2024, 203º Independência e 136º da República.

MILENA SILVA ROSA
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO ALVES

DECRETO Nº 389/2024

Data: 25.10.2024
Ementa: constitui o Conselho Escolar do Centro Municipal de Educação Infantil Lourival José de Carvalho do Município de Guaira, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Guaira, Estado do Paraná, mantenedor do Centro Municipal de Educação Infantil Lourival José de Carvalho, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 1946/2015, da Deliberação nº 02/2018 CP/CEE/PR e Instrução Normativa Conjunta Nº 05/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, e considerando o memorando online sob o nº 2600/2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituído o Conselho Escolar do Centro Municipal de Educação Infantil Lourival José de Carvalho do Município de Guaira, Estado do Paraná, com a oferta de Educação Infantil.

Art. 2º O Conselho Escolar passa a ser composto por 70% da comunidade escolar e 30% da comunidade local, representado pelos seguintes membros:

Segmento	Titular	Suplente
Diretora	Eliza Regina da Silva Rg XX.179.XXX-X SESP/PR	-
Equipe Pedagógica - Professores	Sônia Maria Martins Kettner Rg XX.016.XXX-X SESP/PR	Adriana de Carvalho Dias Rg XX.786.XXX-X SESP/PR
Estudantes	J. H. B. P. Responsável legal: Edison Jair de Almeida Piccini Rg XX.303.XXX-X SESP/PR	J. N. D. O. R. Responsável legal: Maria Missilana de Oliveira Rg XX.563.XXX-X SESP/PR
Funcionários	Izabel Cristina Mendonça Menegazzi Rg XX.459.XXX-X SESP/PR	Bruna Mastrangelo Damaceno Rg XX.841.XXX-X SESP/PR
Paí/Responsável	Aline Ivers Rochinski Rg XX.154.XXX-X SESP/PR	Fernanda dos Santos da Silva Rg XX.784.XXX-X SESP/PR
Comunidade Local	Edina Diniz Meira Rg XX.086.XXX-X SESP/PR	Erica Martins dos Reis Passos Rg XX.564.XXX-X SESP/PR
Comunidade Local	Adriana Padilha dos Santos Gonçalves Rg XX.335.XXX-X SESP/PR	Daiane Graciele Marth Kraemer Manesco Rg XX.920.XXX-X SESP/PR

Art. 3º Revoga-se o Decreto Municipal nº 187/2021, ficando validados todos os atos praticados por seus membros.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaira, Estado do Paraná, em 25 de outubro de 2024.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

Estado do Paraná

DECRETO Nº 390/2024

Data: 25.10.2024
Ementa: constitui o Conselho Escolar da Escola Municipal Duque de Caxias do Município de Guaira, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Guaira, Estado do Paraná, mantenedor da Escola Municipal Duque de Caxias, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº 1946/2015, da Deliberação nº 02/2018 CP/CEE/PR e Instrução Normativa Conjunta Nº 05/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, e considerando o memorando online sob o nº 2600/2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituído o Conselho Escolar da Escola Municipal Duque de Caxias do Município de Guaira, Estado do Paraná, com a oferta de Ensino Fundamental.

Art. 2º O Conselho Escolar passa a ser composto por 70% da comunidade escolar e 30% da comunidade local, representado pelos seguintes membros:

Segmento	Titular	Suplente
Diretora	Maria Regina de Albuquerque Rg XX.160.XXX-X Sesp/Pr	
Equipe Pedagógica - Professores	Gisele Ruiz Althman da Silva Rg XX.839.XXX -X Sesp/Pr	Marineide Marcelina Goes Rg XX.275.XXX-X Sesp/Pr
Estudantes	L. L. D. S. L. Responsável Legal: Angélica da Silva Rg XX.555.XXX-X Sesp/Pr	A.D.F.O. Responsável Legal: Fernando Oyama Rg XX.715.XXX-X Sesp/Pr
Funcionários	Cleusa Maria Mousquer Garcia Rg XX.289.XXX-X Sesp/Pr	Aparecida Querino Rochinski Rg XX.621.XXX-X Sesp/Pr
Paí/ Responsável	Adriano Francisco Almeida da Costa Rg XX.782.XXX-X Sesp/Pr	Delize Cerdara Pereira Rg XX.416.XXX-X Sesp/Pr
Comunidade Local	Jacira Francisca Manesco Rg XX.244.XXX-X Sesp/Pr	Rubens Gonçalves Garcia Rg XX.368.XXX-X Sesp/Pr
Comunidade Local	Viviane Tezolin Ferreira Rg XX.618.XXX-X Sesp/Pr	Jonatha Alves Ferreira Rg XX.241.XXX-X Sesp/Pr

Art. 3º Revoga-se o Decreto Municipal nº 359/2024, ficando validados todos os atos praticados por seus membros.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaira, Estado do Paraná, em 25 de outubro de 2024.

HERALDO TRENTO
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Maria Helena

Prça Brasil, 2001 - Fone: (41) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ nº: 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 255/2024

Pregão Eletrônico Nº 067/2024

Edital nº112/2024

Contratante: MUNICÍPIO DE MARIA HELENA (76.247.386/0001-00)

Contratada: SC COMERCIAL EIRELI (20758465000113)

Objeto: Aquisição de TROCADOR DE FRALDAS E TAPETES TIPO CAPACHO, para atender a demanda da Secretaria de Saúde, conforme especificações descritas no Termo de Referência, parte integrante deste edital
Valor total: R\$ 4.380,00 (quatro mil e trezentos e oitenta reais).
Vigência: 24/10/2024 a 24/10/2025
Fundamento Legal: Lei nº 14.133/21, e demais legislações aplicáveis.



Prefeitura Municipal de Maria Helena

Prça Brasil, 2001 - Fone: (41) 3662.1030 - CEP 87480-000 - Maria Helena, Paraná - CNPJ nº: 76.247.386/0001-00 - www.mariahelena.pr.gov.br

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 256/2024

Pregão Eletrônico Nº 067/2024

Edital nº112/2024

Contratante: MUNICÍPIO DE MARIA HELENA (76.247.386/0001-00)

Contratada: L.P. DE BORBA & CIA LTDA (78796778000146)

Objeto: Aquisição de TROCADOR DE FRALDAS E TAPETES TIPO CAPACHO, para atender a demanda da Secretaria de Saúde, conforme especificações descritas no Termo de Referência, parte integrante deste edital
Valor total: R\$ 3.539,10 (três mil e quinhentos e trinta e nove reais e dez centavos).
Vigência: 24/10/2024 a 24/10/2025
Fundamento Legal: Lei nº 14.133/21, e demais legislações aplicáveis.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PIQUIRI

Estado do Paraná

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO Nº 01/2024

O Prefeito Municipal de Alto Piquiri, no uso de suas atribuições e em atenção à Comissão de Avaliação e Análise da pontuação e documentação apresentada para a solicitação de matrículas nos CMEIs e Creches do Município de Alto Piquiri, nomeada pela Portaria Nº 309/2024 de 26 de setembro de 2024.

Resolve:

Tornar público, a Classificação Geral das crianças que solicitaram vagas para o ano letivo de 2025 nos Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs e Creches no Município de Alto Piquiri.

CMEI VOVÓ OTILIA RICHTER

Berçário II – 06 Vagas Disponíveis

Relação dos alunos que obteve a vaga.

1º - ANTONI GABRIEL TRINDADE MIRANDOLA

Maternal I – 09 Vagas Disponíveis

Relação dos alunos que obteve a vaga.

1º- EMANUEL GABRIEL BATISTA

2º- JOSE AUGUSTO PEREIRA

Maternal II – 05 Vagas Disponíveis

1º Pietro Henrique S. Castro

2º Mikaelly Sophia Lemos dos Santos

CMEI SÃO JOSÉ

Berçário I - 06 Vagas Disponíveis

Relação dos alunos que obteve a vaga.

1º- MAITÉ OLIVEIRA DE GIULI

2º- ESTER MILITÃO DA COSTA

3º LAVINIA SOPHIE DA SILVA SOUZA

Berçário II – 08 Vagas Disponíveis

Relação dos alunos que obteve a vaga.

1º- HELENA SAYURI M. PEYERL

2º- SOPHIE CARVALHO DA SILVA

3º- EMANUEL VELLOSO VALES

Maternal I - 07 Vagas Disponíveis

Relação dos alunos que obteve a vaga.

1º. KALLEU HENRIQUE SANTOS DA SILVA

2º. GUSTAVO HENRIQUE P. CABRILANA

3º- EDUARDA P. CABRILANA

4º- MARIA CECILIA CRUVINEL

5º- LUNNIA VICTÓRIA OLIVEIRA

Maternal II - 13 Vagas Disponíveis

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA

Estado do Paraná

PORTARIA Nº: 268/2024

Súmula: Concede férias regulamentares a servidora Joana Mara Lamazale Leal Barbieri, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a servidora Joana Mara Lamazale Leal Barbieri, Portadora da Carteira de Identidade RG nº 10.729.521-6, relativas ao período aquisitivo 01/08/2022 a 31/01/2023, por 15 (quinze) dias devendo entrar em gozo da mesma a partir de 29 de outubro de 2024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Cumpra-se e Arquive-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro.

Everton Barbieri

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº: 255/2024

Súmula: Concede férias regulamentares a servidora Amanda N. G. Bolsanello Dudek, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ESPERANÇA NOVA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a servidora Amanda N. G. Bolsanello Dudek, Portadora da Carteira de Identidade RG nº 9.636.189-0, relativas ao período aquisitivo 01/08/2022 a 31/07/2023, por 15 (quinze) dias devendo entrar em gozo da mesma a partir de 29 de outubro de 2024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Cumpra-se e Arquive-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Esperança Nova, Estado do Paraná, aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro.

Everton Barbieri

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATÉ

Estado do Paraná

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 036/2024

O Município de Ivaté, Estado do Paraná, em conformidade com os ditames da Constituição Federal, Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2.021, torna público que realizará certame licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO objetivando a contratação do objeto abaixo identificado:

OBJETO: Contratação por registro de preços de empresa especializada na prestação de serviços de segurança privada desarmada e brigadista.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item.

VALOR MÁXIMO: R\$ 79.432,00 (setenta e nove mil e quatrocentos e trinta e dois reais).

PARTICIPAÇÃO: Exclusiva ME/EPP ou Equiparadas

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO PÚBLICA: 25/10/2024 às 09h00.

PLATAFORMA DE DISPUTA: https://blcompras.com.

Ivaté, 25 de outubro de 2024.

Patrícia Tomain Mesquita

Pregoeira



Cafetal do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL

CNPJ: 95.640.652/0001-05

Av. Italo Orcelli, 664 - Fone: (44) 3655-8000 - Fax: (44) 3655-8008 - Cep: 87.565-000 - Cafetal do Sul - Pr.

TERMO ADITIVO Nº. 03 ao CONTRATO Nº. 25/2022, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Cafetal do Sul e a empresa: **CONSTRUTORA LONGUINI LTDA**.

I – CONTRATANTES: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEZAL DO SUL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Av. Italo Orcelli, 604, inscrita no CNPJ sob o n.º 95.640.652/0001-05, doravante denominada **CONTRATANTE** e a empresa **CONSTRUTORA LONGUINI LTDA**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº **16.514.870/0001-19** com sede à Rua Edmundo Mercer Junior, 1565,Jd Alvorada, CEP: 87.400-000 na cidade de Cruzeiro Do Oeste, Estado do Paraná, endereço eletrônico:longuini_construtora@hotmail.com .

II – REPRESENTANTES: Representa a **CONTRATANTE** o Senhor Prefeito Municipal, Sr. **MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA**, brasileiro, casado, agente político, residente e domiciliado à Rua João Antonio Mendes nº 491, Conjunto Habitacional Mão Amiga, nesta Cidade de Cafetal do Sul-PR, portador do RG nº 004.695.479-10 e a **CONTRATADA** o Sr. **ANDRÉ LONGUINI JUNIOR**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.185.564-0 SSP/PR, inscrito no CPF sob nº 088.893.329-05. Residente e domiciliado à Rua Rotary, 614, centro, na cidade de Cruzeiro do Oeste – PR, doravante denominada

III – DA AUTORIZAÇÃO: O presente Termo Aditivo é celebrado em decorrência da autorização do Senhor Prefeito Municipal, e necessidade justificada em razão de fato superveniente, sendo que este termo passa a fazer parte integrante e complementar do Contrato original, como se nele estivesse contido **Processo Administrativo n.º 05/2022, Tomada de preço nº 03/2022.**

IV – FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato é regido pelas cláusulas e condições nele contidos, pela Lei Federal no. 8.666/93 e suas posteriores alterações.

– CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

– Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a alteração da – **CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO**, - passando a ter a seguinte redação:

“**CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO**”

- Fica prorrogado o prazo de vigência e execução do respectivo contrato, sendo de 14 de novembro de 2024 a 14 de novembro de 2025.Justifica-se por razões de execução físicas e financeiras justificadas pelo engenheiro.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1 – O presente Termo Aditivo entra em vigor na data da assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

3.1 – Ratificam-se as demais cláusulas e condições do contrato original, passando o presente Termo Aditivo a fazer parte integrante do referido instrumento contratual.

3.2 – E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes contratantes, na presença de duas testemunhas.

Cafetal do Sul, 25 de outubro de 2024.

MARIO JUNIO KAZUO DA SILVA
Prefeito Municipal

CONSTRUTORA LONGUINI LTDA
ANDRÉ LONGUINI JUNIOR

Testemunhas:

ANDRÉIA DE SOUZA SÃO MIGUEL
CPF: 062.770.399-99

JHONATAN LUCAS EMILIANO DE JESUS
CPF: 114.519.649-78



Cafetal do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL

CNPJ: 95.640.652/0001-05

Av. Italo Orcelli, 664 - Fone: (44) 3655-8000 - Fax: (44) 3655-8008 - Cep: 87.565-000 - Cafetal do Sul – Pr.

TERMO ADITIVO Nº. 05 ao CONTRATO Nº. 186/2020, celebrado entre a Prefeitura Municipal de Cafetal do

Presidente do CIUNF

Publicações legais



CORIPA

TERMO ADITIVO N.º 001/2024
CONTRATO N.º 002/2024
INEXIGIBILIDADE n.º 001/2024

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA CONSERVAÇÃO DO REMEANESCENTE DO RIO PARANÁ E ÁREAS DE INFLUÊNCIA - CORIPA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Clarício Perez, 51, centro de São Jorge do Patrocínio/PR, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 00.678.603/0001-47, neste ato representado por seu Presidente Municipal Sr. **JOSÉ CARLOS BARALDI**, brasileiro, residente e domiciliado, na cidade de São Jorge do Patrocínio/PR Paraná, portador da Cédula de Identidade RG n.º 3.132.712-1, inscrito no CPF/MF n.º 409.020.649-91, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, **MK CONSULTORIA E CAPACITAÇÃO LTDA**, Pessoa jurídica de direito privado, situada à Rua Espírito Santo, n.º 1112, centro de Cazenil do Sul, no Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n.º 48.173.712/0001-39, neste ato representada por sua sócia Administradora, **KATIA SILVA TRIVES**, brasileira, empresária, portador da Cédula de Identidade RG n.º 12.440.931-4/SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob n.º 327.947.988-63, residente e domiciliado à Rua Espírito Santo, 1112, na cidade de Cazenil, denominada **CONTRATADA**, tendo em vista a solicitação enviada pela Secretaria Executiva, disposta na pasta da Inexigibilidade n.º. 001/2024, Edital n.º 002/2024, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – (DO OBJETO E VIGÊNCIA)
O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato por mais 06 (seis) meses, ao Contrato Administrativo n.º. 002/2024, que teve origem na Inexigibilidade de Licitação n.º. 001/2024 e Processo Administrativo n.º. 002/2024, contados a partir de 26/10/2.024 até 26/04/2.025, podendo ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, na forma do artigo 107 da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA SEGUNDA (DO PREÇO)
O CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela execução do objeto deste Contrato o valor mensal de R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais), totalizando o valor global de R\$ 11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS
Fica ratificada as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

CLÁUSULA QUARTA – PUBLICAÇÃO
Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da

Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

São Jorge do Patrocínio – PR, 25 de outubro de 2024

JOSÉ CARLOS BARALDI
Presidente Coripa

Katia Silva Trives
MK CONSULTORIA E CAPACITAÇÃO LTDA
Sócia Administradora

Testemunhas:

Nome: _____
RG Nº: _____

Nome: _____
RG nº: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILUZ
Estado do Paraná

CNPJ: 76.404.136/0001-29

AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA DE OUTUBRO/2024

RELATÓRIO DE VIAGEM

NOME SERVIDOR: WAGNER EDVIRGES
MATRÍCULA: 202431
RG: 7.051.594-0
DESTINO/UF: MARINGÁ
SAÍDA: 04:40H 25/10/2024
RETORNO: 14:47H 25/10/2024
MEIO DE TRANSPORTE: MOB PLACA: SFN0H49
CUSTO APROXIMADO: R\$ 160,00

Pagamento de 1/8 (UM OITAVO) diária, conforme Lei Municipal nº. 1.496/09 de 09 de setembro de 2009, na importância de R\$ 47,07 (QUARENTA E SETE REAIS E SETE CENTAVOS) como reembolso de despesas de viagem realizada até o município de MARINGÁ para acompanhar PACIENTE PARA FINS DE TRATAMENTO MÉDICO.



ÂNGELA MARIA DE ALMEIDA
SECRETÁRIA DE SAÚDE

PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES
PREFEITO

Recebi em ____/____/____

DEFERIDO ☐

INDEFERIDO ☐

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Paraná
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE VIGÊNCIA DE
CONTRATO E EXECUÇÃO DE OBRA
CONTRATANTE: Município de Tapejara, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF N.º 76.247.345/0001-06.
CONTRATADA: R.C.M INFRAESTRUTURA E CONSTRUÇÕES LTDA.
MODALIDADE: Tomada de Preço nº 007/2023.
OBJETO: Aditivo de prorrogação de prazo de vigência de contrato e execução de obra, do Contrato Administrativo nº 131/2023.
PRAZO: 120 (cento e vinte) dias, a partir de 02/10/2024 a 30/01/2025.
FORO: COMARCA DE CRUZEIRO DO OESTE/PR.
Tapejara/Pr, 02 de outubro de 2024.
RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Paraná
C O N V I T E
AUDIÊNCIA PÚBLICA
O Município de Tapejara, através do Prefeito Municipal, SR. RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE, em conjunto com a Secretaria de Finanças e Secretária de Administração, CONVIDA a todos para assistirem a apresentação da realização da AUDIÊNCIA PÚBLICA MUNICIPAL relativa a – A LEI ORÇAMENTÁRIA LOA/2025, em atendimento a Lei de Responsabilidade Fiscal, que se realizará na seguinte data e local:
DATA: 29 DE OUTUBRO DE 2 024
LOCAL: RECINTO DA CÂMARA MUNICIPAL -
Av. Presidente Tancredo de Almeida Neves, 611
HORÁRIO: 09:00 HORAS
RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº: 4999/2024
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA, Prefeito do Município de Tapira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei,
R E S O L V E:
Art. 1º Fica autorizado ao Senhor JOSE DA COSTA OLIVEIRA Motorista, portador do cadastro de pessoa física C.P.F. sob n.º 288.140.102-34 e carteira de identidade R.G. sob n.º 14.303.219-1 SSP-PR, com base na Lei Municipal n.º 239/2010, com as modificações introduzidas pela Lei nº 723/2017 e tendo em vista solicitação formulada, a concessão de 03 (três) diárias, no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) cada, que serão creditadas em Conta Corrente Específica, para custos de alimentação e hospedagem na cidade de Curitiba - Paraná, onde estará transportando paciente para a realização de consulta e tratamento médico no Hospital Angélica Caron, nos dias 28, 29 e 30 de outubro de 2024.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Edifício da prefeitura do Município de Tapira, Estado do Paraná, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de outubro de 2024.
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE PÉROLA

Estado do Paraná
EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMADA PÚBLICA
Referência: Inexigibilidade de chamamento público – Repasse ao Terceiro Setor – Termo de Colaboração
Base legal: Art. 31 e 32, da Lei Federal nº 13019/14, alterada pela Lei 13204/15 e Art. 10 e 11, do Decreto Municipal nº 296/16.
Organização da Sociedade Civil/Proponente: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PÉROLA – APAE
CNPJ: 77.842.995/0001-62
Endereço: Rua Olavo Bilac, nº 970, Centro, Pérola/PR, CEP: 87.540-000.
Objeto proposto: Apoio financeiro para pagamento das despesas oriundas da aquisição de equipamentos, materiais de consumo, prestação de serviços e demais despesas necessárias para o funcionamento da Entidade, para acolhimento e formação integral às pessoas com deficiência e a integração das famílias, sendo atendidas 99 pessoas com deficiência em período parcial, com recursos oriundos de Emenda Parlamentar vinculada ao SIGTV 411890720240002 GND3.
Valor Total do Repasse: R\$ 100.000,00 (Cem mil reais).
Vigência: 25/10/2024 à 24/10/2025.
Tipo da Parceria: Colaboração.
Justificativa da Inexigibilidade: Pelo presente, esclarecemos que a Inexigibilidade de Chamamento Público, no ajuste a ser firmado com a Organização da Sociedade Civil Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pérola se justifica em função de que o objeto pactuado inviabiliza a competição entre as organizações da sociedade civil, ou seja, é de natureza singular, em razão de que em nosso município as metas somente podem ser atingidas por essa entidade parceira, sendo a única a ofertar na região de Pérola o serviço de proteção social especial para pessoa com deficiência. Sendo de grande relevância os serviços ofertados, em razão da facilidade de deslocamento dos usuários pela proximidade. Nesse contexto, mediante a inegável natureza pública dos serviços ofertados pela Proponente na área supramencionada, o repasse de recursos é medida que se impõe, eis que são prerrogativas/direitos constitucionalmente reconhecidos aos cidadãos, em caráter público de prestação, sendo facultado ao gestor, na Administração Pública, a celebração de parcerias com entidades civis para a execução dos mesmos.
Pelo exposto, em face de inegável relevância social da Proponente e considerando ser a ÚNICA na região: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE do município de Pérola, fica nos termos do Art. 31 e 32 da Lei 13.019/14, inexigível o Chamamento Público por inviabilidade de competição em razão da natureza singular do objeto da parceria.
Diante do exposto, rogo a Vossa Excelência que se digne ratificar a presente justificativa e determine sua publicação no diário oficial do Município de Pérola, abrindo-se o prazo de 05 (cinco) dias, para apresentação de impugnação a justificativa.
Pérola/PR, 25 de outubro de 2024.
MAYCON JUNIOR DOS SANTOS
Secretário Municipal de Cidadania e Assistência Social.
Ratifico a presente justificativa. Publique-se.
VALDETE CUNHA
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE PÉROLA

Estado do Paraná
EXTRATO DE JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMADA PÚBLICA
Referência: Inexigibilidade de chamamento público – Repasse ao Terceiro Setor – Termo de Colaboração
Base legal: Art. 31 e 32, da Lei Federal nº 13019/14, alterada pela Lei 13204/15 e Art. 10 e 11, do Decreto Municipal nº 296/16.
Organização da Sociedade Civil/Proponente: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PÉROLA – APAE
CNPJ: 77.842.995/0001-62
Endereço: Rua Olavo Bilac, nº 970, Centro, Pérola/PR, CEP: 87.540-000.
Objeto proposto: Apoio financeiro para pagamento das despesas oriundas da aquisição de gêneros alimentícios da Entidade, para acolhimento e formação integral às pessoas com deficiência e a integração das famílias, sendo atendidas 99 pessoas com deficiência em período parcial, com recursos oriundos de Emenda Parlamentar vinculada ao SIGTV 411890720240001 GND3.
Valor Total do Repasse: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
Vigência: 25/10/2024 à 24/08/2025.
Tipo da Parceria: Colaboração.
Justificativa da Inexigibilidade: Pelo presente, esclarecemos que a Inexigibilidade de Chamamento Público, no ajuste a ser firmado com a Organização da Sociedade Civil Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pérola se justifica em função de que o objeto pactuado inviabiliza a competição entre as organizações da sociedade civil, ou seja, é de natureza singular, em razão de que em nosso município as metas somente podem ser atingidas por essa entidade parceira, sendo a única a ofertar na região de Pérola o serviço de proteção social especial para pessoa com deficiência. Sendo de grande relevância os serviços ofertados, em razão da facilidade de deslocamento dos usuários pela proximidade. Nesse contexto, mediante a inegável natureza pública dos serviços ofertados pela Proponente na área supramencionada, o repasse de recursos é medida que se impõe, eis que são prerrogativas/direitos constitucionalmente reconhecidos aos cidadãos, em caráter público de prestação, sendo facultado ao gestor, na Administração Pública, a celebração de parcerias com entidades civis para a execução dos mesmos.
Pelo exposto, em face de inegável relevância social da Proponente e considerando ser a ÚNICA na região: ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE do município de Pérola, fica nos termos do Art. 31 e 32 da Lei 13.019/14, inexigível o Chamamento Público por inviabilidade de competição em razão da natureza singular do objeto da parceria.
Diante do exposto, rogo a Vossa Excelência que se digne ratificar a presente justificativa e determine sua publicação no diário oficial do Município de Pérola, abrindo-se o prazo de 05 (cinco) dias, para apresentação de impugnação a justificativa.
Pérola/PR, 25 de outubro de 2024.
MAYCON JUNIOR DOS SANTOS
Secretário Municipal de Cidadania e Assistência Social.
Ratifico a presente justificativa. Publique-se.
VALDETE CUNHA
Prefeita Municipal

MUNICÍPIO DE PÉROLA

Estado do Paraná
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 56/2024
O MUNICÍPIO DE PÉROLA, Estado do Paraná, torna público que realizará procedimento licitatório para contratação do objeto abaixo especificado, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, observada as disposições contidas no presente Edital.
OBJETO: Registro de Preços para eventual e futura aquisição de brinquedos pedagógicos e materiais esportivos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer e Secretaria de Cidadania e Assistência Social do Município de Pérola, Estado do Paraná.
RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até 13h:00m do dia 11/11/2024.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 13h10m do dia 11/11/2024.
LOCAL: PLATAFORMA BIL.
MODO DE DISPUTA: Aberto.
TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço Por Lote.
VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R\$ 979.004,38 (novecentos e setenta e nove mil, quatro reais e trinta e oito centavos).
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações, Decreto Federal nº 10.024/19, Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, Decreto Municipal nº 059 de 03 de março de 2021 e Decreto nº 141, 21 de Junho de 2024 e demais legislações pertinentes.
INFORMAÇÕES: O inteiro teor do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico: <http://www.perola.pr.gov.br/>, no link Processos Licitatórios. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação no endereço mencionado, através do endereço eletrônico: bl.org.br ou pelo Fone: (44) 3636-8300, de Segunda à Sexta-feira, das 08h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.
Pérola/PR, 24 de outubro de 2024.
VALDETE CUNHA
Prefeita Municipal.

MUNICÍPIO DE PÉROLA

Estado do Paraná
EXTRATO DE TERMO ADITIVO
11º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 126/2019
Pregão Presencial nº 43/2018
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PÉROLA
CONTRATADA: D. C. EVARISTO-PRESTADORA DE SERVIÇOS-ME
Cláusula Primeira: Fica prorrogado o prazo da vigência do presente contrato estabelecido na Cláusula Quinta, com término previsto para 19 de Dezembro de 2024.
Cláusula Segunda: Fica acrescido na cláusula terceira do presente instrumento o valor de R\$ 18.193,12 (Dezoito mil, cento e noventa e três reais e dois centavos), referente a prorrogação dos serviços no período, conforme parecer jurídico.
Cláusula Terceira: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Data da Assinatura: 18/10/2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 273/2024 DE 25 DE OUTUBRO DE 2024
O Prefeito Municipal, no uso da competência de que trata o inciso VI do art. 71 e art. 90, II, "a", da Lei Orgânica Municipal 01/90 e, considerando o que dispõe o art. 214 e seguintes da Lei Complementar 118 de 14 de fevereiro de 2022
RESOLVE
Art. 1º. determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar os fatos relacionados com conduta incompatível com a função pública praticados, em tese, por Servidor Público lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, contra cidadão do Município de Tapejara/PR, bem como, a apuração de outros fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.
Art. 2º. Ficam nomeados para atuar na Comissão Processante :
I - Presidente: Marcio Francischini
II – 1º Secretário: Ronei Jacyr Faxina
III – 2º Secretário: Lucimeli Rodrigues de Oliveira
IV – 4º Suplente: Viviane Bugança
Parágrafo único: fica designado o Procurador Municipal Sr. Heros Hissao Beck Suzumura, que atuará na atividade consultiva perante Comissão Processante.
Art. 3º. Os trabalhos da Comissão deverão ter início a partir da data da publicação desta Portaria, com a devida conclusão no prazo de 60 (sessenta) dias, admitida a prorrogação, a critério da autoridade, quando as circunstâncias o exigirem, com a devida fundamentação.
Art. 4º. Fica decretado sigilo para elucidação dos fatos e do interesse da Administração Pública.
Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Tapejara/PR, 25 de outubro de 2024.
RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE
PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Paraná
EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 073/2023
CONTRATANTE: Município de Tapejara, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF N.º 76.247.345/0001-06.
CONTRATADA: 4S CONSTRUÇÕES LTDA.
MODALIDADE: Tomada de Preço nº 002/2023.
OBJETO: Aditivo de redução de metafísica, do Contrato Administrativo nº 073/2023.
VALOR A SER REDUZIDO: R\$ 5.709,93 (cinco mil, setecentos e nove reais, noventa e três centavos).
FORO: COMARCA DE CRUZEIRO DO OESTE/PR.
Tapejara/Pr, 22 de outubro de 2024.
RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPEJARA

EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO DE CONTRATO
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 073/2023
CONTRATANTE: Município de Tapejara, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF N.º 76.247.345/0001-06.
CONTRATADA: 4S CONSTRUÇÕES LTDA.
MODALIDADE: Tomada de Preço nº 002/2023.
OBJETO: Aditivo de prorrogação de prazo de vigência de contrato e execução de obra, do Contrato Administrativo nº 073/2023.
PRAZO: 120 (cento e vinte) dias, a partir de 27/09/2024 a 25/01/2025.
FORO: COMARCA DE CRUZEIRO DO OESTE/PR.
Tapejara/Pr, 27 de setembro de 2024.
RODRIGO DE OLIVEIRA SOUZA KOIKE
Prefeito Municipal



PÉROLA
GOVERNO MUNICIPAL

1º ERRATA DE EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2024-PM

O MUNICÍPIO DE PÉROLA, ESTADO DO PARANÁ, torna público, aos interessados, que foi feita as seguintes alterações:

Onde se lê:

ANEXO I-TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO: Registro de Preços, para eventual e futura aquisição de climatizadores evaporativos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer do Município de Pérola, Estado do Paraná, conforme especificações e quantitativos abaixo;

Lote	Item	Qtde.	Unid.	Cód.	Discriminação	Valor Máximo Unitário	V. Total
1	1	08	Unid	31138	CLIMATIZADOR EVAPORATIVO DE PAREDE, COM VAZÃO MÍNIMA DE AR DE 70.000 M³/H, CONSUMO DE ENERGIA MÁXIMO 2,57KW/H, CAPACIDADE DE ÁGUA NO RESERVATÓRIO DE NO MÍNIMO 140L, ABERTURA DE PAREDE APROXIMADAMENTE 1570X1570MM, DIMENSÃO DO CLIMATIZADOR APROXIMADAMENTE (AXLXP) M 1,55X1,89X1,18, ALIMENTAÇÃO EM 220V MONOFÁSICO, MOTOR DE 3 CV, RU000 (DB) 75, PESO KG 25, GABINETE A PROVA CORROSÃO EM FIBRA, INOX OU ALUMÍNIO, MÍNIMO 12 VELOCIDADE, COM PAINEL EVAPORATIVO LATERAIS E TRASEIROS DE 150MM DE ESPESSURA, CONTROLE DE TEMPERATURA E UMIDADE, POSSUIR CONTROLE REMOTO, AÇIONAMENTO TOUCH SCREEN, PRODUTO FABRICADO NO BRASIL, CERTIFICADO PELO INMETRO, COM INSTALAÇÃO.	19.342,50	154.740,00

VALOR TOTAL MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R\$ 154.740,00 (Cento e cinquenta e quatro mil, setecentos e quarenta reais).

Leia-se:

ANEXO I-TERMO DE REFERÊNCIA

2. OBJETO: Registro de Preços, para eventual e futura aquisição de climatizadores evaporativos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer do Município de Pérola, Estado do Paraná, conforme especificações e quantitativos abaixo;

Lote	Item	Qtde.	Unid.	Cód.	Discriminação	Valor Máximo Unitário	V. Total
1	1	08	Unid	31138	CLIMATIZADOR EVAPORATIVO DE PAREDE, COM VAZÃO MÍNIMA DE AR DE 70.000 M³/H, CONSUMO DE ENERGIA MÁXIMO 2,57KW/H, CAPACIDADE DE ÁGUA NO RESERVATÓRIO DE NO MÍNIMO 140L, ABERTURA DE PAREDE APROXIMADAMENTE 1570X1570MM, DIMENSÃO DO CLIMATIZADOR APROXIMADAMENTE (AXLXP) M	19.342,50	154.740,00

					1,56X1,89X1,18, ALIMENTAÇÃO EM 220V MONOFÁSICO, MOTOR DE 3 CV, RU000 (DB) 75, PESO KG 25, GABINETE A PROVA CORROSÃO EM FIBRA, INOX OU ALUMÍNIO, MÍNIMO 12 VELOCIDADE, COM PAINEL EVAPORATIVO LATERAIS E TRASEIROS DE 150MM DE ESPESSURA, CONTROLE DE TEMPERATURA E UMIDADE, POSSUIR CONTROLE REMOTO, AÇIONAMENTO TOUCH SCREEN, PRODUTO FABRICADO NO BRASIL, CERTIFICADO PELO INMETRO, COM INSTALAÇÃO.		
--	--	--	--	--	---	--	--

VALOR TOTAL MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R\$ 154.740,00 (Cento e cinquenta e quatro mil, setecentos e quarenta reais).

Tendo em vista que a alteração acima afetará na formulação da proposta por parte dos licitantes, fica estabelecida a data de 07/11/2024, às 14h:00min, para realização do certame, permanecendo inalterados os demais dispositivos no instrumento convocatório.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até 14h:00m do dia 07/11/2024.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: De 14h:01m às 14h:05m do dia 07/11/2024.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h:06m do dia 07/11/2024.

Pérola/PR, 25 de outubro de 2024.

TIAGO DA SILVA CANGUÇU
Pregoeiro

CÂMARA MUNICIPAL DE TAPEJARA

Estado do Paraná
DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/2024
ALTERA A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO PARA O EXERCÍCIO DE 2024
MARISA ISSA RIZK, Presidente do Poder Legislativo Municipal de Tapejara Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no art. 8º, parágrafo único da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, e a Lei Municipal nº 2.490 de 24 de outubro de 2024. DECRETA:
Art. 1º - Ficam estabelecidas: A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO PARA O EXERCÍCIO DE 2024 da Câmara Municipal de Tapejara, conforme estabelecido no anexo I parte integrante do presente Decreto.
Art. 2º - O cumprimento da Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso dar-se-á bimestralmente e, se verificado desequilíbrio fiscal, será reconduzido para o bimestre seguinte.
Art. 3º - A execução orçamentária para o Exercício Financeiro de 2024 foi programada conforme a média executada nos últimos exercícios financeiros do Legislativo.
Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Câmara Municipal de Tapejara, 25 de outubro de 2024.
MARISA ISSA RIZK
Presidente do Legislativo

ANEXO I - Decreto Legislativo nº 003/2024

ALTERA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA – EXERCÍCIO 2024

Descrição	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Ingressos	264.199,37	264.199,33	264.199,33	264.199,33	264.199,33	264.199,33
TOTAL	264.199,37	264.199,33	264.199,33	264.199,33	264.199,33	264.199,33

Descrição	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Ingressos	264.199,33	264.199,33	264.199,33	264.199,33	264.199,33	264.199,33
TOTAL	264.199,33	264.199,33	264.199,33	264.199,33	264.199,33	264.199,33

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO PARA O EXERCÍCIO DE 2024.

Descrição	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
Desp. com Pessoal e Encargos	183.583,37	183.583,33	183.583,33	183.583,33	183.583,33	183.583,33
Outras Despesas Correntes	33.949,37	33.949,33	33.949,33	33.949,33	33.949,33	33.949,33
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
TOTAL	222.532,74	222.532,66	222.532,66	222.532,66	222.532,66	222.532,66

Descrição	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Desp. com Pessoal e Encargos	183.583,33	183.583,33	183.583,33	183.583,33	183.583,33	183.583,33
Outras Despesas Correntes	33.949,33	33.949,33	33.949,33	33.949,33	33.949,33	33.949,33
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00
TOTAL	222.532,66	222.532,66	222.532,66	222.532,66	222.532,66	222.532,66

Edifício da Câmara Municipal de Tapejara, 25 de outubro de 2024.

MARISA ISSA RIZK
Presidente do Legislativo

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº: 5000/2024
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA, Prefeito do Município de Tapira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei,
R E S O L V E:
Art. 1º Fica autorizado ao Senhor CRISTIAN DE MENDONÇA OLIVEIRA Motorista, portador do cadastro de pessoa física CPF sob nº 024.762.249-44 e carteira de identidade RG sob nº 7.509.471-0 SSP-PR, com base na Lei Municipal nº. 239/2010, com as modificações introduzidas pela Lei nº 723/2017 e tendo em vista solicitação formulada, a concessão de 02 (duas) diárias, no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) cada, que serão creditadas em Conta Corrente Específica, para custos de alimentação e hospedagem na cidade de Campo Largo - Paraná, onde estará transportando paciente para a realização de consulta e tratamento médico no Hospital Médicos de Olhos, nos dias 30 e 31 de outubro de 2024.
Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Edifício da prefeitura do Município de Tapira, Estado do Paraná, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de outubro de 2024.
CLAUDIO SIDINEY DE LIMA
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE TAPIRA

Estado do Paraná
PORTARIA Nº 009/2024
O vereador Devair dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Tapira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do município e no Regimento Interno, RESOLVE:
Art. 1º. Fica estabelecido recesso para atendimento ao público no serviço público e demais atividades inerentes executadas pela Câmara Municipal de Tapira, Estado do Paraná, no dia 28 de outubro de 2024, segunda-feira, em decorrência de comemoração alusiva ao dia do servidor público, que é celebrado no mesmo dia, 28 de outubro.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Edifício da Câmara Municipal de Tapira – Estado do Paraná, aos vinte e cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro.
DEVAIR DOS SANTOS
Presidente do Legislativo

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL
DE XAMBÊ

ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 172/2024

Homologo o julgamento proferido pelo pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas ao Pregão nº 31/2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAMBÊ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas ao Pregão nº 31/2024, conforme "Ata de Sessão pública", objetivando a necessidade registro de preços para aquisição de material de limpeza e utensílios domésticos para atender aos setores da administração municipal, a favor das seguintes empresas:

Razão social	CNPJ	Valor homologado
MC PAPELARIA LTDA	52.750.923/0001-64	R\$ 36.466,80 (trinta e seis mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos)
57.412.144 LARISSA LIMA SANTOS TRINDADE	57.412.144/0001-72	R\$ 24.490,00 (vinte e quatro mil e quatrocentos e noventa reais)
LOJA TRADIÇÃO LTDA	24.652.542/0001-07	R\$ 9.089,40 (nove mil, oitenta e nove reais e quarenta centavos)
AGUIA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E SUPRIMENTOS EIRELI	27.789.446/0001-01	R\$33.734,90 (trinta e três mil, setecentos e trinta e quatro reais e noventa centavos)
BAUER COMERCIO E LICITAÇÕES	45.740.175/0001-73	R\$ 9.964,50 (nove mil, novecentos e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos)
DISTRIBUIDORA HERZOG LTDA	54.697.987/0001-74	R\$ 41.215,00 (quarenta e um mil e duzentos e quinze reais)
RP COMERCIAL LTDA	20.604.417/0001-70	R\$ 1.224,60 (um mil, duzentos e vinte e quatro reais e sessenta centavos)
OP IMPORTS – FÁBIANA RODRIGUES PEREIRA	26.427.828/0001-14	R\$ 7.784,14 (sete mil, setecentos e oitenta e quatro reais e quatorze centavos)
ELEVATE UTILIDADES LTDA	52.996.455/0001-02	R\$ 1.224,60 (um mil, duzentos e vinte e quatro reais e sessenta centavos)
COMERCIO ATACADISTA ILHA BELA	29.322.621/0001-73	R\$ 27.619,93 (vinte e sete mil, seiscentos e dezenove reais e trinta centavos)
COLUZZI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA	03.766.670/0001-01	R\$3.035,55 (três mil, trinta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos)
CIRURGICA MED PLUS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	52.685.881/0001-25	R\$ 1.222,20 (um mil, duzentos e vinte e dois reais e vinte centavos)
FUNCIONAL MATERIAS HOSPITALARES E ACESSORIAS LTDA	33.475.145/0001-06	R\$ 1.846,90 (um mil, oitocentos e quarenta e seis reais e noventa centavos)
FC DISTRIBUIDORA TEXTIL LTDA	51.647.234/0001-66	R\$ 6.087,11 (seis mil, oitenta e sete reais e onze centavos)
T RONQUI ATACADISTA DE	31.651.344/0001-94	R\$ 89.806,06 (oitenta e nove mil, oitocentos e seis

GENEROS ALIMENTÍCIOS LTDA		reais e seis centavos)
AGUIA COMERCIAL LTDA	49.932.212/0001-04	R\$ 80.264,50 (oitenta mil, duzentos e sessenta e quatro reais e cinquenta centavos)
SCAN LIFE COMERCIAL LTDA	46.022.479/0001-68	R\$ 11.641,50 (onze mil, seiscentos e quarenta e três reais e cinquenta centavos)
ROBERTO DE CONTO & CIA LTDA	18.449.927/0001-79	R\$ 8.627,50 (oito mil, seiscentos e vinte e sete reais e cinquenta centavos)
PALMIRA DISTRIBUIDORA DE UTILIDADES DOMESTICAS LTDA	37.730.284/0001/81	R\$ 1.116,30 (um mil, cento e dezesseis reais e trinta centavos)
NUTRI FERT INDUSTRIA QUIMICA LTDA	06.079.804/0001-04	R\$ 10.200,50 (dez mil, duzentos reais e cinquenta centavos)
RPS – COMERCIO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS LTDA	54.205.260/0001-22	R\$64.211,43 (sessenta e quatro mil, duzentos e onze reais e quarenta e três centavos)
THA DISTRIBUIDORA LTDA	48.904.616/0001-13	R\$ 54.590,00 (cinquenta e quatro mil, quinhentos e noventa reais.)
SOMAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	32.237.610/0001-08	R\$ 40.630,50 (quarenta mil, seiscentos e trinta reais e cinquenta centavos)
VENEZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES	13.229.567/0001-86	R\$ 10.750,00 (dez mil e setecentos e cinquenta reais)
HHUL EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO EPP	37.745.392/0001-28	R\$ 13.729,30 (treze mil, setecentos e vinte e nove reais e trinta centavos)
C. H. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA	35.247.597/0001-58	R\$ 118.685,48 (cento e dezoito mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e quarenta e oito centavos)
COMERCIAL COIMBRA DE SOUZA LTDA	55.993.065/0001-77	R\$ 44.131,60 (quarenta e quatro mil, cento e trinta e um reais e sessenta centavos)
TOTAL GERAL		R\$ 753.047,79 (setecentos e cinquenta e três mil, quarenta e sete reais e setenta e nove centavos)

Art. 2º. Fica o setor competente autorizado a elaborar o contrato/ata de registro de preços, conforme edital, depois de cumpridas todas as formalidades legais. Xambê/PR, 25 (vinte e cinco) de outubro de 2024.

DECIO JARDIM

Prefeito do Município de Xambê

PREFEITURA MUNICIPAL
DE XAMBÊ

ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48/2024
PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2024
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

A Prefeitura de Xambê, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº76.247.360/0001-54, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr.º **Decio Jardim**, brasileiro, agente político, portador da cédula de identidade RG nº 725.366-4 SSP/PR e CPF/MF sob o nº 209.220.949-34, residente e domiciliado neste Município de Xambê – Estado do Paraná, e, de outro lado, a proponente **OP IMPORTADOS – FÁBIANA RODRIGUES PEREIRA LTDA** inscrita no CNPJ sob nº 26.427.828/0001-14, com sede na Rod. Rodrigo Melo Franco de Andrade, KM5 – Nossa Senhora do Carmo – Ouro Preto – MG, cep 35.400-452 doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representado pela Sr. Fabiana Rodrigues Pereira, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 12.648.584 e inscrito no CPF sob nº 072.144.546-29, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 31/2024, processo administrativo n.º 48/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para aquisição de material de limpeza e utensílios domésticos para atender aos setores da administração municipal, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 31/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidades mínima a ser cotada, a quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	MARCA / MODELO
74	Cortador de legumes: cortador ou picador de legumes tipo cabrita, grande, tripé de mesa reforçado (pés interligados), para uso industrial e comercial, corpo, cabo e basculante em alumínio fundido, pintura eletrolítica, colunas em tubo de aço 5/8, faca em aço inox com borda em alumínio, dimensões aproximadas 52X35 cm.	Unidade	83	39,88	3.310,04	Alumina/Carol
87	Cortador/fatiador de legumes: cortador/fatiador de legumes dupla face com protetor de mão, ideal para preparar legumes com o corte em fios finos. Utilize	Unidade	60	15,97	958,20	Keita

	também para ralar queijos, fatar batatas e verduras e outros alimentos, produzido em polietileno, na cor branca, medidas aproximadas: cortador - 8x1,4x25cm. Protetor de mão - 9x1,5x7cm.					
88	Espátula Pão Duró: espátula de silicone para mexer, misturar cremas, massas de bolo, massas leves de pães, entre outros, material de PVC, Poliestireno e Silicone, resistência de ate 40 graus, medindo aproximadamente 27 cm de comprimento, cores a combinar.	Unidade	60	8,98	538,80	kehome
128	Porta mantimentos redondo: em plástico resistente e atóxico, com tampa hermética ou de rosca, redondo. Capacidade 4,1 a 4,5 litros.	Unidade	205	12,98	2.660,90	ercapiast
177	Bacia: bacia em aço inox para servir alimentos, diâmetro de 40cm x 12 de altura.	Unidade	6	52,70	316,20	kehome
VALOR TOTAL R\$ 7.784,14 (sete mil, setecentos e oitenta e quatro reais e quinze centavos)						

1.2 - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações nas demandas estimadas ou adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os itens referidos na cláusula primeira, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurada a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Validade de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura.

Xambê- PR, 25 de outubro de 2024

DECIO JARDIM

Prefeito do Município de Xambê

OP IMPORTADOS – FÁBIANA RODRIGUES PEREIRA LTDA

FABIANA RODRIGUES PEREIRA

CPF 072.144.546-29

PREFEITURA MUNICIPAL
DE XAMBÊ

ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48/2024
PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2024
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

A Prefeitura de Xambê, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº76.247.360/0001-54, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr.º **Decio Jardim**, brasileiro, agente político, portador da cédula de identidade RG nº 725.366-4 SSP/PR e CPF/MF sob o nº 209.220.949-34, residente e domiciliado neste Município de Xambê – Estado do Paraná, e, de outro lado, a proponente **DISTRIBUIDORA HERZOG LTDA** inscrita no CNPJ sob nº 54.627.987/0001-74, com sede na RUA TIUCAS, 370, SALA 13, CEP 89.204-020, BAIRRO AMERICA, JOINVILLE/SC doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representado pela Sr. Carlos Herzog, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 4.609.687 e inscrito no CPF sob nº 319.841.508-04, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 31/2024, processo administrativo n.º 48/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para aquisição de material de limpeza e utensílios domésticos para atender aos setores da administração municipal, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 31/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidades mínima a ser cotada, a quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	MARCA	VLR UNIT.	VLR TOTAL
14	Cesto para lixo: em plástico resistente, não vazado, com tampa basculante (movel), capacidade 15 litros cores a combinar	115	Arg Plast	R\$ 13,40	R\$ 1.541,00
67	Batedor Fuê: batedor fuê de claras, ovos e massas, atóxico, material aço inox ou silicone. Medidas aproximada de 20 cm.	110	Class Home	R\$ 6,00	R\$ 660,00
70	Caixa box alta: caixa box alta transparente com travas laterais volume de 20 litros, em polipropileno resistente e atóxico	215	Rischiotto	R\$ 25,00	R\$ 5.375,00

75	Cortador de legumes: cortador ou picador de legumes tipo cabrita, grande, tripé de mesa reforçado (pés interligados), para uso industrial e comercial, corpo, cabo e basculante em alumínio fundido, pintura eletrolítica, colunas em tubo de aço 5/8, faca em aço inox com borda em alumínio, dimensões aproximadas 52X35 cm.	118	Metal Ferreira	R\$ 140,00	R\$ 16.520,00
78	Colher de sopa: lâmina em aço inox, cabo em aço inox ou polipropileno, com acabamento polido, liso, sem manchas, rebarbas ou saliências. Não será aceito cabo em madeira. Medida aproximada de 18,5 cm de comprimento	510	Class Home	R\$ 1,30	R\$ 663,00
79	Colher de sobremesa: lâmina em aço inox, cabo em aço inox ou polipropileno, com acabamento polido, liso, sem manchas, rebarbas ou saliências. Não será aceito cabo em madeira. Medida aproximada de 16,2 cm de comprimento	350	Class Home	R\$ 1,20	R\$ 420,00
81	Colher de servir: lâmina em aço inox, cabo em aço inox ou polipropileno, com acabamento polido, liso, sem manchas, rebarbas ou saliências. Não será aceito cabo em madeira. Medido no mínimo 35 cm de comprimento	130	Class Home	R\$ 6,00	R\$ 780,00
82	Colher plana: colher para caldeirão plana, em polietileno não tóxico, na cor branca, medidas aproximadas: 1cm x 7,5cm x 60cm	80	Solrac	R\$ 28,00	R\$ 2.240,00
84	Concha: para feijão, lâmina em aço inox, cabo longo em polipropileno ou totalmente em aço inox, acabamento polido, liso, sem manchas, rebarbas ou saliências. Comprimento mínimo 35 cm. Não será aceito cabo em madeira	90	Class Home	R\$ 6,50	R\$ 585,00

90	Escumadeira: para arroz, em alumínio polido, liso, sem manchas, rebarbas ou saliências, cabo em alumínio ou polipropileno medindo 33 cm no mínimo. Não serão aceitos cabos em madeira	82	Class Home	R\$ 7,00	R\$ 574,00
101	Luva térmica: luva térmica de silicone manga longa (acima da altura do punho) com forro tipo mão de gato, longa, flexível, com resistência ao calor, não gruda, fabricada em material extremamente resistente ao calor, evita queimaduras ao pegar um prato, formas ou assadeiras aquecidas até 240°C, forrada internamente, com estrutura antiderrapante para aderir aos recipientes sem risco de derrubálos. Dimensão do produto: 32 x 19 x 1,5 cm; 200 g	55	Class Home	R\$ 35,00	R\$ 1.925,00
104	Garfo de mesa: lâmina em aço inox, cabo em polipropileno ou em aço inox, acabamento polido, liso, sem manchas, rebarbas ou saliência. Não serão aceitos cabos em madeira	352	Class Home	R\$ 1,10	R\$ 387,20
105	Jarra: em plástico resistente e atóxico, com alça e tampa, capacidade 2 litros	107	Rischiotto	R\$ 6,20	R\$ 663,40
107	Panela de pressão: panela de pressão em alumínio polido, capacidade 07 litros, acabamento em inox, com válvula de segurança, com um cabo longo e uma alça em material resistente ao calor, tampa em alumínio polido.	27	Mazetto	R\$ 79,00	R\$ 2.133,00
108	Panela de pressão: panela de pressão em alumínio polido, capacidade 10 litros, acabamento em inox, com válvula de segurança, com um cabo longo e uma alça em material resistente ao calor, tampa em alumínio polido	26	Mazetto	R\$ 125,00	R\$ 3.250,00

127	Porta mantimento redondo: em plástico resistente e atóxico, com tampa hermética ou de rosca, redondo. Capacidade 2,0 a 2,6 litros.	155	Erica Plast	R\$ 8,00	R\$ 1.240,00
135	Ralador: ralador manual, grande, com 6 facas, 9" com cabo, em aço inox de alta qualidade, com acabamento livre de rebarbas, medidas aproximadas de 10 cm de comprimento, 9 cm de largura, e 22 cm de altura	117	Class Home	R\$ 17,00	R\$ 1.989,00
182	Prato de vidro: prato de vidro fundo, liso.	60	Class Home	R\$ 4,50	R\$ 270,00
					R\$ 41.215,00

1.2 - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações nas demandas estimadas ou adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os itens referidos na cláusula primeira, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurada a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Validade de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura.

Xambê- PR, 25 de outubro de 2024

DECIO JARDIM

Prefeito do Município de Xambê

DISTRIBUIDORA HERZOG LTDA

Carlos Herzog

CPF 319.841.508-04

PREFEITURA MUNICIPAL
DE XAMBÊ

ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48/2024
PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2024
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

A Prefeitura de Xambê, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº76.247.360/0001-54, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr.º **Decio Jardim**, brasileiro, agente político, portador da cédula de identidade RG nº 725.366-4 SSP/PR e CPF/MF sob o nº 209.220.949-34, residente e domiciliado neste Município de Xambê – Estado do Paraná, e, de outro lado, a proponente **ELEVATE UTILIDADES LTDA** inscrita no CNPJ sob nº 52.996.455/0001-02, com sede na Rua Peru, 88, centro, Taquaraçu do Sul – RS CEP 98410-00 doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representado pelo Sr. Tharles Gabriele Cauduro, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 8087319409 e inscrito no CPF sob nº 030.925.790-54, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 31/2024, processo administrativo n.º 48/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para aquisição de material de limpeza e utensílios domésticos para atender aos setores da administração municipal, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 31/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidades mínima a ser cotada, a quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	MARCA / MODELO
13	Cesto para lixo: em plástico resistente, não vazado, sem tampa, capacidade 10 litros. Cores a combinar.	Unidade	167	5,27	880,09	Argplast
VALOR TOTAL R\$ 880,09 (oitocentos e oitenta reais e nove centavos)						

1.2 - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações nas demandas estimadas ou adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os itens referidos na cláusula primeira, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurada a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Validade de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura.

Xambê- PR, 25 de outubro de 2024

DECIO JARDIM

Prefeito do Município de Xambê

ELEVATE UTILIDADES LTDA

Tharles Gabriele Cauduro

CPF 030.925.790-54

PREFEITURA MUNICIPAL
DE XAMBÊ

ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 103/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48/2024
PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2024
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

A Prefeitura de Xambê, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº76.247.360/0001-54, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr.º **Decio Jardim**, brasileiro, agente político, portador da cédula de identidade RG nº 725.366-4 SSP/PR e CPF/MF sob o nº 209.220.949-34, residente e domiciliado neste Município de Xambê – Estado do Paraná, e, de outro lado, a proponente **COMERCIO ATACADISTA ILHA BELA** inscrita no CNPJ sob nº 29.322.621/0001-73 com sede na Rua Jose Afonso Harger, 242, Palitanga – SC CEP 88.130-180 doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representado pela Sr. Silvia Debus Paim, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 1040850010 e inscrito no CPF sob nº 634.381.350-00, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 31/2024, processo administrativo n.º 48/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para aquisição de material de limpeza e utensílios domésticos para atender aos setores da administração municipal, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 31/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidades mínima a ser cotada, a quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	MARCA / MODELO
63	Bacia: em plástico resistente e atóxico, canelada ou não, com alças nas laterais, capacidade 15 litros.	Unidade	255	6,89	1.756,95	FORMPLAST
64	Bacia: em plástico resistente e atóxico, canelada ou não, com alças nas laterais, capacidade 30 litros.	UNI	255	13,24	3.376,20	Plasnew
69	Caixa box baixa: caixa box baixa transparente com travas laterais, volume de 13 litros, em polipropileno resistente e atóxico.	Unidade	215	32,19	6.920,85	Ariglas

72	Caneca: caneca em polipropileno resistente e atóxico, com cabo, capacidade 300 ml, cores a combinar, resistentes ao calor de no mínimo 90º por 15 minutos sem apresentar bolhas, fissuras, rachaduras ou escamações, medidas aproximadas de 77mm de diâmetro, 85mm de altura externa por 3,0mm de espessura. Produto não deve apresentar manchas, bolhas, fissuras, rachaduras ou rebarbas. Uso na merenda escolar.	Unidade	4
----	---	---------	---

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRÊ

ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48/2024
PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2024
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

A Prefeitura de Xambrê, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº976.247.360/0001-54, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr.º Decio Jardim**, brasileiro, agente político, portador da cédula de identidade RG nº 725.366-4 SSP/PR e CPF/MF sob o nº 209.220.949-34, residente e domiciliado neste Município de Xambrê – Estado do Paraná, e, de outro lado, a proponente **FC DISTRIBUIDORA TEXTIL LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 51.647.234/0001-66, com Rua Disaburo Yokohama 2350, Espanha em Umuarama – PR, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pela Srª Fabiana Cabrera, brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 06804519119 e inscrita no CPF sob nº 098.935.979-43, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 31/2024, processo administrativo n.º 48/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o **Registro de preços para aquisição de material de limpeza e utensílios domésticos para atender aos setores da administração municipal**, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 31/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidades mínima a ser cotada, a quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.	VALOR UNIT	VALOR TOTAL	MARCA / MODELO
142	Toalha de mesa: em plástico, com forro (flamclada), estampada ou lisa, medindo 2,00X1,40.	Unidade	127	24,99	3.173,73	Propria
146	Toalha de mesa: toalha de mesa quadrada, medidas 2,00X1,40, em tecido 100% algodão, cores e estampas variadas.	Unidade	62	46,99	2.913,38	Propria
VALOR TOTAL R\$ 6.087,11 (seis mil, oitenta e sete reais e onze centavos)						

1.2 - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações nas demandas estimadas ou adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os itens referidos na cláusula primeira, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurada a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Validade de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura.

Xambrê- PR, 25 de outubro de 2024

DECIO JARDIM

Prefeito do Município de Xambrê

FC DISTRIBUIDORA TEXTIL LTDA

Fabiana Cabrera

CPF 098.935.979-43



PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRÊ

ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48/2024
PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2024
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

A Prefeitura de Xambrê, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº976.247.360/0001-54, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr.º Decio Jardim**, brasileiro, agente político, portador da cédula de identidade RG nº 725.366-4 SSP/PR e CPF/MF sob o nº 209.220.949-34, residente e domiciliado neste Município de Xambrê – Estado do Paraná, e, de outro lado, a proponente **MC PAPELARIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 52.750.923/001-64, localizada na Rua Peabiru, 616, centro de Cruzeiro do Oeste – PR, CEP 87400-000, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr.º Celso José Lopes, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 4643832-9 SSPPR e inscrito no CPF sob nº 930.017.389-87, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 31/2024, processo administrativo n.º 48/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o **Registro de preços para aquisição de material de limpeza e utensílios domésticos para atender aos setores da administração municipal**, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 31/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidades mínima a ser cotada, a quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$	Marca
73	Caneleto: em alumínio, com cabo lateralem braquielite, capacidade volumétrica de 2,5 litros.	Unidade	83	R\$ 34,00	R\$ 2.822,00	REDAR
121	Peneira: peneira malha fina, grande, em aço inox, ideal para uso culinário, com alças e chás, peneira furinhos e etc, formato com cabo vertical e gancho para suporte, permitindo seu apoio/fixação na lateral do recipiente melhorando a praticidade. Dimensão 24cm de diâmetro.	Unidade	32	R\$ 18,90	R\$ 604,80	SÓ QUALIDADE
139	Saco para pipoca: em papel não reciclado, branco, medida aproximada 7,5 X15cm. Pacote com 100 unidades.	Unidade	665	R\$ 5,00	R\$ 3.325,00	SP MIX
140	Tábua de corte: tábua de corte em polietileno (PEAD) na cor branca, produto maciço que não danifica a cor da faca, indicado para a manipulação e preparo de alimentos em geral, lisa, sem canelões. Medidas aproximadas de 43,5x27,5x1cm.	Unidade	57	R\$ 40,00	R\$ 2.280,00	SANREMO
148	GARRAFA TÉRMICA CAPACIDADE 10 LITROS - Botijão térmico em aço inoxidável e polipropileno. Possui tampa	Unidade		R\$ 227,90	R\$ 11.395,00	TERMOLAR

	canôvivel, torneira, alças reforçadas e base com pé retrátil.	50				
166	Copo plástico de transição transparente, de material atóxico (sem BPA), com duas alças antideslizantes, bico antiavreamento desliscione macio e flexível, fácil higienização, capacidade 200 mL.	Unidade	750	R\$ 10,00	R\$ 7.500,00	PLASDURAN
176	Caixa organizadora alta: caixa organizadora alta em polipropileno resistente e atóxico transparente ou lático com travas laterais, volume de 40 litros.	unidade	82	R\$ 70,00	R\$ 5.740,00	UNINJET
179	Caixa organizadora alta: caixa organizadora alta em polipropileno resistente e atóxico transparente ou lático com travas laterais, volume de 30 litros.	Unidade	80	R\$ 35,00	R\$ 2.800,00	ARQ PLAST

1.2 - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações nas demandas estimadas ou adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os itens referidos na cláusula primeira, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurada a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Validade de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura.

Xambrê- PR, 25 de outubro de 2024

DECIO JARDIM

Prefeito do Município de Xambrê

MC PAPELARIA LTDA

Célio José Lopes

CPF 930.017.389-87



PREFEITURA MUNICIPAL DE XAMBRÊ

ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48/2024
PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2024
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

A Prefeitura de Xambrê, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº976.247.360/0001-54, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr.º Decio Jardim**, brasileiro, agente político, portador da cédula de identidade RG nº 725.366-4 SSP/PR e CPF/MF sob o nº 209.220.949-34, residente e domiciliado neste Município de Xambrê – Estado do Paraná, e, de outro lado, a proponente **T RONQUI ATACADISTA DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 31.651.344/0001-94, com sede à Rua Lisboa, 3240, Sala 01 Quadra 18 Lote 01-B, Jardim Panorama, Município de Umuarama – PR, CEP 87.501-640, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 31/2024, processo administrativo n.º 48/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o **Registro de preços para aquisição de material de limpeza e utensílios domésticos para atender aos setores da administração municipal**, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 31/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidades mínima a ser cotada, a quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Descrição	Qtd.	Und	V. Unit.	Marca	V. Total
42	Rodo para chão: corpo (base) em polipropileno de alta resistência ou alumínio medindo 60 cm, com uma ou duas laminas de borracha, cabo em alumínio ou madeira revestida roseável medindo 120 cm. Não serão aceitos corpo (base) em madeira.	und	240	R\$ 8,97	LOCATELI	R\$ 2.152,80

43	Rodo para chão: corpo (base) em polipropileno de alta resistência ou alumínio medindo 30 cm, com uma ou duas laminas de borracha, cabo em alumínio ou madeira revestida roseável medindo 120 cm. Não serão aceitos corpo (base) em madeira.	und	240	R\$ 5,00	LOCATELI	R\$ 1.200,00
44	Rodo de espuma: corpo (base) em polipropileno ou madeira com espuma de poliuretano medindo aproximadamente 8,5 X 28cm, formato retangular, finalidade aplicação de cers, limpeza de vidros e limpeza geral. Cabo em madeira revestida com rosca medindo aproximadamente 120 cm.	und	230	R\$ 5,84	LOCATELI	R\$ 1.343,20
45	Rodo de espuma com abrasivo: para limpeza geral corpo (base) em polipropileno ou madeira, composição espuma de poliuretano com fibra sintética com mineral abrasivo, formato retangular. Cabo em madeira revestida com rosca medindo aproximadamente 120cm.	und	370	R\$ 7,28	LOCATELI	R\$ 2.693,60
55	Toalha para chão: toalha listrada grossa, com barra, medida aproximada 54cmX1,00m.	und	1050	R\$ 4,70	REZIN	R\$ 4.935,00
59	Assadeira: assadeira retangular alta, em alumínio, com bordas, com ou sem alças, medidas aproximadas de 45cm de comprimento, 32cm de largura x 6cm de altura com 2,5mm de espessura.	und	57	R\$ 36,51	ARARA	R\$ 2.081,07

60	Avental de tecido: avental frontal, na cor branca, com ou sem bolso frontais, com regulagem de altura no pescoço e tirantes para amarrar e ajuste ao corpo na cintura, confeccionado em tecido de algodão de alta qualidade (100% algodão) medindo 80cm x 70 cm. Será tolerado uma variação de 5% a mais ou a menos das medidas citadas.	und	125	R\$ 15,00	TRUTIL	R\$ 1.875,00
62	Bacia: em plástico resistente e atóxico, cancelada ou não, com alças nas laterais, capacidade 05 litros.	und	255	R\$ 4,09	ARQPLAST	R\$ 1.042,95
65	Bacia: em plástico resistente e atóxico, cancelada ou não, com alças nas laterais, capacidade 50 litros.	und	265	R\$ 34,50	PLASNEW	R\$ 9.142,50
66	Bateria: quadrada, modelo 6LR61, alcalina, voltagem 9V. Validade mínima de 12 meses a contar na data da entrega.	und	115	R\$ 7,90	ELGIN	R\$ 908,50
71	Caixa plástica vazada: caixa plástica vazada tipo hortifruti fabricada em polietileno de alta densidade na cor branca, capacidade de 45 litros.	und	180	R\$ 34,00	RALFPLASTIC	R\$ 6.120,00
77	Coador: coador em flanela, 100% algodão, com arame em aço galvanizado e cabo revestido em PVC, diâmetro aproximado de 120mm.	und	155	R\$ 3,50	ITATEX	R\$ 542,50
83	Colher descartável: colher de solbrenesse descartável. Pacotes com 50 unidades	und	260	R\$ 3,45	PRAFESTA	R\$ 897,00
85	Copo: copo de vidro liso, para água ou suco, incolor, capacidade de 300 ml.	und	300	R\$ 2,90	NADIR	R\$ 870,00

86	Descascador de legumes: descascador de frutas e legumes, em polipropileno resistente e atóxico, com lâmina em aço inox.	und	90	R\$ 4,00	PLASTIMAR	R\$ 360,00
89	Embalagem plástica para freezer: fabricação em processo asséptico, sem contato manual, com polietileno virgem e atóxico. Embalagem para conservar e congelar alimentos. Capacidade 5 kg. Rolos com 100 unidades. Embalagem com 100 unidades.	und	555	R\$ 5,00	GIOPACK	R\$ 2.775,00
94	Filme de PVC: película para proteger e conservar alimentos, transparente, estável, não tóxico, tamanho 26cmx30cmx0,05mm, Caixas contendo 01 rolo.	und	330	R\$ 3,50	FACILITA	R\$ 1.155,00
95	Fio dental: material poliamida, encerado, aromatizado e extrudado, embalagem com quantidade igual ou superior a 100m.	und	25	R\$ 3,50	FREEDENT	R\$ 87,50
97	Funil: produzido em plástico livre de BPA, medidas aproximadas de 11 cm de diâmetro e 13 de comprimento.	und	65	R\$ 7,49	PLASUTIL	R\$ 486,85
99	Frigideira: frigideira funda com estrutura de alumínio e revestimento interno antiaderente, com cabo em braquielite, com ou sem tampa, capacidade 2,3 litros. Medidas aproximadas 24 cm.	und	32	R\$ 36,00	ARARA	R\$ 1.152,00
110	Panela caçarola: panela em alumínio polido com alças laterais, capacidade de 2 litros, acompanha tampa.	und	21	R\$ 30,00	ARARA	R\$ 630,00
116	Palito para churrasco: em madeira, roliço, comprimento de 23cm. Pacotes com 50 unidades.	und	760	R\$ 4,00	PARANA	R\$ 3.040,00

117	Palito de dente: palito de dente roliço em madeira ou bumbo. Caixa com 100 unidades.	und	210	R\$ 0,60	PARANÁ	R\$ 126,00
122	Pegador de massas: pegador de massa vasado tipo concha, produzido em nylon, silicone ou alumínio, medindo aproximadamente 28,5 cm de comprimento.	und	26	R\$ 6,00	PLASUTIL	R\$ 156,00
125	Pote plástico redondo/quadrado: em plástico resistente e atóxico, com tampa hermética ou de rosca, redondo ou quadrado. Capacidade: 500 ml.	und	205	R\$ 2,99	TRITEC	R\$ 612,95
126	Porta manutenção redondo: em plástico resistente e atóxico, com tampa hermética ou de rosca, redondo. Capacidade 1,4 a 1,8 litros.	und	155	R\$ 9,00	JAGUAR	R\$ 1.395,00
129	Porta mantimentos redondo: em plástico resistente e atóxico, com tampa hermética ou de rosca, redondo. Capacidade 7,3 a 7,6 litros.	und	155	R\$ 32,00	JAGUAR	R\$ 4.960,00
130	Porta manutenção retangular/quadrado: em plástico resistente e atóxico, com tampa hermética. Capacidade 1,1 a 1,5 litros.	und	205	R\$ 9,00	SANTANA	R\$ 1.845,00
131	Porta manutenção retangular/quadrado: em plástico resistente e atóxico, com tampa hermética. Capacidade 2,0 a 2,5 litros	und	205	R\$ 8,60	SANTANA	R\$ 1.763,00
132	Porta mantimentos retangular/quadrado: em plástico resistente e atóxico, com tampa hermética. Capacidade 3,0 a 3,5 litros.	und	205	R\$ 12,00	SANTANA	R\$ 2.460,00
133	Porta mantimentos retangular/quadrado: em plástico resistente e atóxico, com tampa hermética. Capacidade 6,0 a 6,6l.	und	205	R\$ 17,00	SANTANA	R\$ 3.485,00
134	Porta mantimentos retangular/quadrado: em plástico resistente e atóxico, com tampa hermética. Capacidade 10l.	und	205	R\$ 41,16	SANTANA	R\$ 8.437,80

137	Saco plástico hot dog: saco plástico para cachorro quente, em material plástico atóxico. Validade mínima de 12 meses a contar na data da entrega.Embalagem com 100 unidades.		357	R\$ 4,03	ICATU	R\$ 1.438,71
138	Saco plástico mini hot dog: saco plástico para mini cachorro quente, em material plástico atóxico. Validade mínima de 12 meses a contar na data da entrega. Embalagem com 100 unidades.	und	327	R\$ 1,59	ICATU	R\$ 519,83
144	Toalha de tecido para banho: 100% algodão, simples, felpuda, cores variadas.	und	420	R\$ 12,16	REZIN	R\$ 5.107,20
145	ESCORREDOR, MATERIAL ALUMINIO PURO, DIÂMETRO 50 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ALÇA E PÉS	und	22	R\$ 90,00	ARARA	R\$ 1.980,00
156	Absorvente higiênico noturno pessoal: uso externo, para fluxo intenso, formato regular com alças, cobertura suave, pacote com quantidade igual ou superior a 8 unidades.	und	400	R\$ 4,11	ISACARE	R\$ 1.644,00

161	SUPORTE/DISPENSER PARA COPOS DESCARTÁVEIS DE ÁGUA (PADRÃO ABNT 180/200ML), COM SISTEMA POUÇA COPOS QUE LIBERA UM COPO POR VEZ, ACIONADO POR DISPOSITIVO SEMI-AUTOMÁTICO (BOTÃO) ALAVANCA SEM CONTATO MANUAL, EM MATERIAL PLÁSTICO INJETADO DE ALTO IMPACTO, NA COR BRANCA, COM CAPACIDADE MÍNIMA PARA 100 COPOS, PARA FIXAÇÃO NA PAREDE (ACOMPANHADO DE PARAFUSOS E BUCHAS), MEDINDO APROXIMADAMENTE 69CM DE ALTURA X 27CM DE LARGURA X 14CM DE PROFUNDIDADE (+OU- 2CM). TUBO: 8CM DE DIÂMETRO	und	33	R\$ 35,00	NOBRE	R\$ 1.155,00
162	Dispensador, material: plástico abs, aplicação: para álcool gel, características adicionais: suporte parede, sem refl. cor: branca, capacidade: 800 ml	und	123	R\$ 20,00	NOBRE	R\$ 2.460,00
163	DISPENSER PAPEL TOALHA, MATERIAL PLÁSTICO ABS, TIPO INTERPOLHA, COR BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS VISOR E CHAVE	und	120	R\$ 20,00	NOBRE	R\$ 2.400,00
166	CHUPETA, MATERIAL BICO LÁTEX ATÓXICO, MATERIAL ESCUDO E ALÇA OLICARBONATO, COR ESCUDO E ALÇA AMARELA, PESO 20 G, TAMANHO GRANDE	und	100	R\$ 5,00	PEPETA	R\$ 500,00

170	TALCO SUAVE EM EMBALAGEM DE 160G. SUA FÓRMULA EXCLUSIVA PREVINE ASSADURAS E IRRITAÇÕES. CONTEM EXTRATO VEGETAL DE LAVANDA, CALMANTE, E GLICERINA, HIDRATANTE. PROPORCIONA AGRAVÁVEL SENSACÃO DE CONFORTO E BEM ESTAR. POSSUI FRAGRÂNCIA COM NOTAS FLOREIS POWDERY ALAVANDADAS QUE TRANSMITEM UM SENTIMENTO DE CARIÑO E CUIDADO. TESTADO DERMATOLOGICAMENTE. EMBALAGEM 100G	und	170	R\$ 11,00	LUKINHA	R\$ 1.870,00
						R\$ 89.806,06

1.2 - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações nas demandas estimadas ou adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os itens referidos na cláusula primeira, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurada a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Validade de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura.

Xambrê- PR, 25 de outubro de 2024

DECIO JARDIM

Prefeito do Município de Xambrê

T RONQUI ATACADISTA DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA

Thiago Ronqui

CPF 053.901.819-80

Publicações legais



PREFEITURA MUNICIPAL
DE XAMBRÊ

ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 120/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48/2024
PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2024
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

A Prefeitura de Xambê, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº76.247.360/0001-54, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr.º Decio Jardim**, brasileiro, agente político, portador da cédula de identidade RG nº 725.366-4 SSP/PR e CPF/MF sob o nº 209.220.949-34, residente e domiciliado neste Município de Xambê – Estado do Paraná, e, de outro lado, a proponente **RPG – COMERCIO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS LTDA** inscrita no CNPJ sob nº 54.205.260/0001-22, com sede à Rua Castelo Branco, 206, Centro em Jataizinho – PR CEP 86210-000, neste ato representada pelo Sr. Rafael Pires Gonçalves, portador da cédula de identidade nº 15.943.142-8/ SSP PR e CPF nº297.699.628-80, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 31/2024, processo administrativo nº 48/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o **Registro de preços para aquisição de material de limpeza e utensílios domésticos para atender aos setores da administração municipal**, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 31/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidades mínima a ser cotada, a quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Descrição	UM	Quant	Marca	RS Unit	RS Total
4	Amaciante de roupa: aspecto floculificado viscoso, fragrâncias variadas, aplicação amaciante de artigos têxteis, solúvel em água. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no órgão competente. Data de validade de 12 meses na data da entrega. Embalagem de no mínimo de 2000 ml.	GL	850	Brilho Show	3,70	3.145,00
5	Balde: em plástico resistente, com alçaques metal galvanizado ou plástico resistente. Capacidade 08 litros.	UM	175	Arqplast	3,60	630,00
6	Balde: em plástico resistente com alçaques metal galvanizado ou plástico resistente. Capacidade 15 litros.	UM	175	Arqplast	6,70	1.172,50
7	Balde: em plástico resistente com alçaques metal galvanizado ou plástico resistente. Capacidade 20 litros.	UM	155	Arqplast	10,12	1.568,60
11	Cesto para lixo: em plástico, reforçado, com tampa solta e alças nas laterais. Capacidade 60 litros, medidas aproximada de 60 x 50. Não vazado.	UM	117	Arqplast	25,00	2.925,00

19	Escova para lavar roupa: Com cerdas depolipropileno resistente e durável, indicada para lavar e esfregar superfícies rústicas e semi-rústicas como roupas, azulejos, peças entre outras, com pega confortável que sequece rapidamente para não sujar as mãos e cabelos. Superfície antiderrapante.	UM	320	Dalcin	2,79	892,80
21	Escova para lavar mamadeiras: Escovapara lavar garrafas, copos e mamadeiras. Composição: cabo em polipropileno resistente e atóxico, cabeça redonda com cerdas em nylon com pontas arredondadas.	UM	80	Lolly Baby	13,79	1.103,20
22	Escova dental infantil: escova dentalinfantil com cerdas macias e cabeça pequena.	UM	325	Dental K	0,99	321,75
31	Inseticida aerosol: multi-inseticidaaerosol a base de água eficiente para matar mosquitos (inclusive da dengue), pernilongos, miriácanas, carapanãs, moscas, baratas, aranhas e pulgas. Validade mínima de 12 meses a contar na data da entrega. Frascos com no mínimo 300 ml.	FR	555	Buzz	6,86	3.807,30
33	Luva de borracha: luva de segurançacom camo longo, confeccionada em borracha natural (látex), reforçada, clorada internamente ou forrada, antiderrapante na face palmar, nos dedos e na ponta dos dedos, proporcionando proteção às mãos e antebraço, medindo 40 cm repositivamente: proteção altamente, e tirantes para amarrar e ajuste ao corpo na cintura, confeccionado emTamanhos P, M e G	PR	770	Nobre	2,40	1.848,00
34	Lustra móveis: componentes ceramitais, aroma lavanda ou limão, aplicação móvel e superficial. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no órgão competente. Data de validade de 12 meses na data da entrega. Vidros com 200 ml.	FR	210	Worker	3,62	760,20
36	Pá coletores: com cabo, pá coletores de plástico em material plástico resistente, com coletor medindo 20cm x 25cm x4,5 cm e cabo rosqueável medindo aproximadamente 90 cm. Coletor articulado (dobrável) e trava acionada com o uso dos pés.	UM	240	Desafio	4,87	1.168,80
37	Palha de aço: granitina grossa,número 2, composição: aço carbono. Validade mínima de 12 meses a contar na data da entrega.	PC	660	Reluz	1,29	851,40
41	Prendedor de roupa: corpo em materialplástico reforçado e resistente, mole em arame reforçado. Pacotes com 12 unidades.	PC	462	Reluz	1,19	549,78
57	Vassoura capim: reforçada, capa empilhada, cerdas naturais de sorgo- vassoura (Sorghum bicolor), com base de 30 (trinta) centímetros; com amarração e costura, com ou sem cabo.	UM	700	Apolo	12,99	9.093,00
58	Vassoura de nylon: multissos, para pisosinteriores e externos, com base em polipropileno e cerdas de nylon sintéticas em leque afiladas, cerca média e fibra média, nas seguintes dimensões 31,5cm x 19cm x 6,5cm, cabo em madeira plastificado medindo aproximadamente 1,20m.	UM	570	Condor	6,09	3.471,30
96	Fósteros: Fósteros de segurança, produtocomposto por palito longo rígido em madeira (5 cm) e cabeça, ideal para uso doméstico, forno, fogão, churrasqueira, lareira e aquecedor com selo do Inmetro. Área de resacaagem com vida útil compatível com o número de pulgões na embalagem. Caixas com 200 pulgões longos. Caixa com 200 pulgões.	CX	460	Gaboardi	2,60	1.196,00
102	Garrafa térmica: garrafa térmica comisala de líquidos através de pressão, com tampa giratória, capacidade: 1,5 a1,8 litros, material ampolo de vidro e corpo plástico, com alça.	UM	95	Invicta	47,00	4.465,00
103	Guardanapo de papel: produto nãoopercível, folha simples, cor branca, composição celulosa. Dimensão 18 X 22 cm. Pacotes com 50 unidades.	PC	930	Trópicos	0,86	799,80

109	Panela de pressão: panela de pressãoem alumínio polido, capacidade 12 litros, em alumínio polido, espessura de0,35 cm, com válvula reguladora depressão, válvula de segurança repetitiva em silicone, alças em braketle resistentes ao calor, pino de alívio, sistema de segurança lateral da tampa.	UM	13	Nigro	362,15	4.707,95
115	Pano de prato: confeccionado emtecido branco, 100% algodão, felpudo ou não, estampas variadas, com barra ou bordas overlockadas medindo aproximadamente 60 x 40cm.	UM	5800	Martins	1,99	11.542,00
118	Papel alumínio: rolo de papel alumínioemrolo 45cmx7,5 metros, uso doméstico.	RL	230	Técnica	4,70	1.081,00
120	Prato descartável: prato descartável em plástico, branco ou cores a combinar, com 21 cm de diâmetro. Pacotes com10 unidades.	PC	780	Oi	2,00	1.560,00
143	Toalha de tecido para rosto: 100% algodão, simples, felpuda, cores variadas.	UM	420	Dahestil	4,64	1.948,80
152	Escova dental adulto: Escova dentaladulto, cerdas médias, tipo monobloco, corpo anatômico e cerdas injetadas no mesmo material plástico flexível e atóxico, cor branco, embalagem com 1 unidade.	UM	425	Dental K	0,99	420,75
167	Absorvente higiénico uso diário: usoexterno, para fluxo normais, formato regular com abas, cobertura suave, pacote com quantidade igual ou superior a 8 unidades.	PC	400	Mulher Ativa	1,88	752,00
169	APARELHO DE BARBEAR DESCARTÁVEL, CONFECCIONADO EM PLÁSTICO RESISTENTE, COM 05 LÂMINAS PARALELAS EM AÇO INOXIDÁVEL, AFIADAS, SEM SINAIS DE OXIDAÇÃO OU LUBRIFICANTE.	UM	120	Fiat Lux	1,21	145,20
172	Lenços umedecidos macios, sem adição álcool,sem corantes, hipogérgicos, testado dermatologicamente com no mínimo 50 unidades por pacote.	PC	200	Baby Free	2,40	480,00
180	Panela de pressão: panela de pressãoprofissional capacidade 20 litros, em alumínio polido, espessura de 0,35 cm, com válvula reguladora de pressão, válvula de segurança repetitiva em silicone, alças em braketle resistentes ao calor, pino de alívio, sistema de segurança lateral da tampa.	UM	5	Nigro	360,86	1.804,30

64.211,43

1.2 - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações nas demandas estimadas ou adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os itens referidos na cláusula primeira, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurada a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Validade de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura.

Xambê- PR, 25 de outubro de 2024

DECIO JARDIM
Prefeito do Município de Xambê

RPG – COMERCIO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS LTDA
Rafael Pires Gonçalves
CPF 297.699.628-80



PREFEITURA MUNICIPAL
DE XAMBRÊ

ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 121/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48/2024
PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2024
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

A Prefeitura de Xambê, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº76.247.360/0001-54, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr.º Decio Jardim**, brasileiro, agente político, portador da cédula de identidade RG nº 725.366-4 SSP/PR e CPF/MF sob o nº 209.220.949-34, residente e domiciliado neste Município de Xambê – Estado do Paraná, e, de outro lado, a proponente **THA DISTRIBUIDORA LTDA** inscrita no CNPJ sob nº 18.904.616/0001-13, com sede à Rua Marechal Floriano Peixoto, 248, bairro São Miguel em Francisco Beltrão – PR CEP 85.602-130, neste ato representada pelo Sr. Thalissa Gonçalves Alupp, portador da cédula de identidade nº 10.845.071-1 e CPF nº 100.088.849-51, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 31/2024, processo administrativo nº 48/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o **Registro de preços para aquisição de material de limpeza e utensílios domésticos para atender aos setores da administração municipal**, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 31/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidades mínima a ser cotada, a quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Descrição	UM	Quant	Marca	RS Unit	RS Total
38	Papel toalha: papel toalha interfolhado, branco, folha simples de alta qualidade, resistente e absorvente, 100% celulose virgem, medidas 21x20. Embalagem com 1000 folhas. (Ampla concorrência)	Um	4395	THA PAPEIS	6,50	28.567,50
39	Papel toalha: papel toalha interfolhado, branco, folha simples de alta qualidade, resistente e absorvente, 100% celulose virgem, medidas 21x20. Embalagem com 1000 folhas. (Exclusivo ME/EPP)	UNI	1465	THA PAPEIS	6,50	9.522,50
40	Papel higiênico: de alta qualidade, branco, folha simples, macia, picotada e dobrada, não reciclado, alta absorção, sem perfume, 100% fibras celulósicas, rolo com 30m x 10cm, pacotes com 04 rolos. Fardos com 16 pacotes.	UNI	1100	SIRIUS	15,00	16.500,00

RS 54.590,00
(Cinquenta e quatro mil, Quinhentos e noventa reais)

1.2 - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações nas demandas estimadas ou adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os itens referidos na cláusula primeira, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurada a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Validade de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura.

Xambê- PR, 25 de outubro de 2024

DECIO JARDIM
Prefeito do Município de Xambê

THA DISTRIBUIDORA LTDA
Thalissa Gonçalves Alupp
CPF 100.088.849-51



PREFEITURA MUNICIPAL
DE XAMBRÊ

ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 122/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48/2024
PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2024
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

A Prefeitura de Xambê, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº76.247.360/0001-54, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr.º Decio Jardim**, brasileiro, agente político, portador da cédula de identidade RG nº 725.366-4 SSP/PR e CPF/MF sob o nº 209.220.949-34, residente e domiciliado neste Município de Xambê – Estado do Paraná, e, de outro lado, a proponente **SOMAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA** inscrita no CNPJ sob nº 32.237.610/0001-08, com sede à Rua Getúlio Vargas, 379, Centro, Santa Cruz de Minas – MG CEP 36.328-000 neste ato representada pelo Sr. Marcio Angelo Batista, portador da cédula de identidade nº 7.327.710 e CPF nº 958.453.646-04, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 31/2024, processo administrativo nº 48/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o **Registro de preços para aquisição de material de limpeza e utensílios domésticos para atender aos setores da administração municipal**, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 31/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidades mínima a ser cotada, a quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Descrição	UM	Quant	Marca	RS Unit	RS Total
28	Fralda descartável infantil: composta de fibras de celulose e polipropileno; filmes de polietileno e polipropileno; adesivos termoplásticos, fios elásticos, sem fragância, com floogel; para uso infantil; no tamanho M. Pacotes com 28 unidades.	Und	600	MAMY	14,83	8.898,00
29	Fralda descartável infantil: composta de fibras de celulose e polipropileno; filmes de polietileno e polipropileno; adesivos termoplásticos, fios elásticos, sem fragância, com floogel; para uso infantil; no tamanho G. Pacotes com 28 unidades.	UND	600	MAMY	16,23	9.738,00
30	Fralda descartável infantil: no tamanho EG. Pacote com no mínimo 64 unidades.	UND	550	MAMY	39,99	21.994,50

RS 40.630,50
(quarenta mil, seiscentos E trinta reais e cinquenta Centavos.)

1.2 - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações nas demandas estimadas ou adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os itens referidos na cláusula primeira, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurada a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

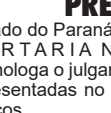
CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Validade de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura.

Xambê- PR, 25 de outubro de 2024

DECIO JARDIM
Prefeito do Município de Xambê

SOMAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
Marcio Angelo Batista
CPF 958.53.646-04



PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 055/2024

Homologa o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 029/2024 – FMS – Sistema de Registro de Preços.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, através do Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais,

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas no Pregão Eletrônico nº 029/2024 – FMS – Sistema de Registro de Preços, que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de biodescontaminação assistida e certificada, com elaboração de protocolos sanitários operacionais e de biossegurança, monitoramento e profilaxia, com metodologia a fim de obter controle microbiológico e barreira biológica, com tecnologia para combater e eliminar contaminação do coronavírus e suas variantes, causador da doença covid-19 e outras que tem como origem agentes patogênicos, aos setores de responsabilidade da Secretaria de Saúde, tendo sido declarada vencedora a empresa SAS REPRESENTAÇÕES E COMÉRCIO LTDA, lote único.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UMUARAMA, 24 de outubro de 2024.

EDSON DOS SANTOS SOUZA

Secretário de Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL
DE XAMBRÊ

ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 123/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48/2024
PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2024
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

A Prefeitura de Xambê, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº76.247.360/0001-54, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr.º Decio Jardim**, brasileiro, agente político, portador da cédula de identidade RG nº 725.366-4 SSP/PR e CPF/MF sob o nº 209.220.949-34, residente e domiciliado neste Município de Xambê – Estado do Paraná, e, de outro lado, a proponente **VENEZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** inscrita no CNPJ sob nº 13.229.567/0001-86 com sede à Av. Vinte e um de Abril, 515, Centro, 379, Centro, Barão de Cotegipe – RS CEP 99740-000 neste ato representada pelo Sr. Ivonei Cesar Balbinot, portador da cédula de identidade nº 5093560174 e CPF nº 026.136.680-75, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 31/2024, processo administrativo nº 48/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o **Registro de preços para aquisição de material de limpeza e utensílios domésticos para atender aos setores da administração municipal**, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 31/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidades mínima a ser cotada, a quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Descrição	UM	Quant	Marca	RS Unit	RS Total
176	Fralda descartável infantil: composta de fibras de celulose e polipropileno; filmes de polietileno e polipropileno; adesivos termoplásticos, fios elásticos, sem fragância, com floogel; para uso infantil; no tamanho EXG.	Pct	500	LIFE KIDS	21,50	10.750,00

RS 10.750,00
(dez mil e setecentos e cinquenta reais.)

1.2 - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações nas demandas estimadas ou adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os itens referidos na cláusula primeira, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurada a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Validade de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura.

Xambê- PR, 25 de outubro de 2024

DECIO JARDIM
Prefeito do Município de Xambê

VENEZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Ivonei Cesar Balbinot
CPF 026.136.680-75



PREFEITURA MUNICIPAL
DE XAMBRÊ

ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 124/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48/2024
PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2024
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

A Prefeitura de Xambê, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº76.247.360/0001-54, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr.º Decio Jardim**, brasileiro, agente político, portador da cédula de identidade RG nº 725.366-4 SSP/PR e CPF/MF sob o nº 209.220.949-34, residente e domiciliado neste Município de Xambê – Estado do Paraná, e, de outro lado, a proponente **HHIL EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO EPP** inscrita no CNPJ sob nº 37.745.392/0001-28 com sede à Rua Planalto, 181, bairro Presidente Vargas no cep 88820-000 em Itara – SC neste ato representada pelo Sr. Hemyley Souza Rosa, portador da cédula de identidade nº 588.304-0 SSP SC e CPF nº 089.736.749-94, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 31/2024, processo administrativo nº 48/2024, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o **Registro de preços para aquisição de material de limpeza e utensílios domésticos para atender aos setores da administração municipal**, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 31/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidades mínima a ser cotada, a quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Item	Descrição	UM	Quant	Marca	RS Unit	RS Total
1	Água sanitária: composição química hidróxido de sódio e carbonato de cálcio, princípio ativo: hipoclorito de sódio; teor de cloro ativo de 2,0% a 2,5%, p.p., aplicação lavagem e alvejante de roupas, banheiros, piaas, tipo comum. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no órgão competente. Data de validade de 12 meses na data da entrega. Embalagem com 1 litro.	Litros	7670	Jig	1,79	13.729,30

RS 13.729,30
(treze mil, setecentos E vinte e nove reais e Trinta centavos)

1.2 - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações nas demandas estimadas ou adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os itens referidos na cláusula primeira, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurada a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Validade de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura.

Xambê- PR, 25 de outubro de 2024

DECIO JARDIM
Prefeito do Município de Xambê

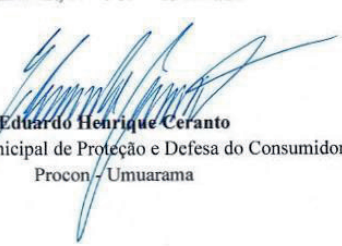
HHIL EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO EPP
Hemyley Souza Rosa
CPF 089.736.749-94

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem ou dele conhecimento tiverem que, nesta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita a reclamação **24.09.0052.001.00671-3**, em face do fornecedor **JSL MARKETING E ASSESSORIA**, inscrito no CNPJ sob n. 41.6410.340/0001-11, atualmente em local incerto e não sabido, ficando este **NOTIFICADO** para no prazo de 10 (dez) dias corridos, aprecie o exposto e apresente manifestação expressa visando à resolução do assunto. Decorrido o prazo, poderá este órgão instaurar processo administrativo para apurar eventual infração à Lei 8.078/90, bem como apreciar a fundamentação da reclamação do consumidor, para efeito de sua inclusão nos Cadastros Municipal e Nacional de Reclamação Fundamentada, nos termos do art. 44 da Lei 8.078/90. O PROCON UMUARAMA/PR adverte que a ausência de manifestação do prazo concedido ensejará a apuração do fato sob pena de desobediência, nos termos do art. 55, §4º e 56 do CDC.

Umuarama/PR, 25 de outubro de 2024



Eduardo Henrique Ceranto
Secretário Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
Procon - Umuarama

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem ou dele conhecimento tiverem que, nesta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita a reclamação **24.08.0052.001.00393-3**, em face do fornecedor **CTMD DISTRIBUIDORA LTDA., inscrito no CNPJ sob n. 45.561.296/0001-58, atualmente em local incerto e não sabido, ficando este NOTIFICADO** para no prazo de 10 (dez) dias corridos, aprecie o exposto e apresente manifestação expressa visando à resolução do assunto. Decorrido o prazo, poderá este órgão instaurar processo administrativo para apurar eventual infração à Lei 8.078/90, bem como apreciar a fundamentação da reclamação do consumidor, para efeito de sua inclusão nos Cadastros Municipal e Nacional de Reclamação Fundamentada, nos termos do art. 44 da Lei 8.078/90. O PROCON UMUARAMA/PR adverte que a ausência de manifestação do prazo concedido ensejará a apuração do fato sob pena de desobediência, nos termos do art. 55, §4º e 56 do CDC.

Umuarama/PR, 25 de outubro de 2024



Eduardo Henrique Ceranto
Secretário Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
Procon - Umuarama

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br



PREFEITURA MUNICIPAL
DE XAMBURÊ

ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 125/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48/2024
PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2024
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

A Prefeitura de Xamburé, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº76.247.360/0001-54, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr.º Decio Jardim**, brasileiro, agente político, portador da cédula de identidade RG nº 725.366-4 SSP/PR e CPF/MF sob o nº 209.220.949-34, residente e domiciliado neste Município de Xamburé – Estado do Paraná, e, de outro lado, a proponente **C. H. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA** inscrita no CNPJ sob nº 35.247.597/0001-58 com sede à Av Rio Grande do Sul, 2553, cep 87505-000 em Umuarama – PR neste ato representada pelo Sr. Janete Izidoro Castanharo Franchini, portador da cédula de identidade nº 63.800.688-0 SSP/SP e CPF nº 045.786.109-69 considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2024, processo administrativo n.º 48/2024 , RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 19 de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para aquisição de material de limpeza e utensílios domésticos para atender aos setores da administração municipal, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 31/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidades mínima a ser cotada, a quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	UNITARIO	TOTAL
3	Alcool em gel: álcool etílico hidratado a 70º INFIM. Indicação anti-espício de pele. Sem perfume. Validade mínima de 12 meses a contar na data da entrega. Embalagem com 1 litro	Unidade	3960	SUPER VALE	9,58	37.936,80
8	Bata de borracha: calçada de segurança tipo bota, cano longo, calçado em PVC na cor branca, entressola de borracha, sem liqüeta, fôrro sintético; antiderrapante; tamanhos de 34 ao 42.	Par	126	INNPRO	36,13	4.562,38
16	Crema dental infantil: fórmula específica para oferecer proteção adequada e proteção de até 30 anos, audição, controle de cárie e proporcionando halito fresco. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no órgão competente. Data de validade de 12 meses na data da entrega. Unidade contendo mínimo de 50 g	Unidade	700	FREEDENT	2,60	1.820,00
26	Fianela para limpeza: 100% algodão, na cor branca, para limpeza geral. Bolas ovais/ovais. Medidas aproximadas de 38 X 50cm	Unidade	1120	ITATEX	1,57	1.758,40
27	Fralda descartável infantil: composta de fibras de celulose e polipropileno; fitas de poliéster e polipropileno; adesivos termoplásticos, fios elásticos;	Unidade	600	LE BABY	14,07	8.442,00

	sem fragrância, com flange, para uso infantil, no tamanho P. Pacotes com 30 unidades.					
47	Sabão em pó: multiuso, composição: tensoativo Anbrônico, temperantes, condicionantes, integrantes, branqueador óptico, corantes, fragrância, água e água. Contém alquel benzeno sulfonato de sódio. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no órgão competente. Data de validade de 12 meses na data da entrega. Embalagem com 1kg.	Unidade	2760	BRILHO SHOW	3,99	11.012,40
48	Sabonete em barra, glaciado, fragância agradável, embalagem contendo no mínimo 80 gramas. O sabonete deverá possuir grande poder espumante, ser cremoso e suficiente para não desenvolver rachaduras ao longo do tempo de sua utilização.Dermatologicamente testado. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no órgão competente. Data de validade de 12 meses na data da entrega.	Unidade	1970	MARAN	1,00	1.970,00
49	Sabonete líquido: aspecto lírio cremoso, indicado para a higiene das mãos, com apêndices emolientes, suntuo de solventes, biodegradável, PH neutro. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no órgão competente. Data de validade de 12 meses na data da entrega. Embalagem contendo 65 litros.	Unidade	1070	BIO KIDS	10,63	11.374,10
50	Saco para lixo: em polipropileno, não reciclado, refratado, produzidos com resinas termoplásticas de alta resistência, capacidade 20 litros, cor preto. Pacotes com 100 unidades.	Unidade	920	ACACIO	6,00	5.520,00
53	Shampoo infantil: Para todo tipo de cabelo, suave, uso infantil, dermatologicamente testado, frasco com no mínimo 350ml. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, validade e número de registro no órgão competente. Data de validade de 12 meses na data da entrega.	Unidade	610	ABELINHA	6,59	4.019,90
151	Crema dental adulto: Data de validade de 12 meses na data da entrega. Unidade contendo mínimo de 80g	Unidade	425	FREEDENT	1,50	637,50
154	Shampoo adulto: Shampoo adulto, para todos os tipos de cabelo, com a finalidade de reconstrução dos fios, diversas fragrâncias, embalagem com quantidade igual ou superior a 330ml.	Unidade	450	OROPLEX	7,38	3.321,00
155	Condicionador de cabelo (adulto): para todos os tipos de cabelo, a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote e validade, embalagem com 350ml.	Unidade	450	oroplex	7,38	3.321,00
174	SABÃO LÍQUIDO PARA LAVANDERIA HOSPITALAR, USO EM AMBIENTE HOSPITALAR	BOMB A 50 LT	20	LIMPO MAIS	900,00	18.000,00
175	AMACIANTE LÍQUIDO PARA LAVANDERIA HOSPITALAR, USO EM AMBIENTE HOSPITALAR	BOMB A 50 LT	20	LIMPO MAIS	250,00	5.000,00
TOTAL PROPOSTA						118.885,48

1.2 - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações nas demandas estimadas ou adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os itens referidos na cláusula primeira, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurada a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Validade de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura.

Xamburé- PR, 25 de outubro de 2024

DECIO JARDIM

Prefeito do Município de Xamburé

C. H. DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA

Janete Izidoro Castanharo Franchini

CPF 045.786.109-69

Estado do Paraná

DECRETO Nº 062/2024

Altera o Artigo 2º do Decreto nº 023/2020 de 16 de abril de 2020 que concedeu Aposentadoria por Tempo Especial de Magistério, a Servidora IVANILDE IZABEL PODRA GONÇALES.

A ADMINISTRADORA DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE UMUARAMA - PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 20, Inciso VIII, da Lei Complementar nº 089/2001, e com ratificação pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

D E C R E T A :

Art.1º Altera o Artigo 2º do Decreto n.º 023/2020 de 16 de abril de 2020, conforme Apontamento Preliminar de Acompanhamento nº 32571/2024, referente ao Requerimento de Análise Técnica de Aposentadoria nº 348259/20 determinado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art.2º A servidora perceberá proventos integrais de inatividade, no valor de R\$ 2.906,77 (Dois mil novecentos e seis reais e setenta e sete centavos), acrescidos de Adicional de Tempo de Serviço no valor de R\$ 697,62 (Seiscentos e noventa e sete reais e sessenta e dois centavos), conforme artigo 24 da Lei Complementar nº 194/2007 e artigo 105 da Lei Complementar nº 346/2013, Incentivo Qualificação Trabalho no valor de R\$ 581,35 (Quinhentos e oitenta e um reais e trinta e cinco centavos), conforme artigo 106 da Lei Complementar nº 346/2013 e Média de Adicional Reg Classe Est no valor de R\$ 35,84 (trinta e cinco reais e oitenta e quatro centavos) e Adicional Multisseriada no valor de R\$ 7,17 (sete reais e dezessete centavos), de acordo com Acórdão nº 3155/2014 TCE/PR, totalizando o valor de R\$ 4.228,75 (Quatro mil duzentos e vinte e oito reais e setenta e cinco centavos), mensais e R\$ 50.745,00 (Cinquenta mil setecentos e quarenta e cinco reais) anuais, com paridade, utilizando o índice aplicado aos servidores ativos e inativos do Município.”

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 24 de outubro de 2024.

CELSO LUIZ POZZOBOM

Prefeito Municipal

DENISE CONSTANTE DA SILVA FREITAS

Administradora do FPMU

Estado do Paraná

DECRETO Nº 063/2024

Altera o Artigo 2º do Decreto nº 027/2020 de 20 de abril de 2020 que concedeu "Pensão Vitalícia", ao beneficiário da servidora ativa MARIA NATIVIDADE RIBEIRO LEPRI.

A ADMINISTRADORA DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE UMUARAMA - PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 20, Inciso VIII, da Lei Complementar nº 089/2001, e com ratificação pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

D E C R E T A :

Art.1º Altera o Artigo 2º do Decreto n.º 027/2020 de 20 de abril de 2020, conforme Apontamento Preliminar de Acompanhamento nº 32574/2024, referente ao Requerimento de Análise Técnica de Aposentadoria nº 354975/20 determinado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art.2º Perceberá o beneficiário acima referido a título de “Pensão Vitalícia”, a cota de 100% (cem por cento) dos proventos, no valor de R\$ 4.235,49 (Quatro mil duzentos e trinta e cinco reais e quarenta e nove centavos) mensais e R\$ 50.825,88 (Cinquenta mil oitocentos vinte e cinco reais e oitenta e oito centavos) anuais, utilizando o índice aplicado aos servidores ativos e inativos do Município.”

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 24 de outubro de 2024.

CELSO LUIZ POZZOBOM

Prefeito Municipal

DENISE CONSTANTE DA SILVA FREITAS

Administradora do FPMU

Estado do Paraná

PORTARIA Nº 2.320/2024

Exonera EMERSON SZALAPTA GONÇALVES, portador da Cédula de Identidade 6.047.350-1-SSSP/PR, inscrito no CPF nº 004.712.459-84, nomeado em 23 de outubro de 2023, ocupante do cargo em comissão de Assessor Especial - CC-6, lotado na Fundação Cultural de Umuarama, a partir de 23 de outubro de 2024, ficando revogada a portaria nº 2.148/2023.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 24 de outubro de 2024.

CELSO LUIZ POZZOBOM

Prefeito Municipal

MARIO SERGIO BIEDA DE FREITAS

Secretário Municipal de Administração



PREFEITURA MUNICIPAL
DE XAMBURÊ

ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 126/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48/2024
PREGÃO ELETRÔNICO – REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2024
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

A Prefeitura de Xamburé, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº76.247.360/0001-54, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr.º Decio Jardim**, brasileiro, agente político, portador da cédula de identidade RG nº 725.366-4 SSP/PR e CPF/MF sob o nº 209.220.949-34, residente e domiciliado neste Município de Xamburé – Estado do Paraná, e, de outro lado, a proponente **COMERCIAL COIMBRA DE SOUZA LTDA** inscrita no CNPJ sob nº 55.993.065/0001-77 com sede à Rua Equador, 665, apto 04, Jardim Gisela em Toledo – Pr, CEP 85905-350 neste ato representada pelo Sr. Aline Silva Coimbra, portador da cédula de identidade nº 15.119.879-1 SESP PR e CPF nº 010.539.511-08 considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/2024, processo administrativo n.º 48/2024 , RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 19 de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para aquisição de material de limpeza e utensílios domésticos para atender aos setores da administração municipal, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo do edital de Licitação nº 31/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidades mínima a ser cotada, a quantidade máxima de cada item que poderá ser contratada e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

3.	Item/Especificação	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total
23	Espuma de aço: composição aço carbono, abrasividade mínima, aplicação utensílio de alumínio. Pacotes com 08 unidades. Validade mínima de 12 meses a partir da data de entrega.	Superpro	Pacote de 8 Unidades	1040	R\$1,24	R\$1.289,60
24	Espuma dupla face: espuma sintética para limpeza geral, dupla face, composição espuma de poliuretano e fibra sintética com mineral abrasivo, formato retangular.	Superpro	Unidade	4180	R\$0,53	R\$2.215,40
25	Espuma para banho: espuma de poliuretano, fibra sintética, resina sintética e mineral. Dermatologicamente testada.	Superpro	Unidade	600	R\$1,00	R\$600,00

51	Saco para lixo: em polipropileno, não reciclado, refratado, produzidos com resinas termoplásticas de alta resistência, capacidade 60 litros, cor preto. Pacotes com 100 unidades.	Superpro	Pacote de 100 unidades	770	R\$1,34	R\$8.731,80
52	Saco para lixo: em polipropileno, não reciclado, refratado, produzidos com resinas termoplásticas de alta resistência, capacidade 100 litros, cor preto. Pacotes com 100 unidades.	superpro	Pacote de 100 unidades	1120	R\$20,14	R\$22.556,80
173	SACO DE LIXO 200 LITROS COM NO MINIMO 100 UNIDADES 8 MICRAS SACO DE LIXO 200 LITROS COM NO MINIMO 100 UNIDADES TAMANHO 30 X	superpro	Pacote de 100 unidades	200	R\$43,69	R\$8.738,00
Valor total: R\$ 44.131,60 (quarenta e quatro mil, cento e trinta e um reais e sessenta centavos)						

1.2 - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações nas demandas estimadas ou adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os itens referidos na cláusula primeira, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurada a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Validade de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura.

Xamburé- PR, 25 de outubro de 2024

DECIO JARDIM

Prefeito do Município de Xamburé

COMERCIAL COIMBRA DE SOUZA LTDA

Aline Silva Coimbra

CPF 010.539.511-08

Estado do Paraná

DECRETO Nº 064/2024

Altera o Artigo 2º do Decreto nº 031/2020 de 12 de junho de 2020 que concedeu Aposentadoria por Tempo Especial de Magistério, a servidora DEBORA CRISTINA DOS SANTOS.

A ADMINISTRADORA DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE UMUARAMA - PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 20, Inciso VIII, da Lei Complementar nº 089/2001, e com ratificação pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

D E C R E T A :

Art.1º Altera o Artigo 2º do Decreto n.º 031/2020 de 12 de junho de 2020, conforme Apontamento Preliminar de Acompanhamento nº 32572/2024, referente ao Requerimento de Análise Técnica de Aposentadoria nº 441355/20 determinado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art.2º A servidora perceberá proventos integrais de inatividade, no valor de R\$ 2.906,77 (Dois mil novecentos e seis reais e setenta e sete centavos), acrescidos de Adicional de Tempo de Serviço no valor de R\$ 697,62 (Seiscentos e noventa e sete reais e sessenta e dois centavos), conforme artigo 24 da Lei Complementar nº 194/2007 e artigo 105 da Lei Complementar nº 346/2013, Incentivo Qualificação Trabalho no valor de R\$ 581,35 (Quinhentos e oitenta e um reais e trinta e cinco centavos), conforme artigo 106 da Lei Complementar nº 346/2013 e Média de Adicional Reg Classe Est no valor de R\$ 35,82 (trinta e cinco reais e oitenta e dois centavos), Adicional Noturno de Horas no valor de R\$ 0,26 (vinte e seis centavos) e Adicional Multisseriada no valor de R\$ 3,87 (três reais e oitenta e sete centavos), de acordo com Acórdão nº 3155/2014 TCE/PR, totalizando o valor de R\$ 4.225,69 (Quatro mil duzentos e vinte e cinco reais e sessenta e nove centavos), mensais e R\$ 50.708,28 (Cinquenta mil setecentos e oito reais e vinte e oito centavos) anuais, com paridade, utilizando o índice aplicado aos servidores ativos e inativos do Município.”

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 24 de outubro de 2024.

CELSO LUIZ POZZOBOM

Prefeito Municipal

DENISE CONSTANTE DA SILVA FREITAS

Administradora do FPMU

Estado do Paraná

DECRETO Nº 065/2024

Altera o Artigo 2º do Decreto nº 019/2020 de 20 de março de 2020 que concedeu Aposentadoria por Tempo Especial de Magistério, a Servidora MARILEY TEREZINHA GIACOMASSI.

A ADMINISTRADORA DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE UMUARAMA - PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 20, Inciso VIII, da Lei Complementar nº 089/2001, e com ratificação pelo Chefe do Poder Executivo Municipal;

D E C R E T A :

Art.1º Altera o Artigo 2º do Decreto n.º 019/2020 de 20 de março de 2020, conforme Apontamento Preliminar de Acompanhamento nº 32570/2024, referente ao Requerimento de Análise Técnica de Aposentadoria nº 294700/20 determinado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art.2º A servidora perceberá proventos integrais de inatividade, no valor de R\$ 2.964,93 (Dois mil novecentos e sessenta e quatro reais e noventa e três centavos), acrescidos de Adicional de Tempo de Serviço no valor de R\$ 770,88 (Setecentos e setenta reais e oitenta e oito centavos), conforme artigo 24 da Lei Complementar nº 194/2007 e artigo 105 da Lei Complementar nº 346/2013, Incentivo Qualificação Trabalho no valor de R\$ 592,99 (Quinhentos e noventa e dois reais e noventa e nove centavos), conforme artigo 106 da Lei Complementar nº 346/2013 e Média de Adicional Reg Classe Est no valor de R\$ 6,91 (seis reais e noventa e um centavos), Adicional Estímulo no valor de R\$ 9,15 (nove reais e quinze centavos), Adicional Multisseriada no valor de R\$ 1,48 (Um real e quarenta e oito centavos), Função Gratificada no valor de R\$ 3,38 (Três reais e trinta e oito centavos) e Gratificação por Função no valor de R\$ 160,24 (cento e sessenta reais e vinte e quatro centavos), de acordo com Acórdão nº 3155/2014 TCE/PR, totalizando o valor de R\$ 4.509,96 (Quatro mil quinhentos e nove reais e noventa e seis centavos), mensais e R\$ 54.119,52 (Cinquenta e quatro mil cento e dez e nove reais e cinquenta e dois centavos) anuais, com paridade, utilizando o índice aplicado aos servidores ativos e inativos do Município.”

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 24 de outubro de 2024.

CELSO LUIZ POZZOBOM

Prefeito Municipal

DENISE CONSTANTE DA SILVA FREITAS

Administradora do FPMU

Estado do Paraná

PORTARIA Nº 2.321/2024

Nomeia SILVIA DE LIMA, portadora da Cédula de Identidade RG. n.º 15.770.421-4-SESP-PR, inscrita no CPF sob n.º 010.920.709-23, para ocupar o cargo em comissão de Assessora Especial, símbolo CC-8, lotada na Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade Urbana, a partir de 01 de novembro de 2024.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 24 de outubro de 2024.

CELSO LUIZ POZZOBOM

Prefeito Municipal

MARIO SERGIO BIEDA DE FREITAS

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná

PORTARIA Nº 2.322/2024

Nomeia JHULIA BEATRIZ SANTOS SOUZA, portadora da Cédula de Identidade RG. n.º 14.076.152-4-SESP-PR, inscrita no CPF sob n.º 115.622.489-60, para ocupar o cargo em comissão de Assessora Especial, símbolo CC-8, lotada na Secretaria Municipal de Fazenda, a partir de 01 de novembro de 2024.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 24 de outubro de 2024.

CELSO LUIZ POZZOBOM

Prefeito Municipal

MARIO SERGIO BIEDA DE FREITAS

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2.326/2024

Revoga a portaria nº 2.797 de 06 de setembro de 2022, que concedeu Adicional Insalubridade ao servidor JULIANO DANIEL PIETCHAKI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Revogar a portaria nº 2.797 de 06 de setembro de 2022, que concedeu Adicional Insalubridade ao servidor JULIANO DANIEL PIETCHAKI, portador da Cédula de Identidade RG. n.º 8.615.606-7-SSP-PR, inscrito no CPF n.º 041.049.249-38, nomeado em 01 de março de 2010, pelo regime estatutário, para ocupar o cargo de carreira de Servente Geral, lotado na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 01 de outubro de 2024.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 24 de outubro de 2024.

CELSO LUIZ POZZOBOM

Prefeito Municipal

MARIO SERGIO BIEDA DE FREITAS

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2.327/2024

Revoga a Portaria nº 2.740/2022 que concedeu Função de Gestão Pública à servidora PATRICIA PRECHLAK DE SOUZA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Revogar a Portaria nº 2.740/2022 que concedeu Função de Gestão Pública à servidora PATRICIA PRECHLAK DE SOUZA, matrícula nº 996731, portadora da Cédula de Identidade RG n.º 10.358.304-7-SSP-PR, inscrita no CPF n.º 078.042.279-14, nomeada em 14 de julho de 2014, para ocupar o cargo de carreira de Assistente Administrativo, pelo Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de novembro de 2024.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 25 de outubro de 2024.

CELSO LUIZ POZZOBOM

Prefeito Municipal

MARIO SERGIO BIEDA DE FREITAS

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 2.329/2024

Constitui Comissão Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a Comunicação Interna nº 473/2024 DRH, datado de 23.10.2024.

R E S O L V E :

Art. 1º Instaurar Processo Administrativo Disciplinar para apurar a conduta da servidora LETICIA FERNANDES HAUBENTHAL, nomeada em 11.04.2022, para ocupar o cargo público de Professora de Educação Infantil, pelo regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com relação aos fatos ocorridos conforme Comunicação Interna nº 844/2024, e aplicar eventual penalidade com fundamento nos artigos 128, 129, 143 e 157 e seguintes da Lei Complementar nº 018/1992 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Umuarama.

Art. 2º Constituir Comissão Especial, composta pelos seguintes servidores:

A) Presidente: EDUARDO PEREIRA LESSE, ocupante do cargo de carreira de Técnico de Segurança do Trabalho, pelo regime Estatutário, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.175.429-2-SSP/PR, CPF nº 005.522.269-20, lotado na Secretaria Municipal de Administração.

B) Membro: PATRICIA PRECHLAK DE SOUZA, ocupante do cargo de carreira de Assistente Administrativo, pelo regime Estatutário, portadora da Cédula de Identidade RG nº 10.358.304-7-SSP/PR, CPF nº 078.042.279-14, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

C) Membro: LEANDRA CRISTINA HERMES MOREIRA, ocupante do cargo de carreira de Assistente Administrativo, pelo regime Estatutário, portadora da Cédula de Identidade RG nº 14.062.156-0-SSP/PR, CPF nº 005.198.451-29, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Suplente: THALITA CEULE DA SILVA BERTONCELLO, ocupante do cargo de carreira de Secretário Escolar, pelo regime Estatutário, portadora da Cédula de Identidade RG nº 11.108.803-0-SESP/PR, CPF nº 076.870.089-28, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Comissão de Apoio:

a) ROBERTO DIAS ZOCCAL, brasileiro, portador da cédula de identidade RG n.º 9.357.595-7 – SSP/PR e inscrito no CPF n.º 058.287.629-07, OAB/PR 53.723, Diretor de Controle Judicial, lotado na Secretaria Municipal da Procuradoria Geral.

Art. 3º Estabelecer o prazo de 130 (cento e trinta) dias para a conclusão dos trabalhos e apresentação de relatório, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 4º Considerar de relevância os serviços prestados pelos membros da Comissão ora constituída, considerando a Lei Complementar nº 552/2023.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 25 de outubro de 2024.

CELSO LUIZ POZZOBOM

Prefeito Municipal

MARIO SERGIO BIEDA DE FREITAS

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná

RESUMO DE CONTRATOS

Contrato de Prestação de Serviços nº 409/2024

Contratante: Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: NATALIA MARI MATZUMOTO LTDA

Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica na área de saúde para a prestação de serviços médicos para a secretaria de saúde, unidades de saúde e ambulatórios em atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, do Município de Umuarama, conforme Edital de Chamamento Público nº 010/2024 – Credenciamento de Serviços de Saúde.

Vigência: O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, tendo início em 21 de outubro de 2024 e com término em 21 de outubro de 2025, contudo prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo nº 2024/09/187, no Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 234/2024, autorizado em 14 de outubro de 2024, publicado no Jornal Umuarama Ilustrado, de 16 de outubro de 2024, edição nº 13.148, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em especial no art. 74, inciso IV, da Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/90, da Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017, da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, do Decreto Municipal nº 067, de 08 de março de 2023, bem como nas demais legislações aplicáveis.

Contrato de Prestação de Serviços nº 411/2024

Contratante: Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: ANGELICA FERNANDES DA COSTA

Objeto: contratação de pessoa física para a prestação de serviços de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, em caráter de plantonista, a serem prestados na Unidade de Pronto Atendimento 24 (vinte e quatro) horas, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, do Município de Umuarama, conforme Edital de Chamamento Público nº 006/2023 – Credenciamento de Serviços de Saúde.

Vigência: O prazo de vigência

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br



FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UMUARAMA
Rua Ministro Oliveira Salazar, 4150 - CEP 87501-225 - fone:(44) 3638-1900
Home-page: www.umuarama.pr.gov.br - e-mail: leis@umuarama.pr.gov.br

ESTADO DO PARANÁ

RESUMO DE TERMOS ADITIVOS

Termo de aditivo 005 ao Convênio N° 001/2023

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE AMÉRIS 12° REGIONAL DE SAÚDE- CISA

Cláusula Primeira: Promover o prazo de vigência do presente contrato para até 12 de janeiro de 2028.

Cláusula Segunda: Fica aditivado o valor de até R\$ 4.270.961,64 (quatro milhões duzentos e setenta mil, novecentos e sessenta e um reais e sessenta e quatro centavos), perfazendo o valor total deste termo em R\$ 4.270.961,64 (quatro milhões duzentos e setenta mil, novecentos e sessenta e um reais e sessenta e quatro centavos), passando e atualizando o valor total do contrato de R\$ 3.557.057,99 (três milhões quinhentos e cinquenta e sete mil, cinquenta e sete reais e noventa e nove centavos) para até R\$ 12.828.015,63 (doze milhões, oitocentos e vinte e oito mil, duzentos e noventa e nove reais e três centavos).

Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:

70.001.10.302.0025.2.096 – ED-3.3.90.39.00.00 – D-163 – F-1

70.001.10.302.0025.2.096 – ED-3.3.90.39.00.00 – D-164 – F-303

70.001.10.302.0025.2.096 – ED-3.3.90.39.00.00 – D-165 – F-494

70.001.10.302.0025.2.096 – ED-3.3.90.39.00.00 – D-166 – F-70014

70.001.10.302.0025.2.096 – ED-3.3.90.39.00.00 – D-276 – F-60218

Cláusula Quarta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.

Data: 21/10/2024

Termo de aditivo 001 ao Contrato N° 271/2023

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: CIRURGICA OURO VERDE – COMERCIO DE MATERIAIS MÉDICOS LTDA

Cláusula Primeira: Promover o prazo de vigência do presente contrato para até 02 de abril de 2025.

Cláusula Segunda: Fica aditivado o valor de até R\$ 4.410,00 (três mil reais) referente ao item 22, 50 e 67, conforme tabela abaixo. Passando e atualizando o valor total deste contrato de R\$ 19.093,00 (dezenove mil e noventa e três reais), para R\$ 23.503,00 (vinte e três mil e quinhentos e três reais).

Item	Cód. BR	Descrição	Qtd	Unid.	Preço Registrado	Marca	Valor Total(R\$)
22	SEM	CARRO PARA TRANSPORTE DE CILINDRO DE OXIGÊNIO Construção sólida montado sobre rodas sendo 02 danterias de 6" e dois rodízios de 3" traseiro. Totalmente em pintura epóxi. Dimensões aproximadas: 1,35m de comprimento X 0,42m de largura X 1,10m de altura. Capacidade para carregar cilindro de até 50 litros ou 10 m³. Distância entre eixos: 0,43 cm. Cubagem: 0,345 M³	5	UNID.	350	PRÓPRIA	R\$ 1.750,00
50	BR0440 253	MACA FIXA COM SUPORTE PARA PAPEL PARA CONSULTÓRIO MÉDICO - REVESTIMENTO-LEITO ESTOFADO COM EXCLUSIVA ESPUMA DE 4CM COM DENSIDADE 28 E REVESTIDA COM O MELHOR COURIN NO MERCADO, TRAZENDO	5	UNID.	498	PRÓPRIA	R\$ 2.490,00

		DURABILIDADE E TAMBÉM CONFORTO AO SEU CLIENTE. - REGULAGENS: COM DIVERSAS REGULAGENS DA CABECEIRA, NÃO REQUER O USO DE FERRAMENTAS - ESTRUTURA: TUBULAR EM AÇO - UTENSÍLIOS: SUPORTE DE PAPEL SEMELHANTE A FOTO - PINTURA: ELETROSTÁTICA DE ALTA DURABILIDADE. DIMENSÕES: 1,80M COMPRIMENTO X 0,63M LARGURA X 0,78M ALTURA DO LEITO - CAPACIDADE: RESISTENTE, ATÉ 260 KG. - PESO: 23 KG. LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA CATALOGO CONTENDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS COM NÚMERO DE REGISTRO NA ANVISA.					
67	BR0469 007	SUPORTE DE SORO, DE PAREDE 4 GANCHOS AÇO INOXIDÁVEL COM ACABAMENTO POLIDO SUPORTE PARA FIXAR NA PAREDE, PERMITINDO MOVIMENTOS DE 180°C LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR JUNTO A PROPOSTA CATALOGO CONTENDO TODAS AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS COM NÚMERO DE REGISTRO NA ANVISA.	2	UNID.	85	PRÓPRIA	R\$ 170,00
VALOR TOTAL							R\$ 4.410,00

Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:

70.001.10.301.0024.2.036 – ED-3.3.90.30.00.00 – D-92 – F-1

70.001.10.301.0024.2.036 – ED-3.3.90.30.00.00 – D-93 – F-303

70.001.10.301.0024.2.036 – ED-3.3.90.30.00.00 – D-94 – F-494

70.001.10.301.0024.2.036 – ED-3.3.90.30.00.00 – D-273 – F-360218

70.001.10.301.0024.2.036 – ED-3.3.90.30.00.00 – D-95 – F-70014

70.001.10.301.0024.1.173 – ED-4.4.90.52.00.00 – D-312 – F-360298

70.001.10.302.0025.1.394 – ED-4.4.90.52.00.00 – D-316 – F-360158

Cláusula Quarta: Altera-se o fiscal do contrato para a Sra. Cinthia Trucolo Braga, inscrita no CPF sob nº 059.916.619-36

Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.

Data: 02/10/2024

Termo de aditivo 001 ao Contrato N° 222/2024

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: A MACEDO SERVIÇOS MEDICOS LTDA

Cláusula Primeira: Promover o prazo de vigência do presente contrato para até 22 de maio de 2025.

Cláusula Segunda: Fica mantido ao presente contrato, o valor mensal de até R\$ 31.701,60 (trinta e um mil, setecentos e um reais e sessenta centavos), perfazendo o valor total deste termo em até R\$ 190.209,60 (cento e noventa mil, duzentos e nove reais e sessenta centavos), passando e atualizando o valor do contrato de até R\$ 190.209,60 (cento e noventa mil, duzentos e nove reais e sessenta centavos), para até R\$ 380.419,20 (trezentos e oitenta mil, quatrocentos e dezenove reais e vinte centavos).

Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:

70.001.10.302.0025.2.277.3.90.39.00.00 – D-184 – F-1

70.001.10.302.0025.2.277.3.90.39.00.00 – D-185 – F-303

Cláusula Quarta: Altera-se o fiscal do contrato para a Sra. Cinthia Trucolo Braga, inscrita no CPF sob nº 059.916.619-36

Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.

Data: 21/10/2024

Termo de aditivo 001 ao Contrato N° 221/2024

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: J.C. MARTINS - SERVIÇOS MEDICOS LTDA

Cláusula Primeira: Promover o prazo de vigência do presente contrato para até 22 de maio de 2025.

Cláusula Segunda: Fica mantido ao presente contrato, o valor mensal de até R\$ 31.701,60 (trinta e um mil, setecentos e um reais e sessenta centavos), perfazendo o valor total deste termo em até R\$ 190.209,60 (cento e noventa mil, duzentos e nove reais e sessenta centavos), passando e atualizando o valor do contrato de até R\$ 190.209,60 (cento e noventa mil, duzentos e nove reais e sessenta centavos), para até R\$ 380.419,20 (trezentos e oitenta mil, quatrocentos e dezenove reais e vinte centavos).

Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:

70.001.10.302.0025.2.277.3.90.39.00.00 – D-184 – F-1

70.001.10.302.0025.2.277.3.90.39.00.00 – D-185 – F-303

Cláusula Quarta: Altera-se o fiscal do contrato para a Sra. Cinthia Trucolo Braga, inscrita no CPF sob nº 059.916.619-36

Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.

Data: 23/10/2024

Termo de aditivo 001 ao Contrato N° 220/2024

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: BECKER PRESTADORA DE SERVIÇOS MEDICOS LTDA

Cláusula Primeira: Promover o prazo de vigência do presente contrato para até 22 de maio de 2025.

Cláusula Segunda: Fica mantido ao presente contrato, o valor mensal de até R\$ 31.701,60 (trinta e um mil, setecentos e um reais e sessenta centavos), perfazendo o valor total deste termo em até R\$ 190.209,60 (cento e noventa mil, duzentos e nove reais e sessenta centavos), passando e atualizando o valor do contrato de até R\$ 190.209,60 (cento e noventa mil, duzentos e nove reais e sessenta centavos), para até R\$ 380.419,20 (trezentos e oitenta mil, quatrocentos e dezenove reais e vinte centavos).

Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:

70.001.10.302.0025.2.277.3.90.39.00.00 – D-184 – F-1

70.001.10.302.0025.2.277.3.90.39.00.00 – D-185 – F-303

Cláusula Quarta: Altera-se o fiscal do contrato para a Sra. Cinthia Trucolo Braga, inscrita no CPF sob nº 059.916.619-36

Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.

Data: 23/10/2024

Termo de aditivo 002 ao Contrato N° 141/2023

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: SCARFANTE E SARTORI SERVIÇOS MEDICOS LTDA

Cláusula Primeira: Fica alterados os valores dos exames contratados, em virtude da publicação da Resolução CISA nº 039/2024, a qual atualizou os valores dos exames constantes na Tabela CISA, passando o valor mensal do contrato de até R\$ 78.250,00 (setenta e oito mil e duzentos e cinquenta reais) para até R\$ 83.954,00 (oitenta e três mil, novecentos e cinquenta e quatro reais), a partir de 01/10/2024, perfazendo o valor total deste termo em até R\$ 45.632,00 (quarenta e cinco mil, seiscentos e trinta e dois reais), referente aos 08 meses restantes de contratos, passando e atualizando o valor total do contrato de R\$ 1.878.000,00 (um milhão, oitocentos e oitenta e oito mil reais) para até R\$ 1.923.632,00 (um milhão, novecentos e vinte e três mil, seiscentos e trinta e dois reais), nos termos da tabela abaixo descrita:

Procedimentos	Previsão de quant. de exames/ano	Valor unitário Tabela SUS (recurso federal)	Valor do complemento (recurso próprio)	Valor Total Unitário Atual	Valor do complemento (recurso próprio) do aumento	Valor Total unitário com aumento
Ligadura elástica de varizes de esôfago	60	R\$ 51,75	R\$ 3.048,25	R\$ 3.100,00	R\$ 186.000,00	R\$3.100,00
Endoscopia com dilatação	60	R\$ 49,50	R\$ 1.700,50	R\$ 1.750,00	R\$ 105.000,00	R\$ 1.750,00
Mucosctomia endoscópica (1 clipe)	60	-	R\$ 3.100,00	R\$ 3.100,00	R\$ 186.000,00	R\$ 3.656,00
Mucosctomia endoscópica (2 cliques)	60	-	R\$ 3.600,00	R\$ 3.600,00	R\$ 216.000,00	R\$3.825,00
Mucosctomia endoscópica (3 cliques)	60	-	R\$ 4.100,00	R\$ 4.100,00	R\$ 246.000,00	R\$4.550,80
				R\$939.000,00		R.1.007.448,00

Cláusula Segunda: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:

70.001.10.302.0025.2.096 – ED-3.3.90.39.00.00 – D-163 – F-1

70.001.10.302.0025.2.096 – ED-3.3.90.39.00.00 – D-164 – F-303

70.001.10.302.0025.2.096 – ED-3.3.90.39.00.00 – D-165 – F-494

70.001.10.308.0025.2.096 – ED-3.3.90.39.00.00 – D-166 – F-70014

70.001.10.302.0025.2.096 – ED-3.3.90.39.00.00 – D-276 – F-60218

Cláusula Terceira: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.

Data: 21/10/2024

Termo de aditivo 001 ao Contrato N° 021/2024

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: DALTON SILVA MELO

Cláusula Primeira: Promover o prazo de vigência do presente contrato para até 18 de janeiro de 2026.

Cláusula Segunda: Fica mantido o valor de até R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais), perfazendo o valor total deste termo em R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais), passando e atualizando o valor total do contrato de R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais), para até R\$ 189.000,00 (cento e oitenta e oito mil reais).

Cláusula Terceira: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:

70.001.10.302.0025.2.096 – ED-3.3.90.39.00.00 – D-163 – F-1

70.001.10.302.0025.2.096 – ED-3.3.90.39.00.00 – D-164 – F-303

70.001.10.302.0025.2.096 – ED-3.3.90.39.00.00 – D-165 – F-494

70.001.10.302.0025.2.096 – ED-3.3.90.39.00.00 – D-166 – F-70014

70.001.10.302.0025.2.096 – ED-3.3.90.39.00.00 – D-276 – F-60218

Cláusula Quarta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.

Data: 14/10/2024

Termo de aditivo 001 ao Contrato N° 261/2024

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: ANA LIVIA NONIS DE OLIVEIRA LTDA

Cláusula Primeira: Fica alterados os valores dos exames contratados, em virtude da publicação da Resolução CISA nº 039/2024, a qual atualizou os valores dos exames constantes na Tabela CISA, passando o valor mensal do contrato de até R\$ 167.389,00 (cento e sessenta e sete mil, trezentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos) para até R\$ 185.352,00 (cento e oitenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e dois reais), a partir de 1/10/2024, perfazendo o valor total deste termo em até R\$ 143.700,00 (cento e quarenta e três mil e setecentos reais), referente a diferença de 08 meses restantes do contrato, passando e atualizando o valor total do contrato de R\$ 2.008.674,00 (dois milhões, oito mil seiscentos e setenta e quatro reais) para até R\$ 2.152.374,00 (dois milhões, cento e cinquenta e dois mil trezentos e setenta e quatro reais), nos termos da tabela abaixo descrita:

Procedimentos	Previsão de quant. de exames/ano	Valor unitário Tabela SUS (recurso federal)	Valor do complemento (recurso próprio)	Valor total Unitário	Valor do complemento (recurso próprio) do aumento	Valor Total unitário com aumento
Endoscopia digestiva alta com pesquisa de H. pylori e foto	1.800	R\$ 48,16	R\$ 141,84	R\$ 190,00	R\$ 28,50	R\$ 218,50
Polipectomia	1.800	-	R\$ 250,00	R\$ 250,00	R\$ 37,50	R\$ 287,50
Colonoscopia	1.800	R\$ 112,66	R\$ 182,34	R\$ 295,00	R\$ 44,25	R\$ 339,25
Retro sigmoidoscopia	600	R\$ 23,13	R\$ 166,87	R\$ 190,00	R\$ 28,50	R\$ 218,50
Troca de sonda de Gastrostomia com material	600	-	R\$ 502,79	R\$ 502,79	R\$ 502,79	R\$ 502,79
Retirada de corpo estranho/ pólipos de retol colo sigmóide.	600	-	R\$ 450,00	R\$ 450,00	R\$ 450,0	R\$ 450,00
Total anual		R\$ 303.354,00	R\$ 1.705.320,00	R\$ 2.008.674,00		R\$ 2.224.224,00

Cláusula Segunda: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:

70.001.10.302.0025.2.096 – ED-3.3.90.39.00.00 – D-163 – F-1

70.001.10.302.0025.2.096 – ED-3.3.90.39.00.00 – D-164 – F-303

70.001.10.302.0025.2.096 – ED-3.3.90.39.00.00 – D-165 – F-494

70.001.10.308.0025.2.096 – ED-3.3.90.39.00.00 – D-166 – F-360218

70.001.10.302.0025.2.096 – ED-3.3.90.39.00.00 – D-276 – F-70014

Cláusula Terceira: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.

Data: 21/10/2024

Termo de aditivo 001 ao Contrato N° 265/2024

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: L. LIDERIO MANDUCA CLINICA MEDICA

Cláusula Primeira: Fica alterados os valores dos exames contratados, em virtude da publicação da Resolução CISA nº 039/2024, a qual atualizou os valores dos exames constantes na Tabela CISA, passando o valor mensal do contrato de até R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) para até R\$ 20.700,00 (vinte mil e setecentos reais), a partir de 01/10/2024, perfazendo o valor total deste termo em até R\$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), referente aos 10 meses restantes de contratos, passando e atualizando o valor total do contrato de R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais) para até R\$ 243.000,00 (duzentos e quarenta e três mil reais).

Cláusula Segunda: Fica adicionada a este termo aditivo a seguinte dotação orçamentária:

70.001.10.302.0025.2.096 – ED-3.3.90.39.00.00 – D-163 – F-1

70.001.10.302.0025.2.096 – ED-3.3.90.39.00.00 – D-164 – F-303

70.001.10.302.0025.2.096 – ED-3.3.90.39.00.00 – D-165 – F-494

70.001.10.308.0025.2.096 – ED-3.3.90.39.00.00 – D-166 – F-70014

70.001.10.302.0025.2.096 – ED-3.3.90.39.00.00 – D-276 – F-60218

Cláusula Terceira: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.

Data: 21/10/2024

Termo de aditivo 001 ao Contrato N° 260/2024

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: L. LIDERIO MANDUCA CLINICA MEDICA

Cláusula Primeira: Fica alterados os valores dos exames contratados, em virtude da publicação da Resolução CISA nº 039/2024, a qual atualizou os valores dos exames constantes na Tabela CISA, passando o valor mensal do contrato de até R\$ 167.389,00 (cento e sessenta e sete mil, trezentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos) para até R\$ 185.352,00 (cento e oitenta e cinco mil, trezentos e cinquenta e dois reais), a partir de 1/10/2024, perfazendo o valor total deste termo em até R\$ 167.662,00 (cento e sessenta e sete mil, seiscentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), referente a diferença de 09 meses restantes do contrato, passando e atualizando o valor total do contrato de R\$ 2.008.674,00 (dois milhões, oito mil seiscentos e setenta e quatro reais) para até R\$ 2.170.336,00 (dois milhões, cento e sessenta mil, trezentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos) nos termos da tabela abaixo descrita:

Procedimentos	Previsão de quant. de exames/ano	Valor unitário Tabela SUS (recurso federal)	Valor do complemento (recurso próprio)	Valor total Unitário
---------------	----------------------------------	---	--	----------------------

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

Estado do Paraná

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 012/2024
CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE

1. DO PREÂMBULO

1.1. O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, por meio do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 08.931.506/0001-26, com sede à Rua Dr. Paulo Pedrosa de Almeida, 4253, de conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, com alterações posteriores, a Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/90, a Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017, o Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis à espécie, torna pública a realização de CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, nos termos das condições estabelecidas no presente Instrumento de Chamamento.

Obs: os valores para a contratação foram estipulados com base na média do mercado do Município de Umuarama.

2. DO OBJETO DO CREDENCIAMENTO

2.1. O presente Chamamento Público tem por objeto o CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas para o fornecimento de diárias em "Casa de Apoio" na cidade de Curitiba, para atender as demandas do setor de Tratamento Fora do Domicílio (TFD) da Secretaria Municipal de Saúde.

2.2 O presente chamamento se enquadra na hipótese do inciso I, do Art. 79, da Lei Federal nº 14.133/2021, que visa a contratação paralela e não excludente, caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.

3. DA REGÊNCIA LEGAL

3.1 O presente credenciamento é regido pela Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, com alterações posteriores, pela Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/90, pela Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017 e pelo Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações pertinentes, aplicando-se, caso necessário, os princípios de direito público, suplementados pelo direito privado.

4. DAS CONDIÇÕES GERAIS DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Poderão participar do presente credenciamento todas as empresas que atendam as condições indicadas no termo de referência, anexo ao presente instrumento e que tenham habilitação para o exercício das funções previstas neste edital, dando-se preferência às Entidades Filantrópicas e às sem fins lucrativos e, por fim, recorrendo-se às Instituições Privadas, que tenham objeto social compatível com os serviços que serão contratados.

4.2 Não poderá participar no credenciamento a pessoa jurídica que se encontrar enquadrada em uma das seguintes condições:

a) esteja cumprindo sanção que a impeça de participar de licitações ou ser contratada pela Administração Pública;

b) declarada inidônea para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição;

c) estiver em processo de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

d) cujos sócios, administradores, empregados, controladores ou profissionais do corpo técnico sejam servidores ou empregados públicos integrantes do quadro pessoal do Município de Umuarama (art. 9º, §1º, da Lei 14.133/2021);

e) não atenda às exigências e condições do Edital e seus anexos;

5. DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS

5.1. Habilitação Jurídica:

a) Para Sociedade Cooperativa: Ata de fundação e Estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

b) Para Sociedade Civil: Atto Constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício;

c) Para Sociedades Comerciais: Atto Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial (cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto lícito);

d) Para Sociedades por Ações: Atto Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

e) Para Entidades Filantrópicas: Certificado de Filantropia para entidades filantrópicas emitidas pelo CNAS (quando couber);

5.1.1 Na hipótese das alíneas "c" e "d", caso seja apresentado o Contrato Social, este deverá estar acompanhado de todas as alterações ou da respectiva consolidação;

5.1.1.1 No Contrato Social deverá constar a denominação social e a identificação do(s) ramo(s) de atividade (s) da empresa, o (s) qual (is) deverá (ão) ser compatível (is) com o objeto lícito.

5.1.2. Descritivo das instalações.

5.1.3. Alvará de funcionamento da empresa.

5.1.4. Licença Sanitária.

5.1.5. Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista;

5.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

5.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – CERTIDÃO CONJUNTA DE REGULARIDADE DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS;

5.2.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Estado do domicílio ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA ESTADUAL;

5.2.4 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Alvará de Funcionamento (Licença) e de Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelo Município ou sede do participante – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS COM A FAZENDA MUNICIPAL;

5.2.5 Prova de regularidade fiscal perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal – CEF – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS PARA COM O FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS;

5.2.6 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pelos portais da Justiça do Trabalho (Tribunal Superior do Trabalho, Conselho Superior da Justiça do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – CERTIDÃO DE REGULARIDADE DE DÉBITOS TRABALHISTAS;

5.3 Outras comprovações:

5.3.1 Para comprovação de enquadramento de empresa ME ou EPP, beneficiárias da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, a empresa deverá apresentar declaração firmada por seu representante legal, por contrato ou certidão simplificada, expedida pela Junta Comercial, com prazo de validade de até 90 (noventa) dias a contar da data de emissão.

5.3.2 Declaração de Responsabilidade Unificada, constante no Anexo do presente instrumento.

5.3.2.1 Em caso de incongruências no documento apresentado/anexo, a Comissão Técnica de Credenciamento poderá diligenciar a fim de solicitar manifestação do representante da empresa, quanto às declarações contidas no referido termo;

5.3.2.2 O prazo para a manifestação indicada no subitem anterior será informado pelo Agente de Contratação ou Presidente da Comissão de Credenciamento;

5.3.2.3 Manifestações encaminhadas fora do prazo estipulado no subitem anterior serão desconsideradas;

5.3.2.4 A diligência prevista no subitem 5.4.2.1 não se aplica para empresas que deixaram de anexar a Declaração de Responsabilidade Unificada.

5.3.3 Instrumento de mandato respectivo: Procuração/credenciamento, conforme Anexo II, caso o responsável pela assinatura do documento não faça parte do quadro societário ou não esteja cadastrado como representante da empresa.

6. DAS CONDIÇÕES PARA CREDENCIAMENTO

6.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da empresa credenciada, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldetransparencia.gov.br/ceis);

b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_administrativa_requido.php);

c) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU - (https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=7-INADILITADO:INIDONEOS)

6.2 Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas do Estado.

6.2 A empresa disponibilizará as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

6.3 Os documentos poderão ser apresentados em cópia simples, sendo recepcionado o pedido de credenciamento somente mediante a documentação completa estabelecida.

6.4 A Comissão Especial de Credenciamento poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para quaisquer esclarecimentos que porventura se fizerem necessários.

6.5 Serão considerados habilitados no CREDENCIAMENTO as pessoas jurídicas que protocolarem o requerimento de credenciamento, acompanhado de todos os documentos descritos neste edital, em envelope ou volume fechado, na Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama, até o dia e hora limites para o seu recebimento e a abertura e a análise das exigências de habilitação.

6.6 Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome da empresa a ser credenciada, dentro de seu prazo de validade e, preferencialmente, com o número do CNPJ e com o endereço respectivo, contendo no anverso da parte externa do envelope os dizeres:

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA

NOME DO CANDIDATO, CPF, RAZÃO SOCIAL, CNPJ,

ENDEREÇO, TELEFONE E E-MAIL

CREDENCIAMENTO Nº

6.6.1 Se a empresa for à matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a empresa for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

6.6.3 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertencentes à Certidão Negativa de Débitos e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização dos recursos financeiros em uma única entidade;

6.7 A classificação será de acordo com a ordem de entrega dos envelopes com a documentação exigida na íntegra, ficando as empresas credenciadas em lista de espera, conforme critério estabelecido.

6.7.1 Será preferência às Entidades Filantrópicas ou às Sem Fins Lucrativos.

6.8 A documentação exigida deverá ser apresentada obrigatoriamente da empresa que lançará a Nota Fiscal/Fatura.

6.9 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, por ocasião da participação em contratações públicas, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

6.9.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o participante for declarado habilitado, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

6.9.2 A não regularização da documentação, no prazo previsto no item 6.9.1, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os participantes remanescentes, na ordem de classificação.

6.10 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o interessado será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.11 Será inabilitada a empresa que não apresentar toda a documentação exigida no presente Edital, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

6.12 A entrega da documentação acima estabelecida implica manifestação de interesse no credenciamento, bem como aceitação e submissão, independente de manifestação expressa, a todas as normas e condições deste Edital.

6.13 A documentação de habilitação será analisada pela comissão de credenciamento, especialmente designada para este fim pela Secretaria Municipal de Saúde, que adotará como critério de habilitação o cumprimento regular de todos os critérios do Edital;

6.13.1 Ao avaliar os pedidos de credenciamento e a documentação, a Comissão de Credenciamento levará em consideração todas as condições e exigências estabelecidas no Edital e demais normas vigentes, no que for cabível;

6.13.2 Das decisões da Comissão de Credenciamento cabe recurso à autoridade superior da Prefeitura Municipal de Umuarama, no prazo de até 03 (três) dias úteis da publicação do resultado do julgamento na Imprensa Oficial do Município;

6.13.3 A Comissão Especial de Habilitação e Julgamento das Propostas ao Edital habilitará os interessados que atenderem as exigências do edital.

7. DOS PRAZOS

7.1. O requerimento de credenciamento deverá ser dirigido à Comissão Técnica de Credenciamento, acompanhado de toda a documentação exigida, de acordo com os itens 5 e 6 deste modelo de Edital, devendo ser protocolado junto a Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama, a qualquer momento, a partir do dia 01 de novembro de 2024, durante o horário de funcionamento do setor administrativo deste órgão, em envelope lacrado.

7.1.1 A Administração, a seu critério, poderá prorrogar o presente prazo caso necessário, com a devida publicação.

7.2 O prazo de vigência deste chamamento é de 12 (doze) meses, contados de sua publicação, podendo ser prorrogado conforme legislação vigente.

7.2.1 A administração permitirá o cadastramento permanente de novos interessados, enquanto o

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

edital de chamamento permanecer vigente.

7.3 O prazo de vigência do contrato a ser celebrado em decorrência do credenciamento será de até 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos dos arts. 105 a 107, da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.4 O prazo para assinatura do contrato será de 05 (cinco) dias corridos, contados da convocação do interessado.

7.4.1 O prazo de que trata o item 7.4 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, do credenciado durante o seu transcurso, desde que o motivo apresentado seja aceito pela administração.

8. DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

8.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o presente Edital por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos.

8.2 As impugnações e os pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados por meio eletrônico, através do e-mail tfd@umuarama.pr.gov.br e saude@umuarama.pr.gov.br ou de forma física, na Secretaria Municipal de Saúde, em até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para início do recebimento dos documentos para credenciamento.

8.3 As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no item anterior.

8.3.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação ou pela Comissão de Credenciamento, nos autos do processo administrativo.

8.4 O Agente de Contratação ou a Comissão de Credenciamento deverá julgar as impugnações e responder aos pedidos de esclarecimento em até 03 (três) dias úteis, contados da data de seu recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data de início do credenciamento, podendo, para tanto, requisitar subsídios formais ao setor técnico competente.

8.5 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será encaminhado no e-mail do Agente de Contratação ou do Setor de Atendimento ao Cidadão do Município de Umuarama/PR (www.umuarama.pr.gov.br) no prazo previsto no parágrafo único, do art. 164, da Lei nº 14.133/2021 e vinculará os participantes e a Administração.

8.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para o recebimento dos documentos, respeitando o disposto no §1º, do art. 55, da Lei nº 14.133/2021.

9. DO PROCESSAMENTO DO CREDENCIAMENTO

9.1 Após o prazo de 05 (cinco) dias do início da vigência do edital, a Comissão Especial de Credenciamento iniciará a análise dos documentos a que alude o item anterior, e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, habilitará previamente os interessados que atenderem às disposições contidas neste edital e ao final da análise será publicado no jornal a classificação dos credenciados seguindo os critérios do item 6.

9.1.1 O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado por igual período e por uma única vez.

9.1.2 Poderão ser solicitados esclarecimentos, retificações e complementações da documentação ao interessado, para a regularização do Credenciamento.

9.1.2.1 Será publicada, no Diário Oficial do Município, a relação dos credenciados previamente habilitados que supriram a primeira demanda de contratação, bem como os demais que formaram o cadastro de reserva, ambos em ordem de classificação.

9.2 Das decisões da Comissão Técnica de Credenciamento caberá recurso, com efeito suspensivo, à Comissão Especial, no prazo de 05 dias úteis, a contar da data da ciência da decisão.

9.2.1 Os recursos serão recebidos por meio eletrônico, nos endereços tfd@umuarama.pr.gov.br e saude@umuarama.pr.gov.br (dirigidos ao Agente de Contratação ou à Comissão Especial de Credenciamento, os quais poderão reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo prazo, remetê-lo para decisão do Chefe do Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 2º, inciso V, do Decreto Municipal nº 302, de 03 de Outubro de 2022.

9.2.2 A autoridade máxima, após receber o recurso e a informação do Agente de Contratação ou da Comissão Especial de Credenciamento designada proferirá, também no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a sua decisão, devendo promover a sua respectiva publicação.

9.3 Adotados tais critérios, quais sejam: a correta apresentação da documentação pertinente, a cidade onde a empresa possui credenciamento, o prazo de validade da documentação, sendo então considerados aptos à prestação dos serviços pretendidos.

9.3.1 Será publicada, no Diário Oficial do Município, a cada 30 (trinta) dias, a relação ATUALIZADA dos credenciados habilitados, bem como relação atualizada das empresas já contratadas por este edital.

9.4 A Comissão Técnica de Credenciamento emitirá um parecer sobre a aptidão do credenciamento, o qual será submetido à contratação, de acordo com as necessidades e disponibilidades financeira e orçamentária.

9.5 Ato contrário, o Fundo Municipal de Saúde procederá à confecção e a assinatura do Termo de Credenciamento com cada um dos credenciados, conforme modelo constante do Anexo VI.

9.6 Todos os credenciados aptos estarão habilitados à prestação dos serviços a que se candidatarão, segundo a capacidade de seu atendimento anteriormente informado.

9.7 Durante a vigência do Edital de Credenciamento, incluídas as suas republicações, o órgão ou entidade contratada, a seu critério, poderá convocar por ofício os credenciados para nova convocação, para apresentação de documentação, quando for exigida a apresentação dos documentos que comprovem a manutenção das condições inicialmente previstas no instrumento convocatório, sob pena de descredenciamento, nos termos do art. 31, do Decreto Municipal nº 067/2023.

9.7.1 Se houver necessidade de alteração das regras, condições e minutas, deverá ser providenciado novo Credenciamento de todos os interessados.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1 Estando as interessadas aptas a contratar com o Município, a Secretaria Consulente realizará o protocolo do Processo de Inexigibilidade de Licitação, tomando-se por base o artigo 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, em virtude do fato de que a competição resta faticamente impossível, já que é de interesse da coletividade local que o maior número possível de empresas preste os serviços especializados em questão, no intuito de ampliar o acesso da população envolvida.

10.1.1 As contratações obedecerão à necessidade da Administração.

10.1.2 Serão contratados de acordo com a demanda os credenciados aptos durante o prazo de vigência deste edital pela ordem de recebimento dos protocolos.

10.1.3 Os credenciados que não atenderem a primeira necessidade estarão em cadastro de reserva e conforme ordem de classificação estabelecida.

10.2 As empresas interessadas que forem habilitadas ao credenciamento serão contratadas por meio de instrumento de prestação de serviços, de natureza precária, caracterizado pela unilateralidade e discricionariedade, onde se estabelecerão os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, podendo o contrato ser rescindido, a qualquer tempo, sem que caibam às Contratadas quaisquer direitos, vantagens ou indenizações.

10.2.1 O interessado habilitado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento.

10.2.2 O prazo previsto para assinatura do contrato ou para o aceite em instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.3 O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, tendo eficácia legal após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município, podendo ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado, nos termos dos arts. 105 a 107, da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.3.1 Os contratos decorrentes de credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.4 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste edital, as quais deverão ser mantidas pela empresa durante toda a vigência do contrato.

10.5 São de inteira responsabilidade das empresas e profissionais contratados, as obrigações decorrentes dos encargos previdenciários, fiscais, trabalhistas e comerciais resultantes de execução do Contrato.

10.6 As empresas e profissionais contratados são responsáveis pelos danos causados diretamente à Secretaria Municipal de Saúde, Instituto e seus segurados ou terceiros, decorrentes da execução do contrato.

10.7 O Credenciamento não garante a efetiva contratação dos participantes do Chamamento Público devidamente habilitados pela Administração, ocorrendo somente por iniciativa do órgão ou entidade requisitante, observadas as condições de regularidade das exigências previstas no instrumento convocatório.

10.8 É vedado o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração.

11. DO DESCREDENCIAMENTO

11.1 O credenciado poderá solicitar seu descredenciamento com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, mediante o envio de pedido escrito ao órgão ou entidade contratante, surtindo efeitos a partir do protocolo do requerimento.

11.2 O prazo para cumprimento do pedido de descredenciamento, do Decreto Municipal nº 067/2023 e da Lei Federal nº 14.133, de 1º de Abril de 2021, poderá acarretar o descredenciamento ao credenciado, sem prejuízo da aplicação de eventuais sanções.

11.2.1 O descredenciamento será cabível em função de fatos que ensejem o comprometimento das condições de habilitação e que sejam insanáveis ou não tenham sido sanados no prazo assinalado pela Secretaria Municipal responsável pela gestão do Credenciamento, bem como em razão de desvios de postura profissional ou situações que possam interferir negativamente nos resultados da prestação dos serviços.

11.2.2 O Credenciado ou a Administração poderão denunciar o credenciamento, caso seja constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das condições fixadas neste termo ou na legislação pertinente.

11.2.3 Na hipótese prevista no subitem 11.2, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

11.2.3.1 A aplicação da sanção de descredenciamento pode ocasionar a exclusão da entidade pelo prazo de até 05 (cinco) dias.

11.3 O pedido de descredenciamento de que trata o item 11.1 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles decorrentes.

11.4 Se houver a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até decisão no sentido de realizar a extinção contratual, caso a contratada não regularize a sua situação.

11.5 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou no interesse da administração, poderá ser justificada a extinção de qualquer contrato celebrado com o órgão ou a entidade contratante, não será extinto o contrato em execução com empresa ou profissional que estiver irregular.

12. DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

12.1 A remuneração pela prestação de serviços será de acordo Anexo I, item 1.7.

12.2 O pagamento será efetuado mensalmente, até 30 (trinta) dias do mês subsequente ao da prestação dos serviços e após a emissão da competente Nota Fiscal (fatura).

12.3 Para atender às despesas decorrentes da execução dos serviços contratados, o seu vencimento ocorrerá após sua apresentação.

12.2.2 O pagamento será realizado mediante crédito aberto em conta-corrente em nome da Contratada.

12.3 A Contratada deve manter durante toda a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação/contratação de acordo com o Artigo 92, inciso XVI da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.4 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada quando pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

12.5 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do Fundo Municipal de Saúde de Umuarama, inscrito no CNPJ nº 08.931.506/0001-26, com as informações: nº do Contrato, nº do Processo de Inexigibilidade e nome do médico responsável pelos serviços no mês.

12.6 Quando o Contratante atrasar o pagamento de contas decorrentes das contratações, será aplicado o índice oficial INPC/IBGE para atualização monetária, nos termos do art. 92, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.7 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

a) não produza os resultados acordados;

b) deixe de executar, ou não execute com a qualidade mínima exigida às atividades contratadas;

c) deixe de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilize com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

13. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1 Para atender às despesas decorrentes do credenciamento, a Secretaria Municipal Saúde valer-se-á de recursos próprios e que estejam livres e não comprometidos, conforme DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA vigente do Fundo Municipal de Saúde, a serem discriminadas no ato da contratação.

14. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 Comete infração administrativa a pessoa que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

14.1.1 Para causar danos à administração pública;

14.1.2 Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.3 Dar causa à inexecução total do contrato;

14.1.4 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

14.1.5 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

14.1.6 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.7 Deixar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

14.1.8 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

14.1.9 Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.1.10 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

a) Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;

14.1.11 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

14.1.12 Praticar ato lesivo previsto no art. 9º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.2 a 10.1.7 deste Aviso, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º da Lei);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Ente Federativo que tiver aplicado a sanção, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.8 a 10.1.12 deste Aviso, bem como nos subitens 10.1.2 a 10.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei);

d) Multa:

d.1) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

d.1.1) O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I, do art. 137, da Lei nº 14.133/2021.

d.2) moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento) pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

d.3) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do contrato;

14.3 A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º).

14.4 Todas as sanções previstas neste Aviso poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

14.4.1 Antes da aplicação da multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação (art. 157);

14.4.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º);

14.4.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

14.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

14.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):

a) A natureza e a gravidade da infração cometida;

b) As peculiaridades do caso concreto;

c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) Os danos que dela provierem para o Contratante;

14.7 A aplicação das sanções observará o desempenho de programa de conformidade, conforme orientações dos órgãos de controle.

14.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

14.8 A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos no presente Edital, para provocar o patrimônio, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatória de análise jurídica prévia (art. 160).

14.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, na lista de publicidade no Cadastro Nacional de Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161).

14.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

15. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, de erro de conteúdo, de conteúdo contrário à ordem pública e de ordem de administração.

15.1.1 Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.1.2 A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.

15.2 O presente edital de credenciamento poderá ser Em caso de mudança nas condições inicialmente pactuadas no presente instrumento, este deverá ser rev. O Fundo Municipal de Saúde poderá, a qualquer tempo, realizar a publicação de um novo edital de credenciamento.

15.3 Qualquer pedido de esclarecimento em relação ao credenciamento e interpretação do presente Edital deverá ser encaminhado por escrito à Comissão Técnica de Credenciamento.

15.4 Este chamamento público será publicado 01 (uma) vez no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) e mensalmente no Diário Oficial do Município e no Site Eletrônico Oficial do Município (www.umuarama.pr.gov.br).

15.5 Integram este Edital de Chamamento Público, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.5.1 ANEXO I – Termo de Referência;

15.5.2 ANEXO II – Modelo de Requerimento de Inscrição no Credenciamento;

15.5.3 ANEXO III – Modelo de Declaração;

15.5.4 ANEXO IV – Minuta de Contrato.

Umuarama, 25 de outubro de 2024.

EDSON DOS SANTOS SOUZA

Secretário Municipal de Saúde

ANEXO I

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 012/2024 – CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 52/2024 de 13/08/2024

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, 'a' e 'e', da Lei nº 14.133/2021)

Item	Descrição do Item	Valor Unitário Diária	Quantidade/ano
1	Diária incluindo hospedagem, alimentação e transporte dentro da cidade de Curitiba/PR e região Metropolitana.	R\$ 110,58	Quantidade diárias que empresa consegue fornecer
2	Diária em quartos especiais (isolamento) para pacientes, com banheiro acoplado e cozinha apropriada para o preparo da alimentação, incluindo transporte dentro da cidade de Curitiba/PR e região metropolitana.	R\$ 157,87	Quantidade diárias que empresa consegue fornecer

1.1. Serão credenciados os interessados que preencherem os requisitos previstos neste Edital, e 15.5.2.1. Serão de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama e conforme disponibilidade financeira e orçamentária;

1.1.1 A classificação será de acordo com a ordem de entrega dos envelopes com a documentação exigida na íntegra, ficando as empresas credenciadas em lista de espera, conforme critério estabelecido.

1.1.2 Dar-se-á preferência às Entidades Filantrópicas e às sem fins lucrativos, nos termos do §2º, art. 130, da Portaria de Consolidação nº 01/2017;

1.3. Após análise da documentação, a Comissão de Avaliação de Documentações de Credenciamento emitirá um parecer sobre a viabilidade do credenciamento, o qual será submetido para a contratação em caso de demanda.

1.4 O prazo de vigência do contrato a ser celebrado em decorrência do credenciamento será de até 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos dos arts. 105 a 107, da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme legislação vigente.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021)

2.1 A Contratação do serviço aqui especificado justifica-se, devido as seguintes considerações:

a) Considerando a necessidade de garantir acesso de pacientes de Umuarama a serviços assistenciais de Média e Alta Complexidade, os quais este município não possui, na Capital (Curitiba) e região metropolitana.

b) Considerando que o Fundo Municipal de Saúde tenha quando esgotado todos os meios de tratamento no próprio Município de origem a fim de amparar os pacientes municienses.

c) Considerando que devido a distância entre a cidade de Umuarama e a capital Curitiba, fato este que leva o paciente e o acompanhante a pernovernar na capital, o que leva a necessidade de um local onde os pacientes sejam hospedados e alimentados durante o período de sua permanência fora de domicílio para tratamento de saúde.

d) Saliente-se que o órgão consulente optou pela figura do chamamento público, tendo em vista a possibilidade de contratação de mais de uma empresa para a realização dos serviços, desde que atendam todas as exigências do edital, frisando que tal procedimento não acarretará prejuízo e que a intenção de sua utilização nada mais é do que o melhor atender as necessidades da população de Umuarama, mediante a seleção do maior número possível de interessados em prestar o serviço buscado, através de um procedimento simples, rápido, público e impessoal.

3. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, alínea 'd', da Lei nº 14.133/21)

3.1 A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

3.1.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

3.1.2 Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

4. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL (Art. 6º, XXIII, alínea 'e', e art. 40, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/21)

4.1 Na execução do presente contrato, os participantes deverão observar as seguintes condições:

a) O acesso aos serviços do SUS faz-se exclusivamente pela Secretaria Municipal de Saúde;

b) O objeto do presente contrato será realizado conforme encaminhamento a ser efetuado pela Secretaria Municipal de Saúde;

c) As ações e os serviços de saúde executados são dotados de gratuidade, não podendo haver cobrança aos usuários ou seus acompanhantes, ou qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos deste contrato;

d) Os serviços ora contratados serão prestados diretamente pela CONTRATADA;

e) A execução do objeto dar-se-á segundo princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS, regulamentados pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 199, com observância integral dos protocolos técnicos de atendimento e regulamentos estabelecidos pelo Ministério da Saúde e respectivos gestores do SUS;

f) A CONTRATADA deverá prestar atendimento humanizado, de acordo com a Política Nacional de Humanização do SUS;

g) E de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATANTE o fornecimento de todos os insumos necessários à execução do objeto deste contrato, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONTRATADA;

4.2 DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS DE EXECUÇÃO:

4.2.1. As empresas credenciadas deverão:

a) Prestar serviços de hospedagem especializada a pacientes em tratamento de saúde, com atendimento 24 (vinte quatro) horas, com disponibilização de berços para acomodação de bebês oncopatas que deles necessitem, segundo pedido do contratante ou responsável pela criança;

b) Disponibilizar roupas de cama e banho, esterilizadas equivalentes ao quantitativo máximo de acomodações;

c) Dispor de quartos individuais (isolamento), para o paciente e acompanhante conforme indicação médica, transplantados, pós-cirúrgicos ou terminais;

d) Recepcionar os usuários com informes gerais sobre os serviços ofertados por ela, seguidos do atendimento individual para cadastro, identificação, endereço de onde será realizado o atendimento médico, ambulatório ou hospitalar e verificar os encaminhamentos de cada paciente;

e) Ter disponíveis, no período diurno, cômodos para descanso e banho para pacientes em trânsito e pernoite.

4.2.2. ESTRUTURA FÍSICA: As empresas credenciadas deverão manter as instalações físicas e ambientes em bom estado de conservação (sem mofo, descascados e rachaduras nas paredes), segurança, organização, conforto, limpeza e higiene em todos os ambientes (cumprindo rigorosamente o descrito nos requisitos de contratação), sendo que a estrutura deve comportar os pacientes e seus acompanhantes e possuir, necessariamente:

a) Banheiros coletivos com divisórias de vidro e com a divisão masculina e feminina separadas;

b) Banheiros masculinos e femininos separados, compatíveis com o quantitativo de acomodações, possuindo chuveiro quente e frio, sanitários e lavatório;

c) Quarto individual para acomodação de paciente com prescrição de isolamento, com banheiro individual possuindo chuveiro quente e frio, sanitários e lavatório com acesso interno, com utilização a critério do paciente/acompanhante.

d) Toalhas e roupas de cama limpas para uso individual;

e) Quartos e banheiros dotados de medidas que promovam a acessibilidade de pacientes portadores de necessidades especiais, com cadeiras para higiene, cadeiras de rodas e barra de ferro fixa parede;

CONTINUA NA PAGINA SEGUINTE

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná

f) Espaço para guardar roupas e pertences pessoais;
g) Área de lazer com sala de TV e brinquedos;
h) No mínimo, 10 (dez) leitos em sua sede, disponíveis para o município credenciante;
i) Refeitório com mesas e cadeiras.
4.2.3 TRANSPORTE:
a) As empresas credenciadas deverão prestar serviço de traslado aos pacientes e seus acompanhantes, encaminhados pelo Município de Umuarama, da sede da credenciada aos seus respectivos locais de atendimento, e vice-versa em tempo suficiente de chegarem no horário marcado para o atendimento. Para isso, a contratada deverá dispor de transporte regularizado junto ao DETRAN, o qual deverá ficar à disposição dos pacientes;
b) As empresas credenciadas deverão dispor de, no mínimo, 01 (um) veículo com capacidade mínima de 10 (dez) lugares para fins de traslado consoante roteiro descrito no item anterior;
c) As empresas credenciadas deverão dispor de, no mínimo, 01 (um) veículo, com acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais para fins de traslado consoante roteiro descrito;
d) As empresas credenciadas deverão possuir 01 (um) veículo ambulância para transporte de paciente acamado.
4.2.4 ALIMENTAÇÃO:
a) As empresas credenciadas deverão fornecer pensão completa, ou seja, no mínimo 03 (três) refeições diárias (café da manhã, almoço e jantar)
a.1) Cardápio Mínimo / Horários:
- Café da manhã: leite, café, chá, pão, bolacha salgada e doce, opção de geleia e manteiga/margarina, disponível, no mínimo, entre 5:30 e 10:00 horas;
- Almoço com seis pratos quentes, sendo no mínimo um tipo de carne e dois tipos de salada; disponível, no mínimo, entre 11:00 e 14:00 horas;
- Jantar com seis pratos quentes, sendo no mínimo um tipo de carne e dois tipos de salada; disponível, no mínimo, entre 18:00 e 21:00 horas.
a.2) Os horários para refeições deverão ser flexíveis para atender aos pacientes que, em virtude de atraso devido às condições de trânsito, agendamento de consulta, ou motivo de força maior, não possam estar presentes em horário restrito;
b) As empresas credenciadas deverão disponibilizar micro-ondas 24 (vinte e quatro) horas (dia e noite), em local de fácil acesso, para que os pacientes/acompanhantes possam aquecer alimentos/bebidas fora do horário de fornecimento das refeições;
c) As refeições deverão ser fornecidas precedidas de autorização de nutricionistas e de acordo com os padrões de higiene e saúde normalizadas pela Divisão da Vigilância Sanitária;
d) Para pacientes com restrições alimentares, deverá haver o preparo de dietas conforme as solicitações médicas. Não fica obrigada a proponente contratada a fornecer complementos vitamínicos.
4.2.5 Os serviços prestados serão avaliados por meio de visita dos técnicos da Secretaria Municipal de Saúde aos locais contratualizados e entrevista com os pacientes e acompanhantes que fizeram uso dos serviços contratados.
4.3 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:
I – Fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo proceder ao descredenciamento, em caso de má prestação e descumprimento das cláusulas contratuais, com garantia do contraditório;
II – A Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama realizará o acompanhamento da execução dos serviços credenciados por meio de avaliações periódicas, visitas, auditorias, comunicações escritas e outras atividades correlatas, sob responsabilidade de suas Gerências Administrativa, de Vigilância, de Controle/ Avaliação/Auditoria e Financeira, devendo as intercorrências ser registradas em relatórios anexados a documentação do credenciado;
III – Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços;
IV – Efetuar o pagamento à CONTRATADA, através de crédito em conta-corrente, cumprindo todos os requisitos legais;
4.4 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:
I – Executar os serviços em conformidade com as especificações básicas constantes do Edital;
II – Ser responsável, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como: encargos sociais, taxa, impostos, seguros, seguro de acidente de trabalho, transporte, alimentação e outros que venham a incidir sobre o objeto decorrente do credenciamento;
III – Responder por quaisquer prejuízos que vierem a causar ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Umuarama ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;
IV – Manter, durante o período de vigência do credenciamento, todas as condições que ensejaram o credenciamento, informando a Prefeitura Municipal de Umuarama toda e qualquer alteração na documentação, referente a sua habilitação, sob pena de descredenciamento;
V – Justificar ao gestor de sua área deste credenciamento, indicado pela Secretaria Municipal de Saúde, sobre eventuais motivos de força maior que impeçam a execução dos serviços;
VI – Responsabilizar-se integralmente pela execução dos serviços, nos termos fixados neste Edital e na legislação vigente;
VII – Conduzir os trabalhos em total consonância às necessidades das atividades do Tratamento Fora de Domicílio – TFD do Município de Umuarama-PR, de modo a não causar transtornos ao andamento normal de seus serviços;
VIII – Manter as informações e dados dos pacientes em caráter de confidencialidade e sigilo, ficando proibida a sua divulgação para terceiros, exceto se houver prévia autorização;
IX – Observar o estrito atendimento dos valores estabelecidos no Edital e os compromissos morais que devem nortear as ações do credenciado e a conduta no exercício das atividades previstas do Contrato.
X – Fica assegurado aos usuários SUS, todas as normativas previstas na Política Nacional de Humanização. Qualquer tipo de discriminação ou cobrança pelos serviços diretamente ao usuário dará causa para instauração de processo administrativo para aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, garantida defesa na forma da lei;
XI – Manter, durante a vigência deste termo, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
XII – Emitir nota fiscal relativa aos serviços prestados e assumindo o ônus decorrente, por e-mail;
XIII – Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;
XIV – Justificar ao paciente ou a seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional, necessários à execução dos procedimentos previstos neste instrumento;
XV – Comunicar ao Município imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente termo;
XVI – A prestação dos mesmos ora contratados não implica vínculo empregatício nem exclusividade de colaboração entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA.
XVII – Sem prejuízo do acompanhamento, da regulação, da fiscalização e da normatividade suplementar, exercidos pelo CONTRATANTE sobre a execução do objeto deste contrato, fica desde já reconhecida a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção municipal da Secretaria Municipal de Saúde, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.
XVIII – É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a execução do objeto deste contrato, devendo a mesma também arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e fiscais, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONTRATANTE.
XIX – A CONTRATADA se eximirá da responsabilidade de prestar os serviços constantes no presente Contrato, na hipótese de ocorrer atraso superior a noventa (90) dias no pagamento devido pelo CONTRATANTE, ressalvadas às situações de calamidade pública ou grave ameaça da ordem interna ou as situações de urgência e/ou emergência.
XXIV – Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
a) não produziu os resultados acordados;
b) deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida às atividades contratadas;
c) deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
5. DO MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL (Art. 6º, XXIII, alínea 'f', da Lei nº 14.133/21)
5.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
5.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
5.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
5.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
5.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
5.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
5.7 O fiscal acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
5.8 O fiscal anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
5.9 Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
5.10 O fiscal informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
5.11 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor.
5.12 O fiscal deverá comunicar ao gestor, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade à execução do contrato temporária ou à prorrogação contratual.
5.13 O fiscal verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
5.14 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
5.15 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal n.º 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
5.20 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
6. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (Art. 6º, XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/21)
6.1 Serão credenciadas as empresas para o fornecimento de diárias em casa de Apoio na cidade de Curitiba, para atender as demandas do setor de Tratamento Fora do Domicílio da Secretaria Municipal de Saúde, cuja classificação dar-se-á de acordo com a ordem de entrega dos envelopes (item 1.1.1) e com a demanda da Secretaria.
6.2 As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado nos Itens 5 e 6 do modelo de Edital de Chamamento Público (anexo).
6.3 Os critérios de qualificação técnica e econômico-financeira a serem atendidos pelo prestador estão previstos no Edital de Chamamento Público (anexo).
7. DOS CRITÉRIOS E DO PRAZO DE PAGAMENTO (Art. 6º, XXIII, alínea 'h', da Lei nº 14.133/21)
7.1. Os pagamentos dos serviços efetivamente prestados serão realizados exclusivamente por depósito bancário na CONTA CORRENTE vinculada ao CNPJ da credenciada, após a conferência das diárias oferecidas, em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal.
7.1.1 As notas deverão ser encaminhadas mensalmente, sempre a partir do 1º dia útil, com as certidões exigidas no item referente à Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista do edital, em plena validade;
7.1.2. O envio das notas se dará exclusivamente através do e-mail: tfd@umuarama.pr.gov.br e saude@umuarama.pr.gov.br, não sendo necessário enviar em outros e-mails da prefeitura.
7.1.3. No campo da discriminação dos serviços prestados da Nota deverá seguir as normas adotadas por este departamento para fins de auditoria e fiscalização, conforme exemplo:
"Prestação de serviços no mês de xxxxx, de acordo com o Contrato nº 000/0000 – Saúde. Informações bancárias da empresa

Banco: XXXXX | Agência: XXX | Conta: XXXXX"
7.3. As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas ao emitente e seus vencimentos correrão 30 (trinta) dias após a data da sua apresentação corrigida;
7.4. Os encargos sociais já estão incluídos nos valores da hora;
7.5. A contratada deverá informar uma Conta-Corrente ativa, vinculada ao CNPJ, para a efetivação dos pagamentos, mediante comprovação da prestação dos serviços pela escala devidamente atestada pelo encarregado do setor onde foi prestado o serviço;
7.6. Não serão realizados pagamentos de outras formas, como boleto bancário, depósito em conta-salário, ordem de pagamento etc.;
7.7. Em caso de interrupção de serviços ou modificação de procedimentos de forma não combinada entre as partes, os pagamentos mensais deverão ser suspensos, mediante prévia notificação ao credenciado, até que o episódio seja esclarecido pela Gerência Técnica e Gerência Administrativa do local de trabalho e anuência do Secretário(a) de Saúde;
7.8. Na emissão das notas fiscais para fins de pagamento a Contratada deverá observar as regras de retenção do Imposto de Rendas dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, Instrução Normativa RFB nº 2.145, de 26 de junho de 2023, e alterações posteriores, bem como as disposições previstas no Decreto Municipal nº 206/2023 de 17 de julho de 2023, mediante instruções da Secretaria Municipal de Fazenda, sob pena de não aceitação por parte da Contratante.
8. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 6º, XXIII, alínea 'j', da Lei nº 14.133/21)
8.1 Para cobertura das despesas da presente contratação, os recursos correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
Dotação Orçamentária – Recursos Próprios
8.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e da liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.
ANEXO II
MODELO DE REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO NO CREDENCIAMENTO
REF.: CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 012/2024
(Em papel timbrado da empresa)
(Adequar à área pretendida)
A Comissão de avaliação de documentações,
A empresa _____, (razão social), inscrita no CNPJ sob o n.º _____, situada no endereço: _____, na cidade de _____, por meio de seu (sua) representante legal, _____, portador (a) do RG sob o nº _____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____, e vem manifestar seu interesse no credenciamento para prestação de serviços, de acordo com os critérios e condições estabelecidos no Edital de Chamamento Público nº _____ – Credenciamento de Serviços de Saúde:
Item _____ Descrição _____ Valor da diária (média dos orçamentos) Quantidade de diárias oferecidas _____
01 Diária incluindo hospedagem, alimentação e transporte dentro da cidade de Curitiba/PR e região metropolitana. R\$ 110,58
02 Diária em quartos especiais (isolamento) para pacientes, com banheiro acoplado e cozinha apropriada para o preparo da alimentação, incluindo transporte dentro da cidade de Curitiba/PR e região metropolitana. R\$ 157,87
Informações Bancárias da Empresa
Banco: XXXXX
Agência: 0000-0
C/C: 00000-0
Umuarama, 00 de XXXXXXXX de 2024
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CNPJ nº XXXXXXXX
(ASSINAR E CARIMBAR)
Assinatura do representante legal da pessoa jurídica (empresa)
ANEXO III
MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE UNIFICADA
REF.: CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 012/2024
Ao (A) Presidente da Comissão Técnica de Credenciamento,
Prezado (a) Senhor (a):
Pelo presente instrumento, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na _____, por meio de seu representante legal infra-assinado, DECLARA:
a) Para os devidos fins, que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação na presente Concorrência Eletrônica, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
b) Para os devidos fins, que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público;
c) Estar ciente e concordar com as exigências contidas no Edital e seus anexos;
d) Para os fins do disposto no inciso XXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos de idade, em cumprimento ao que determina o inciso VI, do art. 68, da Lei 14.133/2021;
e) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93, da Lei nº 8.213/91;
f) Para os devidos fins, que não possui nenhum vínculo com o Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Secretários Municipais, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguâneo, até o segundo grau, ou por adoção, bem como também não possui em seu quadro social, nenhum Servidor do Município;
g) Que a empresa não contrará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal);
h) a ciência de que o atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), para a execução do serviço objeto deste edital e em decorrência de obrigações legais e cumprimento do edital/instrumento contratual, notadamente em cumprimento da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), da Legislação de Licitações e determinações legais emanadas dos Órgãos de Controle, o Município terá acesso aos dados pessoais dos representantes da LICITANTE/CONTRATADA, tais como: número do CPF, RG, telefone, endereço físico e eletrônico, e todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, e poderá dar o tratamento legal aos mesmos, inclusive para atendimento de exigências legais e de controle interno;
i) Para os devidos fins, que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concorda que a Contratada seja encaminhada para o seguinte endereço:
E-mail: _____
Telefone: () _____
J) Que caso atore o citado e-mail ou telefone, compromete-se a protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo e Arquivo do Município, sob pena de sermos considerados como intimados pelos meios anteriormente fornecidos;
K) Que nomeia e constitui o (a) senhor (a) _____, portador (a) do CPF/ME sob nº _____, para ser o (a) responsável para acompanhar a execução do contrato, referente à Concorrência Eletrônica nº _____ e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no Contrato.
Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.
_____, em _____ de 20 ____.

Assinatura e Carimbo do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)
ANEXO IV
MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº ____/2024
Pelo presente instrumento de contrato que entre si celebram de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UMUARAMA, inscrito no CNPJ sob nº 08.931.506/0001-26, com sede à Rua Ministro Oliveira Salazar, 4150, nesta cidade de Umuarama - Pr, neste ato representado pelo Secretário de Saúde Sr. EDSON DOS SANTOS SOUZA, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob nº 301.725.598-04, portador da Cédula de Identidade RG nº 34055782 SESP/SP, residente e domiciliado nesta cidade de Umuarama, Estado do Paraná, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede à Rua _____, nº _____ – CEP: _____, na cidade de Umuarama-PR, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por seu sócio administrador _____, brasileiro(a), nacionalidade _____, estado civil, profissão _____, portador do RG nº _____, e inscrito no CPF sob o nº _____, residente e domiciliado nesta cidade de Umuarama-PR, resolvem firmar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir inúmeras:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo nº _____, no Processo de Inexigibilidade de Licitação nº _____, ratificado em _____ de _____ de _____, publicado no Jornal Umuarama Ilustrado, de _____ de _____ de edição nº _____, que integra o presente Termo e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em especial no art. 74, inciso IV, da Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/90, da Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017, da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, do Decreto Municipal nº 067, de 08 de março de 2023, bem como nas demais legislações aplicáveis.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para o fornecimento de diárias em Casa de Apoio na cidade de Curitiba, para atender as demandas do setor de Tratamento Fora do Domicílio (TFD) da Secretaria Municipal de Saúde, em razão de seu credenciamento no Edital de Chamamento Público nº 012/2024.
Descrição: Votar mensal (até) _____ Votar total anual _____
Parágrafo Primeiro: Os serviços objeto da presente contratação são caracterizados como comuns e possuem natureza contínua, nos termos do art. 6º, incisos XIII e XV, respectivamente, da Lei Federal nº 14.133/2021.
Parágrafo Segundo: Vinculam esta contratação, independente de transcrição:
I – O Termo de Referência;
II – A Proposta da Contratada;
III – Eventuais anexos e documentos presentes no Processo de Inexigibilidade ____/2024 – SAÚDE.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA INDICAÇÃO DE GESTOR E FISCAL (IS): De acordo com os requisitos exigidos no artigo 2º, da Instrução Normativa nº 03/2009 de 22 de junho de 2009 da Divisão de Controle Interno da Prefeitura Municipal de Umuarama-Pr, indica-se como GESTOR (A) DE CONTRATO do presente contrato o Sr.(Sra.) _____, inscrito no CPF sob nº _____, da Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama e GESTOR (A) SUBSTITUTO (A) DE CONTRATO o Sr.(Sra.) _____, inscrito no CPF sob nº _____, da Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama – Pr. E FISCAL SUBSTITUTO (A) DE CONTRATO: o Sr.(Sra.) _____, inscrito no CPF sob nº _____, da Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama.
CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO: O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, tendo início em _____ de 2024 e com término em _____ de _____ de 2025, contudo prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.
Parágrafo Primeiro: O presente contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que a autoridade competente ateste que:
I – As condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a contratada;
II – A Contratada mantém todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação, de acordo com o Artigo 92, inciso XVI, da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente o atestado de exclusividade, utilizado para fundamentar a presente contratação.
Parágrafo Segundo: A Contratada não poderá ser sujeito à prorrogação contratual.
Parágrafo Terceiro: A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
Parágrafo Quarto: Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação, deverão ser reduzidos ou eliminados caso de condição para a renovação.
Parágrafo Quinto: O contrato não poderá ser prorrogado quando a Contratada tiver sido penalizada nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.
Parágrafo Sexto: A Autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar sempre de forma escrita, a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual/prorrogação contratual.
Parágrafo Sétimo: A Administração deverá atestar, no início de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção, caso a Contratante opte pela prorrogação do presente instrumento contratual.
Parágrafo Oitavo: A Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, nos casos do art. 106, inciso III e seus parágrafos.”
CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO
I – O valor anual do objeto do presente contrato é de R\$ _____, de acordo com os valores constantes na Tabela do Chamamento 012/2024 – Credenciamento de Serviços de Saúde.
II – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação;
III – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à Contratada dependerão dos elementos fornecidos.
Parágrafo Primeiro: Dos valores que a se refere esta cláusula, será abatido o montante devido a título de ISSQN, nos termos da Legislação Municipal em vigor.

Parágrafo Segundo: Caso o objeto deste contrato se enquadre na Legislação em vigor, o Município fará a retenção de 11% (onze por cento) de INSS sobre a mão de obra utilizada, nos termos da IN-SRP 03/2005, devendo, para apuração da base de cálculo, deduzir os valores relativos à utilização de equipamentos e materiais previstos neste contrato.
Parágrafo Terceiro: O Município fará a retenção do Imposto de Renda (IR), nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012 e da Instrução Normativa RFB nº 2.145, de 26 de junho de 2023, e alterações; bem como do Decreto Municipal nº 206/2023 de 17 de julho de 2023, mediante instruções da Secretaria Municipal de Fazenda.
CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO: O pagamento será realizado por meio de ordem bancária para crédito em banco, agência e conta-corrente, a serem indicados pela Contratada.
CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
I – Os pagamentos dos serviços efetivamente prestados serão realizados exclusivamente por depósito bancário na CONTA CORRENTE vinculada ao CNPJ da credenciada, após a conferência das diárias oferecidas, em até 30 (trinta) dias após a apresentação da Nota Fiscal.
II – As notas deverão ser encaminhadas mensalmente, sempre a partir do 1º dia útil, com as certidões exigidas no item referente à Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista do edital, em plena validade;
III – O envio das notas se dará exclusivamente através do e-mail: tfd@umuarama.pr.gov.br e saude@umuarama.pr.gov.br, não sendo necessário enviar em outros e-mails da prefeitura.
IV – No campo da discriminação dos serviços prestados da Nota deverá seguir as normas adotadas por este departamento para fins de auditoria e fiscalização, conforme exemplo:
"Prestação de serviços médicos no mês de novembro, de acordo com o Contrato nº 000/0000 – Saúde. Informações bancárias da empresa
Banco: XXXXX | Agência: XXX | Conta: XXXXX"
VI – As Notas Fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas ao emitente e seus vencimentos correrão 30 (trinta) dias após a data da sua apresentação corrigida;
VII – Os encargos sociais já estão incluídos nos valores dos serviços;
VIII – A contratada deverá informar uma Conta-Corrente ativa, vinculada ao CNPJ, para a efetivação dos pagamentos, mediante comprovação da prestação dos serviços pela escala devidamente atestada pelo encarregado do setor onde foi prestado o serviço;
IX – Não serão realizados pagamentos de outras formas, como boleto bancário, depósito em conta-salário, ordem de pagamento etc.;
X – Nos casos de ocorrência de interrupção de serviços ou modificação de procedimentos de forma não combinada entre as partes, os pagamentos mensais deverão ser suspensos, mediante prévia notificação ao credenciado, até que o episódio seja esclarecido pela Gerência Técnica e Gerência Administrativa do local de trabalho e anuência do Secretário(a) de Saúde;
XI – Na emissão das notas fiscais para fins de pagamento a Contratada deverá observar as regras de retenção do Imposto de Rendas dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, Instrução Normativa RFB nº 2.145, de 26 de junho de 2023, e alterações posteriores, bem como as disposições previstas no Decreto Municipal nº 206/2023 de 17 de julho de 2023, mediante instruções da Secretaria Municipal de Fazenda, sob pena de não aceitação por parte da Contratante.
Parágrafo Primeiro: A Contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação/contratação, de acordo com o Artigo 92, inciso XVI da Lei Federal nº 14.133/2021.
Parágrafo Segundo: O pagamento a que se refere esta cláusula, fica condicionado à apresentação da nota fiscal/fatura, que deverá, obrigatoriamente, vir acompanhada da comprovação de regularidade fiscal da Contratada, verificada por meio dos documentos elencados no art. 68, da Lei Federal nº 14.133/2021.
Parágrafo Terceiro: Constatando-se quaisquer irregularidades por parte da contratada, será providenciada a notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
Parágrafo Quarto: Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
Parágrafo Quinto: Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
Parágrafo Sexto: Havendo a efetiva execução do objeto, o pagamento será realizado normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.
Parágrafo Sétimo: As notas fiscais deverão ser encaminhadas à Secretaria Municipal de Saúde.
CLÁUSULA OITAVA – DA EMISSÃO DE NOTA FISCAL/FATURA/RECIBO: A CONTRATADA, quando da emissão de notas fiscais/recibo, deverá fazer constar o Processo de Inexigibilidade nº _____, e o Contrato de Prestação de Serviços nº ____/2024 – SAÚDE.
Parágrafo Único: As notas fiscais/faturas ou os recibos deverão ser emitidos em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com CNPJ nº 08.931.506/0001-26, com as informações contidas na Nota de Empenho.
CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE
I – Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 01 (um) ano, contado da data do contrato, de acordo com o art. xx de xxxx de 2024.
II – Após o interregno de 01 (um) ano da data do contrato emendada e mediante solicitação da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Locatário, do Índice IPCA/IBGE do período, e em sua falta, aplicar-se-á o Índice fixado pelo Governo Federal, no período do reajuste, legalmente permitido à época, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, nos termos do §7º, do art. 25, da Lei nº 14.133/2021;
III – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;
IV – No caso de atraso ou não divulgação do Índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o Índice definitivo;
V – Nas aferições finais, o Índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;
VI – Caso o Índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor, conforme disposto no inciso I desta cláusula;
VII – Na ausência de previsão legal para o reajuste, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;
VIII – O reajuste será realizado por meio de termo aditivo.
CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Para cobertura das despesas do presente contrato, os recursos correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Dotação Orçamentária – Recursos Próprios / Recurso Estadual / Recurso Federal.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL:
I – O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
II – Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
III – As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
IV – O gestor do contrato poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
V – Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da Contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
VI – A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
VII – O fiscal acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
VIII – O fiscal anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
IX – Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
X – O fiscal informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
XI – No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor.
XII – O fiscal deverá comunicar ao gestor, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade à execução do contrato temporária ou à prorrogação contratual.
XIII – O fiscal verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
XIV – Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
XV – O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133/2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
XX – O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL:
I – Na execução do presente contrato, os papéis deverão observar as seguintes condições:
a) O acesso aos serviços do SUS faz-se exclusivamente pela Secretaria Municipal de Saúde;
b) O objeto do presente contrato será realizado conforme encaminhamento a ser efetuado pela Secretaria Municipal de Saúde;
c) As ações e os serviços de saúde executados são dotados de gratuidade, não podendo haver cobrança aos usuários ou seus acompanhantes, OU qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados nos termos deste contrato;
d) Os serviços ora contratados serão prestados diretamente pela CONTRATADA;
e) A execução do objeto dar-se-á segundo princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde – SUS, regulamentados pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 199, com observância integral dos protocolos técnicos de atendimento e regulamentos estabelecidos pelo Ministério da Saúde e respectivos gestores do SUS;
f) A CONTRATADA deverá prestar atendimento humanizado, de acordo com a Política Nacional de Humanização do SUS;
g) É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATANTE o fornecimento de todos os insumos necessários à execução do objeto deste contrato, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONTRATADA;
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO: Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS DE EXECUÇÃO:
I – As empresas credenciadas deverão:
a) Prestar serviços de hospedagem especializada a pacientes em tratamento de saúde, com atendimento 24 (vinte e quatro) horas, com disponibilização de berços para acomodação de bebês ou crianças que deles necessitem, segundo pedido do contratante ou responsável pela criança;
b) Disponibilizar roupas de cama e banho, esterilizadas equivalentes ao quantitativo máximo de acomodações;
c) Dispor de quartos individuais (isolamento), para o paciente e acompanhante conforme indicação médica, transplantados, pós-cirúrgicos ou terminais;
d) Recepcionar os usuários com informes gerais sobre os serviços ofertados por ela, seguidos de orientação para o atendimento médico, odontológico, enfermagem, fisioterapia, fonoaudiologia, atendimento médico, ambulatorial ou hospitalar e verificar os encaminhamentos de cada paciente;
e) Ter disponíveis, no período diurno, cômodos para descanso e banho para pacientes em trânsito e pernoite.
II – ESTRUTURA FÍSICA: As empresas credenciadas deverão manter as instalações físicas e ambientes em bom estado de conservação (sem mofo, descascados e rachaduras nas

CONTINUA NA PAGINA SEGUINTE

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

Estado do Paraná
paredes), segurança, organização, conforto, limpeza e higiene em todos os ambientes (cumprindo rigorosamente o descrito nos requisitos de contratação), sendo que a estrutura deve comportar os pacientes e seus acompanhantes e possuir, necessariamente:
a) Quartos coletivos, com alas masculina e feminina separadas, com acomodações individuais;
b) Banheiros masculinos e femininos separados, compatíveis com o quantitativo de acomodações, possuindo chuveiro quente e frio, sanitários e lavatório;
c) Quarto individual para acomodação de paciente com prescrição de isolamento, com banheiro individual possuindo chuveiro quente e frio, sanitários e lavatório com acesso interno, com utilização a critério do paciente/acompanhante.
d) Toalhas e roupas de cama limpas para uso individual;
e) Quartos e banheiros dotados de medidas que promovam a acessibilidade de pacientes portadores de necessidades especiais, com cadeiras para higiene, cadeiras de rodas e barra de ferro fixa parede;
f) Espaço para guardar roupas e pertences pessoais;
g) Área de lazer com sala de TV e brinquedos;
h) No mínimo, 10 (dez) leitos em sua sede, disponíveis para o município credenciante;
i) Refeitório com mesas e cadeiras.
III – TRANSPORTE:
a) As empresas credenciadas deverão prestar serviço de traslado ao pacientes e seus acompanhantes, encaminhados pelo Município de Umuarama, da sede da credenciada aos seus respectivos locais de atendimento, e vice-versa em tempo suficiente de chegarem no horário marcado para o atendimento. Para isso, a contratada deverá dispor de transporte regularizado junto ao DETRAN, o qual deverá ficar à disposição dos pacientes;
b) As empresas credenciadas deverão dispor de, no mínimo, 01 (um) veículo com capacidade mínima de 10 (dez) lugares para fins de traslado conforme roteiro descrito no item anterior;
c) As empresas credenciadas deverão dispor de, no mínimo, 01 (um) veículo, com acessibilidade para pessoas portadoras de necessidades especiais para fins de traslado conforme roteiro descrito;
d) As empresas credenciadas deverão possuir 01 (um) veículo ambulância para transporte de paciente acamado.
IV – ALIMENTAÇÃO:
a) As empresas credenciadas deverão fornecer pensão completa, ou seja, no mínimo 03 (três) refeições diárias (café da manhã, almoço e jantar)
a.1) Cardápio Mínimo / Horários:
- Café da manhã: leite, café, chá, pão, bolacha salgada e doce, opção de geleia e manteiga/margarina, disponível, no mínimo, entre 5:30 e 10:00 horas;
- Almoço com seis pratos quentes, sendo no mínimo um tipo de carne e dois tipos de salada; disponível, no mínimo, entre 11:00 e 14:00 horas;
- Jantar com seis pratos quentes, sendo no mínimo um tipo de carne e dois tipos de salada; disponível, no mínimo, entre 18:00 e 21:00 horas.
a.2) Os horários para refeições deverão ser flexíveis para atender aos pacientes que, em virtude de atraso devido às condições de trânsito, agendamento de consulta, ou motivo de força maior, não possam estar presentes em horário restrito;
b) As empresas credenciadas deverão disponibilizar micro-ondas 24 (vinte e quatro) horas (dia e noite), em local de fácil acesso, para que os pacientes/acompanhantes possam aquecer alimentos/bebidas fora do horário de fornecimento das refeições;
c) As refeições deverão ser preparadas de acordo com o acompanhamento de nutricionistas e de acordo com os padrões de higiene e saúde normalizadas pela Divisão da Vigilância Sanitária;
d) Para pacientes com restrições alimentares, deverá haver o preparo de dietas conforme as solicitações médicas. Não fica obrigada a proponente contratada a fornecer complementos vitamínicos.
V – Os serviços prestados serão avaliados por meio de visita dos técnicos da Secretaria Municipal de Saúde aos locais contratualizados e entrevista com os pacientes e acompanhantes que fizeram uso dos serviços contratados.
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO
I – O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato, consistem na verificação da conformidade dos serviços realizados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos artigos 117 e incisos da Lei Federal nº 14.133/2021;
II – A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Edital e no presente contrato;
III – O fiscal do contrato deverá acompanhar todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, conforme §1º, do artigo 117, da Lei Federal nº 14.133/2021;
IV – A conformidade da prestação dos serviços deverá ser verificada junto ao documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas;
V – A Contratada deverá manter preposto, aceito pelo Contratante, com poderes para solucionar demandas oriundas da execução do contrato, nos termos do art. 118, da Lei Federal nº 14.133/2021;
VI – O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;
VII – Ficam designados para as funções de gestor, fiscal e fiscal substituto, nos termos dos artigos 7º e 117, Lei Federal nº 14.133/2021, os servidores indicados na cláusula terceira do presente contrato;
VIII – A fiscalização de que trata esta cláusula, não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, conforme artigo 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.
Parágrafo Primeiro: A fiscalização exercida pelo CONTRATANTE sobre os serviços contratados, não eximirá a CONTRATADA de suas responsabilidades perante o próprio CONTRATANTE, ou para com os pacientes ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato.
Parágrafo segundo: A CONTRATADA facilitará ao CONTRATANTE o acompanhamento e a fiscalização permanente dos serviços, e prestará todos os esclarecimentos que lhes forem solicitados.
Parágrafo terceiro: Em qualquer hipótese estará assegurado à CONTRATADA o direito à ampla defesa e ao contraditório, nos moldes da legislação em vigor.
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE: Além das obrigações exigidas em Lei, a CONTRATANTE deverá:
I – Fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo proceder ao descredenciamento, em caso de má prestação e descumprimento das cláusulas contratuais, com garantia do contraditório;
II – A Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama realizará o acompanhamento da execução dos serviços credenciados por meio de avaliações periódicas, visitas, auditorias, comunicações escritas e outras atividades correlatas, sob responsabilidade de suas Gerências Administrativa, de Vigilância, de Controle/Avaliação/Auditoria e Financeira, devendo as intercorrências ser registradas em relação anexada à documentação do credenciado;
III – Notificar a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços;
IV – Efetuar o pagamento à CONTRATADA, através de crédito em conta corrente, cumprindo todos os requisitos legais;
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: Além das obrigações exigidas em Lei, a CONTRATADA deverá:
I – Executar os serviços em conformidade com as especificações básicas constantes do Edital;
II – Ser responsável por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços, tais como: encargos sociais, taxa, impostos, seguros, seguro de acidente de trabalho, transporte, alimentação e outros que venham a incidir sobre o objeto decorrente do credenciamento;
III – Responder por quaisquer prejuízos que vierem a causar ao patrimônio da Prefeitura Municipal de Umuarama ou a terceiros, decorrentes de ação ou omissão culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;
IV – Manter, durante o período de vigência do credenciamento, todas as condições que ensejaram o credenciamento, sob pena de suspensão ou cancelamento de Umuarama toda e qualquer alteração na documentação, referente a sua habilitação, sob pena de descredenciamento;
V – Justificar ao gestor de sua área deste credenciamento, indicado pela Secretaria Municipal de Saúde, sobre eventuais motivos de força maior que impeçam a execução dos serviços;
VI – Responsabilizar-se integralmente pela execução dos serviços, nos termos fixados neste Edital e na legislação vigente;
VII – Conduzir os trabalhos em total consonância às necessidades das atividades de Tratamento Fora de Domicílio – TFD do Município de Umuarama-PR, de modo a não causar transtornos ao andamento normal das atividades;
VIII – Manter as informações e dados dos pacientes em caráter de confidencialidade e sigilo, ficando proibida a sua divulgação para terceiros, exceto se houver prévia autorização;
IX – Observar o estrito atendimento dos valores estabelecidos no Edital e os compromissos morais que devem nortear as ações do credenciado e a conduta no exercício das atividades previstas do Contrato;
X – Fica assegurado aos usuários SUS, todas as normativas previstas na Política Nacional de Humanização. Qualquer tipo de discriminação ou cobrança pelos serviços diretamente ao usuário dará causa para instauração de processo administrativo para aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, garantida defesa na forma da lei;
XI – Manter, durante a vigência deste termo, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas;
XII – Emitir nota fiscal relativa aos serviços executados, e encaminhar por e-mail;
XIII – Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade na prestação de serviços;
XIV – Justificar ao paciente ou a seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional, necessários à execução dos procedimentos previstos neste instrumento;
XV – Comunicar ao Município imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente termo;
XVI – A prestação dos serviços ora contratados não implica vínculo empregatício nem exclusividade de colaboração entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA.
XVII – Sem prejuízo do acompanhamento, da regulação, da fiscalização e da normatividade suplementar, exercidos pelo CONTRATANTE sobre a execução do objeto deste contrato, fica desde já reconhecida a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção municipal da Secretaria Municipal de Saúde, decorrente da Lei Orgânica da Saúde.
XVIII – É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a execução do objeto deste contrato, devendo a mesma também arcar com todos os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais e fiscais, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONTRATANTE.
XIX – A CONTRATADA se eximirá da responsabilidade de prestar os serviços constantes no presente Contrato, na hipótese de ocorrer atraso superior a noventa (90) dias no pagamento devido pelo CONTRATANTE, ressalvadas as situações de calamidade pública ou grave ameaça da ordem interna ou as situações de urgência e/ou emergência.
XXIV – Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
a) não produziu os resultados acordados;
b) deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;
c) deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
I – Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:
a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato, que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame/execução do contrato;
e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado;
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica/processo de inexigibilidade ou execução do contrato;
i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
l) praticar ato lesivo, previsto no artigo 5º, da Lei nº 12.846 de 1º de agosto de 2013;
m) Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas, as seguintes sanções:
a) Advertência, quando a Contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §2º da Lei Federal nº 14.133/2021);
b) Impedimento de licitar e contratar, por prazo não superior a 03 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f" e "g" do inciso acima descrito, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §4º da Lei Federal nº 14.133/2021);
c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos, e máximo de 06 (seis) anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "h", "i", "j", "k" e "l" do inciso acima descrito, bem como nas alíneas "b", "c", "d", "e", "f", e "g", que justifiem a imposição de penalidade mais grave (artigo 156, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021);
d) Multa:
1. Moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado, sobre o valor total do contrato;
2. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
III – O atraso superior a 90 (noventa) dias úteis, autoriza a Administração promover a rescisão

do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021);
IV – A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (artigo 156, §9º, da Lei Federal nº 14.133/2021);
V – Antes da aplicação de multa, será facultada a defesa do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data de sua intimação (artigo 157, da Lei Federal nº 14.133/2021);
VI – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada (quando houver) ou será cobrada judicialmente (artigo 156, §8º, da Lei Federal nº 14.133/2021);
VII – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;
VIII – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do artigo 158, da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar;
IX – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º):
a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
b) As peculiaridades do caso concreto;
c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) Os danos que dela provierem para a Contratante;
e) A implantação ou o azeiteamento de programa de integridade, conforme normas e padrões de controle;
f) A aplicação de sanções previstas no Edital e no presente contrato;
Parágrafo Primeiro: A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração, ora Contratante, a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato, com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/21.
Parágrafo Segundo: Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
Parágrafo Terceiro: A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).
Parágrafo Quarto: O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contados da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161).
Parágrafo Quinto: As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar não impedem a execução do contrato, desde que atendidos os requisitos constantes no art. 163, da Lei Federal nº 14.133/21.
CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA: A CONTRATADA É responsável pela indenização de dano causado ao paciente e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ação ou omissão voluntária ou de negligência, imperícia ou imprudência, praticadas pelo profissional e seus empregados, ficando assegurado ao CONTRATANTE o direito de regresso.
Parágrafo Único: A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste contrato pelos órgãos competentes da Secretaria Municipal de Saúde não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, nos termos da legislação referente a licitações e contratos administrativos.
CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO: O CONTRATANTE poderá fazer uso das prerrogativas previstas no art. 104, da Lei Federal nº 14.133/2021.
CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO
I – O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridos ou não as obrigações de ambas as partes contratantes.
II – O contrato poderá ser extinguido antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
III – Quando a não conclusão do contrato ocorrer no item anterior decorrer de culpa da Contratada:
a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
IV – O contrato poderá ser extinguido antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos nos artigos 137 a 139, da Lei Federal nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
a) Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;
b) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;
c) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
V – A extinção do presente termo de contrato poderá ocorrer:
a) Por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
b) De forma consensual, por acordo entre as partes, conciliação, mediação ou comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
c) Por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
VI – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:
a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
c) Indenizações e multas;
Parágrafo Primeiro: A extinção por ato unilateral do CONTRATANTE, sujeitará a CONTRATADA à multa rescisória de até 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do contrato existente na data da extinção, independentemente de outras penalidades.
Parágrafo Segundo: O valor do prejuízo do CONTRATANTE, advindo da extinção contratual por culpa da CONTRATADA, exceder o valor da Cláusula Penal prevista no parágrafo anterior, esta valerá como mínimo de indenização, na forma do disposto no art. 416, parágrafo único, do Código Civil.
Parágrafo Terceiro: A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual, deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA ANTICORRUPÇÃO: As partes declaram conhecer as normas sobre prevenção à corrupção, previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos; e para a execução deste contrato, se comprometem que nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria, quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.
CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO/ PROPOSTA: O presente contrato é oriundo do Processo Administrativo nº _____ - Processo de Inexigibilidade de Licitação nº _____/2024 – Saúde, bem como vincula-se à proposta da empresa vencedora, ora CONTRATADA.
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DA CESSAÇÃO/TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO: A CONTRATADA não poderá cessar o contrato, sob pena de multa, e os direitos e as obrigações oriundas deste contrato, sem prévio e expresso consentimento do CONTRATANTE, sob pena de rescisão de pleno direito, sujeitando o inadimplemento às sanções previstas neste contrato.
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DESPESAS E ENCARGOS SOCIAIS: Correrão à conta da CONTRATADA todas as despesas e encargos de natureza trabalhista, previdenciária, social ou tributária, incidentes sobre os serviços/execução do objeto deste Contrato.
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: Os casos omissos serão dirimidos de comum acordo entre as partes, sob base na legislação em vigor, sobretudo na Lei nº 14.133/2021 e pelos preceitos de direito público, sendo aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
Parágrafo Único: Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida lei, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.
CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA: A abstenção por parte do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ora CONTRATANTE, da utilização de quaisquer direitos ou faculdades que lhe assistam em razão deste contrato e/ou da lei, não importará em renúncia destes mesmos direitos ou faculdades, que deverão ser exercidos a qualquer tempo.
CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES:
I – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes, da Lei nº 14.133/2021 e serão analisadas por meio de processo administrativo próprio;
a) Em caso de aprovação, o processo administrativo resultará na emissão de Anexo/Termo Aditivo, o qual integrará o presente instrumento contratual para todos os fins e efeitos de direito, bem como será divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial/jornal de circulação local regional;
II – Os serviços não ajustados no presente contrato, que porventura venham a ser solicitados pelo CONTRATANTE, serão analisados individualmente, nos moldes expostos no inciso I, "a" desta cláusula, bem como nos termos e condições das cláusulas obrigatórias constantes do presente instrumento e respeitados os limites da Lei nº 14.133/21;
a) A CONTRATADA é obrigada aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;
b) As supressões ou reduções de acordo celebrado entre as partes contratantes, poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.
CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DA OBRIGATORIEDADE DAS COTAS DE APRENDIZES:
I – Nos casos de contratação e/ou prestação de serviços terceirizados que envolvam mão de obra cujas atividades demandem formação profissional competirá às partes contratantes:
a) Dentre os aprendizes a serem contratados (as) pela Contratada, a mesma deverá priorizar a contratação de adolescentes entre 14 (quatorze) e 18 (dezoito) anos, que estejam em situação de vulnerabilidade social, nos termos do artigo 53, caput, incisos I a III e §2º, do Decreto Presidencial nº 9.579 de 22 de novembro de 2018, com redação conferida pelo Decreto Presidencial nº 11.479 de 06 de abril de 2023;
b) Responsabilidade da empresa Contratada a comprovação da condição de vulnerabilidade e/ou risco social por meio da apresentação de declaração emitida pela Assistência Social do Município em que ocorrerá a execução do contrato de trabalho de aprendizagem;
c) A Contratante não promoverá contratação com empresas que se encontrem em descumprimento da cota de aprendizes, considerando que a inobservância da respectiva obrigação implica reconhecer a ausência de habilitação social e trabalhista;
d) Caberá à Contratante estabelecer mecanismos efetivos de controle, durante a execução do contrato, quanto à obrigação de cumprimento da cota de aprendizes pelas empresas contratadas, não sendo suficiente a apresentação de autodeclaração pela empresa, incluindo ainda a fiscalização quanto ao cumprimento das demais obrigações trabalhistas e previdenciárias;
e) Caberá à Contratada a averiguação do cumprimento ou não da cota de aprendizes por intermédio do local disponibilizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego: <https://certidões.st.trabalho.gov.br/aprendiz> (e em sua falta outro método fixado pelo Governo Federal para consulta) emitindo a respectiva certidão de regularidade.
e.1) Durante a fase da execução contratual, a certidão de regularidade de cota de aprendizes deverá ser exibida pela Contratada em conjunto com a apresentação da nota fiscal dos serviços prestados, independente da determinação da sua apresentação por parte da Contratante, para fins de pagamento.
f) A Contratante incumbir-se-á de fiscalizar, durante toda a execução contratual, o cumprimento da cota de aprendizes pela empresa Contratada, consistindo na obrigatoriedade de empregar e obrigá-los nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem ou, supletivamente, em escolas técnicas ou entidades sem fins lucrativos, número de aprendizes equivalente a 5% (cinco por cento) no mínimo, e 15% (quinze por cento) no máximo, dos (as) trabalhadores (as) existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional, conforme a Classificação Brasileira de Ocupações.
CLÁUSULA TRIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO: O CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do presente contrato, no Diário Oficial do Município de Umuarama/PR e/ou em jornal de circulação local ou regional, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para fins de garantia à ampla publicidade, conforme artigo 94, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e artigo 19, da Lei Municipal nº 4.618 de 1º de dezembro de 2022.
CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO: É eleito o Foro da Comarca de Umuarama, Estado do Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato, que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21. Justas e contratadas, as partes firmam este instrumento com as testemunhas presentes ao ato, e de que produz os seus efeitos legais.
Umuarama, de _____ de 2024.
EDSON DOS SANTOS SOUZA
Secretário Municipal de Saúde
Contratante
EMPRESA
Contratada
GESTOR (A):
FISCAL:
TESTEMUNHAS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICARAIMA

Estado do Paraná
DECRETO Nº 7.223/2024
SÚMULA: Autoriza abertura de Créditos Suplementar por Superávit Financeiro e dá outras providências.
O Prefeito Municipal de Icaraima, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 4º, inciso III, da Lei Orçamentária nº 1.911 de 16 de Dezembro de 2023.
DECRETA:
Art. 1º. Fica aberto Créditos Suplementar por Superávit Financeiro no corrente exercício financeiro de 2024, inclusão/alteração dos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício de 2024 e do Plano Plurianual de 2022 a 2025 e Programação Financeira no limite de R\$ 900,00 (novecentos reais), referente aos saldos disponíveis em banco do exercício financeiro de 2023, sem comprometimento financeiro, nos termos da Instrução Técnica nº 038/2005 e suas atualizações, de acordo com a seguinte ordem classificatória:
11 SECRETARIA MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL
11.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.244.0022.2.067 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
3.3.90.39.00.00 815 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 900,00
FONTE 3919 PROG. FORTALECIMENTO EMERG. DO ATEND CADASTRO UNICO - PROCAD-SUAS - RESOL CNAS/MSDS 96/2023 - EX. ANT. 900,00
Art. 2º. Como recurso, para cobertura do Crédito autorizado pelo Art. 1º, o Poder Executivo Municipal utilizar-se-á do superávit financeiro, referente aos saldos disponíveis em banco do exercício financeiro de 2023, sem comprometimento financeiro, nos termos da Instrução Técnica nº 038/2005 e suas atualizações, de acordo com a seguinte fonte de recurso:
FONTE DESCRIÇÃO/VALOR
3919 PROG. FORTALECIMENTO EMERG. DO ATEND CADASTRO UNICO - PROCAD-SUAS - RESOL CNAS/MSDS 96/2023 - EX. ANT. 900,00
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário e este Decreto entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Prefeitura Municipal de Icaraima, aos 25 dias do mês de Outubro de 2024.
MARCOS ALEX DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASILÂNDIA DO SUL

Estado do Paraná
Av. Adão Archanjo Dal Bem, nº 882 - 14640m (41) 3654-1235, Fax (41) 3654-1289
e-mail: leis@brasilndia.brazil.com

LEI N.º 837/2024

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar Termo de Colaboração ou Subvenção Financeira, com a Associação dos Pequenos e Médios Agricultores de Brasilândia do Sul - APMA, para realização do evento denominado de Expo Brasilândia 2024, e dá outras providências.

O povo do Município de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná, através de seus representantes na Câmara Municipal, **APROVOU**, e Eu, **ALEX ANTONIO CAVALCANTE**, Prefeito Municipal, **SANCIONO** a seguinte **LEI**:

Art. 1.º - Esta Lei autoriza o Poder Executivo Municipal, no exercício financeiro de 2024, a celebrar termo de colaboração ou subvenção financeira, para repasse de incentivo no valor de até **R\$270.000,00 (duzentos e setenta mil reais)**, à APMA - Associação de Pequenos e Médios Agricultores de Brasilândia do Sul, regular e devidamente inscrita no CNPJ/MF sob n.º 04.310.648/0001-15, visando a realização e organização do evento denominado de EXPO BRASILÂNDIA 2024, na cidade de Brasilândia do Sul, Estado do Paraná.

§1.º - O valor supracitado destinar-se-á ao custeio das seguintes despesas: estrutura e cenografia; comunicação visual; equipamentos de áudio e vídeo; gerador de energia; e, shows artísticos.

§2.º - A entidade deverá disponibilizar, sem qualquer custo aos municípios e participantes, a entrada gratuita aos espaços destinados ao público em geral, para assistirem ao rodeio, shows e demais atividades que serão realizados durante todos os dias do evento.

Art. 2.º - A referida entidade fica obrigada a efetuar a devida prestação de contas do valor a ser repassado, tudo nos termos da Lei Federal de nº 13.019/14, de 31 de julho de 2014, seja perante o Município, seja perante o Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 3.º - Fica o Executivo Municipal autorizado a disponibilizar maquinários e funcionários da municipalidade para uso na limpeza e manutenção dos serviços públicos no local do evento, bem como para todas as demais necessidades decorrentes da realização do mesmo.

Art. 4.º - A entidade se responsabilizará por quaisquer incidentes que venham a ocorrer, seja de ordem administrativa, civil ou criminal, no que se refere à organização e realização das festividades supracitadas.

Art. 5.º - É de total responsabilidade da entidade as despesas do evento que excederem o valor descrito no art. 1.º, devendo, para tanto, buscar junto a outros órgãos governamentais e particulares, patrocínios e recursos para fazer frente às demais despesas que serão necessárias para a realização do evento.

Art. 6.º - A entidade deverá disponibilizar espaço físico para o Conselho Tutelar do Município, com credenciais de acesso livre em todos os locais do evento para acompanhamento.

Art. 7.º - Fica terminantemente proibido, nos arredores do local de realização do evento descrito no art. 1.º desta lei, a instalação de pontos de vendas e/ou entrega de bebidas e alimentos preparados.

Parágrafo único. Ficam excluídos da proibição inserida neste artigo, todos os pontos atualmente existentes e estabelecidos nas proximidades do local de realização do evento.

Art. 8.º - Nos dias que antecederem ou durante a realização do evento, não será deferida licença de funcionamento para novos comércios de vendas de bebidas e alimentos preparados, nos arredores da festividade.

Art. 9.º - Fica autorizada a instalação de Posto de Atendimento Médico durante a festividade descrita no art. 1.º desta Lei, sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde, para os atendimentos necessários e pertinentes, dando apoio às ações das polícias Civil e Militar, bem como ao Poder Público de modo geral.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL “Deputado Ulisses Guimarães”, aos 25 de outubro de 2024.

ALEX ANTONIO CAVALCANTE
Prefeito Municipal.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Faz saber a todos quantos o presente Edital de notificação virem ou dele conhecimento tiverem que, nesta Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, tramita a reclamação **24.09.0052.001.00671-3**, em face do fornecedor **JSL MARKETING E ASSESSORIA**, inscrito no CNPJ sob n. 41.6410.340/0001-11, atualmente em local incerto e não sabido, ficando este **NOTIFICADO** para o prazo de 10 (dez) dias corridos, a partir de exposto e apresente manifestação expressa visando à resolução do assunto. Decorrido o prazo, poderá este órgão instaurar processo administrativo para apurar eventual infração à Lei 8.078/90, bem como apreciar a fundamentação da reclamação do consumidor, para efeito de sua inclusão nos Cadastros Municipal e Nacional de Reclamação Fundamentada, nos termos do art. 44 da Lei 8.078/90. O PROCON UMUARAMA/PR adverte que a ausência de manifestação do prazo concedido ensejará a apuração do fato sob pena de desobediência, nos termos do art. 55, §4º e 56 do CDC.

Umuarama/PR, 25 de outubro de 2024

Ednardo Henrique Ceranto

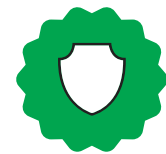
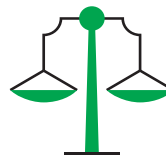
Secretário Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor
Procon - Umuarama

Publicações legais

leis@ilustrado.com.br

LUZ

O JORNAL CERTIFICA AS
PUBLICAÇÕES LEGAIS COM
PONTUALIDADE E
TRANSPARÊNCIA, GARANTINDO
A SEGURANÇA JURÍDICA.
AFINAL, O JORNAL É LEGAL.



cenp

Fórum da
Autorregulação
do Mercado
Publicitário

ANJ ASSOCIAÇÃO
NACIONAL
DE JORNAIS

abra
legal

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DAS AGÊNCIAS E VEÍCULOS
ESPECIALIZADOS EM
PUBLICIDADE LEGAL

adjoribr
JORNAIS DO INTERIOR

Apoio:

ilustrado